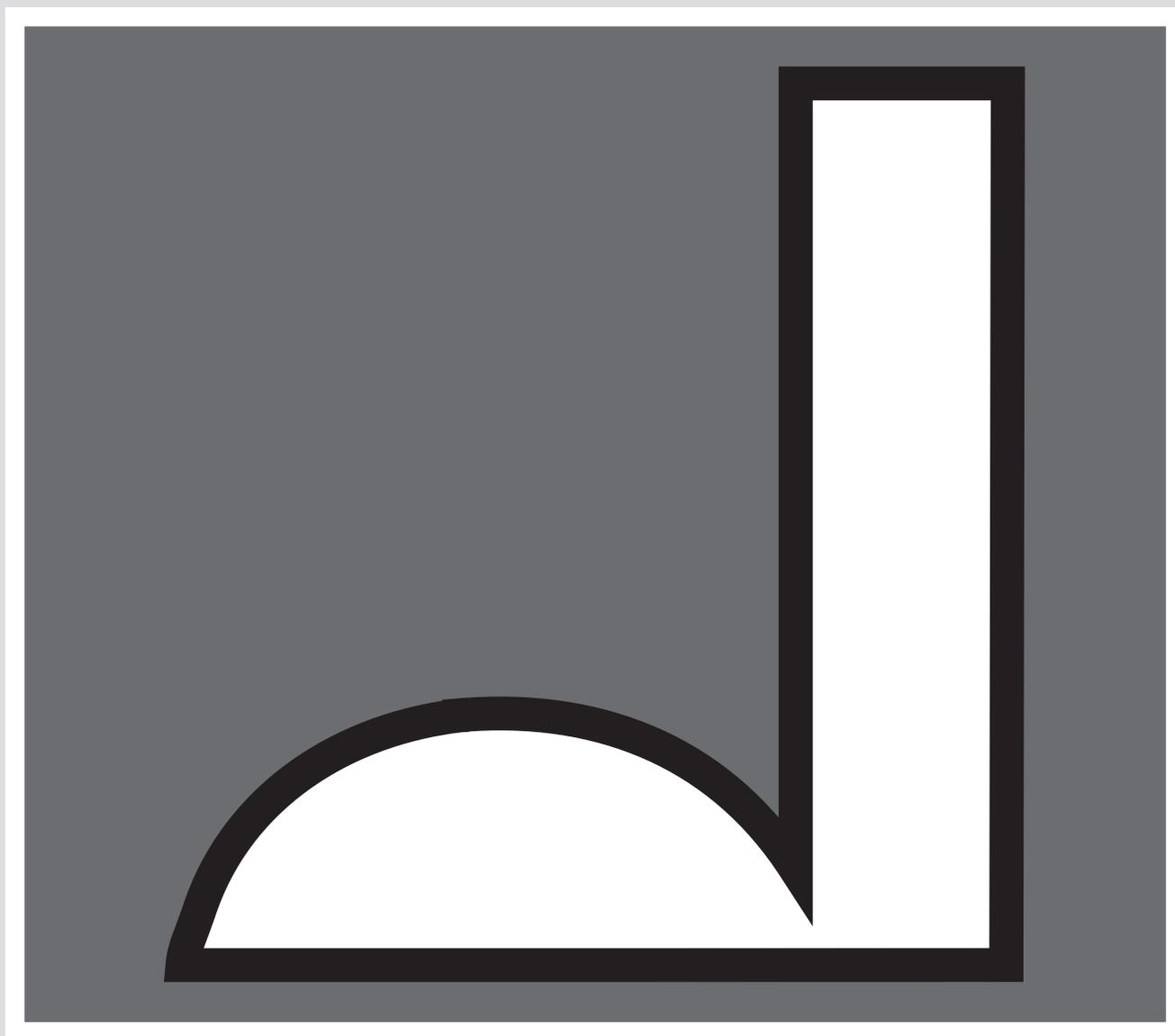




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 127 - QUINTA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1º - Serys Shlessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

| MAIORIA (PMDB) – 21 | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 | LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 |
|---|---|--|
| <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> | <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> | <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> |
| <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p> | <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Helóisa Helena</p> | <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p> |

EXPEDIENTE

| | |
|---|---|
| <p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata <u>Denise Ortega de Baere</u> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p> |
|---|---|

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 256, de 13 de maio de 2005, que outorga permissão à Carmanhães & Ferreira - Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de julho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 274, de 14 de junho de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de julho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Efraim Morais, Primeiro-Secretário, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 2005, que outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de julho de 2006. – Senador **Efraim Morais**, Primeiro-Secretário, no exercício da Presidência.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 118ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE JULHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 73/2006-CN (nº 586/2006, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referentes ao terceiro bimestre de 2006..... 25319

Nº 190, de 2006 (nº 562/2006, na origem), de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Milton Barbosa Cordeiro, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA..... 25319

Nº 191, de 2006 (nº 591/2006, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Michel Dib Tachy, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 25322

Nº 192, de 2006 (nº 622/2006, na origem), de 26 do corrente, comunicando que se ausentará do País nos dias 27 e 28 do corrente, a fim de participar da solenidade de posse do Presidente do Peru, em Lima..... 25326

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 189, de 2006 (nº 583/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas..... 25326

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 313, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para os fins que especifica, onde poderá receber emendas, e estabelecimento do calendário de tramitação da matéria..... 25326

Término do prazo, ontem, sem interposição do recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 214, 238, 275, 282, 289, 290, 292, 299, 305 a 307, 309, 317 a 320, 322, 323, 329 e 332, de 2006, aprovados

terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação..... 25327

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 850, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 18 do corrente, do ator Raul Cortez..... 25328

Nº 851, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 22 do corrente, do ator Gianfrancesco Guarnieri..... 25329

Nº 852, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 do corrente, no município de Guapimirim – RJ.... 25330

Nº 853, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, carateca amazonense..... 25330

Nº 854, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de jiu-jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu, inclusive, uma pequena deficiência física. 25331

Nº 855, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006..... 25331

Nº 856, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, no dia 13 do corrente, do Sr. Jorge Antonio Seffair Bulbol. 25331

Nº 857, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro *Árvores da Amazônia*, publicado pela Editora Empresa das Artes. 25331

Nº 858, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para o cargo de técnico da Seleção Brasileira de Futebol. 25332

Nº 859, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à pesquisadora Noemi Vianna e ao jornalista Silvestre Silva, que

| | | | |
|--|-------|---|-------|
| realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia..... | 25332 | SENADOR <i>JOSÉ JORGE</i> – Comentários sobre matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo , intitulada “PCC manda matar políticos do PFL e PSDB mostra escuta”..... | 25354 |
| Nº 860, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro Celso Laffer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale. | 25333 | SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Apelo em favor das medidas necessárias para o fim da “guerra civil” que reina no Brasil, especialmente em São Paulo. Considerações sobre a guerra no Líbano e a importância de que o governo brasileiro se empenhe na busca de esforços para o fim do conflito naquela região. | 25357 |
| Nº 861, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sr. João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro” | 25333 | SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula. | 25366 |
| Nº 862, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas. | 25333 | SENADOR <i>LUIZ OTÁVIO</i> – Registro da atuação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com relação à crise no Líbano. Elogios à TV Globo por imparcialidade no noticiário eleitoral. | 25371 |
| Nº 863, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à estudante Suene Moraes. | 25334 | SENADOR <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</i> – Referências às palavras da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inclusão do nome do Deputado Paulo Magalhães no meio dos “Sanguessugas”. | 25373 |
| Nº 864, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sr. Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006. | 25334 | SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Referências elogiosas à Senadora Heloísa Helena, candidata que vem surpreendendo na disputa pela Presidência da República; alerta a mesma, com relação aos marqueteiros. Questionamentos sobre a presença do presidente Lula nos debates com os candidatos à Presidência da República. | 25383 |
| Nº 865, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 do corrente. | 25334 | SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Preocupação com o ocorrido no superávit primário do primeiro trimestre de 2006, reduzindo a qualidade da gestão pública..... | 25387 |
| 1.2.4 – Discursos do Expediente | | SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Justificação pela apresentação de diversos requerimentos de votos de pesar e votos de aplauso. Os avanços e as lutas do Pólo Industrial de Manaus. Transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada na revista IstoÉ dessa semana, sobre a Síndrome de Down.. | 25388 |
| SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Observações relativas à ética na política e o combate efetivo à corrupção, através do fortalecimento das instituições. Elogios à ação da Polícia Federal. | 25334 | SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Justificação de requerimentos apresentados, de votos de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez e do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri. | 25388 |
| SENADOR <i>MARCO MACIEL</i> – Considerações sobre o sistema educacional brasileiro, grande problema estrutural ainda não resolvido. Destaque para a criação do Fundef, que teve grande importância no alavancamento do ensino básico no país. Os Centros Experimentais de Ensino no Estado de Pernambuco. A recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano. | 25337 | 1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação | |
| SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Transcrição da entrevista concedida pelo professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Carlos Roberto Jamil Cury, publicada na revista CartaCapital desta último final de semana. | 25342 | SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Comentários sobre a matéria intitulada “TCU questiona dados federais”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 17 do corrente..... | 25390 |
| SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> – Apresentação de dados sobre a execução orçamentária e questionamentos sobre a CPI dos “Sanguessugas”. | 25348 | SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro da matéria intitulada “Lula dobra patrimônio em 4 anos”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 6 do corrente. | 25392 |
| SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – A responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o país e a necessidade de uma reforma política imediata. O anúncio, pelo governo, talvez ainda hoje, a respeito do pacote de medidas cambiais..... | 25352 | SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro da matéria intitulada “Supersafra de derrotas”, publicada na revista Veja , edição de 5 do corrente. | 25393 |
| SENADOR <i>JOSÉ SARNEY</i> – Registro da comemoração do 61º aniversário da Associação Comercial do Estado do Amapá..... | 25352 | | |

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro das matérias intituladas “PFL diz que governo do PT é ‘corja’ e que Lula é ‘ladrão’” e “Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados”, publicadas no jornal **Folha de S. Paulo**, edições de 22 e 11 do corrente..... 25393

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 118ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias, Antônio João,
Sérgio Zambiasi e João Batista Motta.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 73, DE 2006-CN

Mensagem nº 73, de 2006-CN (nº 586/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos §§ 5º e 6º do art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Co-

missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 190, DE 2006

(Nº 562, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e com o art. 5º do Decreto nº 4.652, de 27 de março de 2003, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Brasília, 18 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MILTON BARBOSA CORDEIRO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

- **Estado Civil:** Casado
- **Nacionalidade:** Brasileira
- **Idade:** 55
- **Naturalidade:** Pavão – MG
- **Filiação:** Roque Barbosa Cordeiro e Julina Antunes Viana
- **Endereço:** Trav. Quintino Bocaiúva, 1145 ap. 604
- **RG Nº** 2.188 – OAB-PA – CPF. 026.480.672-72.
- **E-Mail:** mgti@amazon.com.br

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

| | | |
|---------------------|---|---------------|
| 1978 Pará | Universidade Federal do Pará - UFPA | Belém, |
| ▪ | Bacharel em Direito | |
| 1990 Pará | Universidade da Amazônia - UNAMA | Belém, |
| ▪ | Bacharel em Ciências Contábeis | |
| 2002 Pará | Universidade do Estado do Pará - UEPA | Belém, |
| ▪ | Pós Graduação: Especialização em “Gestão de Agronegócios”. | |

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Até agosto de 1969

- **Trabalhador rural sob regime de economia familiar em Sobrado – Pinheiro-ES**

De agosto de 1969 a dezembro de 1970

- **Trabalhador rural sob regime de economia familiar em Rondon do Pará-PA**

De dezembro de 1970 a fevereiro de 1971

- **Comerciário, em Belém(PA)**

Fev/1971 a nov/1972 Banco da Bahia S.A. Belém, Pará

- **Investigador de Cadastro**

Dez/1972 a Abril/1977 Banco Bandeirantes S.A. Belém, Pará

- **Chefe de Cadastro, de Cobrança, de Desconto e de Tesouraria;**

Out/1977 em diante - Banco da Amazônia S.A.

- **Aprovado em Concurso Público e admitido em 27.10.1977. Até 1991 ocupou as seguintes funções comissionadas, na matriz do Banco na Av. Presidente Vargas, 800, em Belém-PA**
 - **Chefe de Seção de Captação de Recursos;**
 - **Especialista em Planejamento;**
 - **Assessor do Departamento Financeiro e de Contabilidade;**
 - **Chefe da Seção de Planejamento e Normas Tributárias;**
 - **Analista de Projetos;**
 - **Outras funções em caráter interino (Chefe de Divisão de Contabilização, Chefe de Divisão de Conciliação e Estudos Contábeis e Chefe de Divisão de Contabilidade Gerencial).**
- **A partir de 1992, tendo sido qualificado em curso específico para Administrador de Agência Bancária (Gerente Geral) foi transferido da Matriz para as Agências, tendo ocupado as seguintes funções:**
 - **Gerência Geral em agência do interior, Bragança(PA) e em Belém-PA ocupou mesma função nas três agências da Capital, sendo que uma delas, a Agência Belém-Centro foi destacada como a maior do Banco.**
 - **Instrutor da área de RH, na matriz do Banco, em Belém, de matérias relacionadas ao Direito Bancário.**
- **Eleito, em 17.04.2003, Diretor do Banco da Amazônia S.A, onde ocupa a função de Diretor de Crédito, com atribuição**

de coordenar a concessão dos créditos em todos os níveis e modalidades. Durante esses 03 (três) anos o Banco se destacou em todas as áreas de crédito com crescimento recorde em sua história operacional.

- Representante titular do Banco no Conselho Deliberativo do SEBRAE-AM;
- Representante titular do Banco na Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante titular do Banco na Câmara de Fiscalização e Promoção do Trabalho Rural – DRT-PA
- Participação ativa, como Diretor de Crédito, em diversos eventos regionais, estaduais/municipais organizados na região amazônica pelo Banco e/ou pela sociedade civil;

CURSOS E EVENTOS MAIS RECENTES

- Curso de Reciclagem na Área de Direito “VI Curso de Preparação à Carreira da Magistratura”.
Realização: Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará
Carga Horária: 300 horas/aula;
- Participação em diversos seminários nas áreas do Direito do Trabalho, Civil e Criminal. Participação de curso “Direito do Consumidor com Ênfase nos Contratos Bancários”.
- Participação em diversos seminários e workshops relacionados às áreas Administração de Recursos Humanos, Habilidades Gerenciais, Concessão de Crédito, Risco Bancário (Acordo de Basileia), Qualidade Total e Globalização, dentre outros.

OUTRAS INFORMAÇÕES

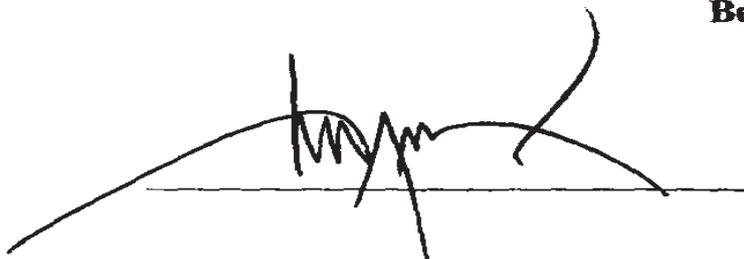
- Aprovado em Concurso Público para o quadro de advogados do Banco, conforme DOU de 19/08/1997.

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS POPULARES

- Representação discente, por eleição, junto aos Departamentos de Direito Público, da Faculdade de Direito da UFPA – 1976/77;
- Sócio fundador da “Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH” – (Paróquia da Igreja N.S.Aparecida) – Pedreira - Belém-PA - agosto/77, tendo exercido a advocacia em causas coletivas;

- **Participação no Comitê Paraense pela Anistia Política – 1979;**
- **Sócio fundador e integrante do conselho científico do “Centro de Estudos Econômicos Políticos e Sociais do Estado do Pará – CEDEPES” – (Paróquia N. S. da Conceição – Belém-PA), início dos anos 80, hoje extinto;**
- **Sócio fundador da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia – AEBA, 02/87, integrando por dois mandatos a sua Diretoria e participante dos seus encontros nacionais;**
- **Participação nos movimentos vinculados ao Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá;**

Belém (PA), abril de 2006



Aviso nº 793 – C. Civil

Em 18 de julho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

MENSAGEM Nº 191, DE 2006

(Nº 591, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e pela Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

DADOS PESSOAIS

Nome: Michel Dib Tachy

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, 6000, Green Ville II, Al. Mont Parnasse, 12

CEP: 66.635-110

Nascimento: 02.11.1932– Prainha – PA

Filiação: José Jorge Tachy e Malaquí Dib Tachy

Estado Civil: Casado

Engenheiro Civil, CREA nº 514D – 1ª Região

Advogado: OAB/PA, Nº 6205B

CPF: 000.376.135-53

Identidade Militar Nº 8 G 648935– 8ª RM

Título Eleitor: 247360313/17 Zona: 001 Seção: 0346

2. ESCOLARIDADE

Formação Superior: Escola de Engenharia da Universidade Federal do Pará – Belém – 1956/60

Faculdade de Direito Cândido Mendes – Rio de Janeiro – 1976/80

Extensão: Curso de Refinação de Petróleo – Rio de Janeiro – 1961/62

Cursos Complementares:

- **Administração Contábil e Financeira** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Administração de Produção** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Administração Mercadológica** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Planejamento de Operações da Técnica “Pert”** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 08/1964
- **Produtividade Industrial** Região de Produção da Bahia – 03/1965
- **Estatística Industrial** Refinaria Landulpho Alves – Bahia – 1966

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 PETROBRÁS

- Coordenador Adjunto dos Cursos de Refinação e Manutenção do Nordeste – Bahia – 1963;
- Professor no Curso de Refinação do Nordeste – Bahia – 1963;
- Chefe da Divisão de Áreas do Departamento de Manutenção da RLAN (**REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE**) – 11/1963 à 06/1964;
- Chefe do Departamento de Utilidade da RLAN – 07/04/64 à 20/10/67;
- Professor de “Equipamentos Industriais” da Escola Politécnica da Universidade da Bahia – 06/1967 à 02/1969;

- Chefe da Divisão de Engenharia de Produção da RLAM 20/10/67 à 10/12/68;
- Coordenador do Programa que alcançou produção pioneira de óleos lubrificantes e parafinas no Brasil – RLAM – 10/12/68 à 10/09/70;
- Adjunto do Superintendente de Produção da RLAM de 10/12/68 à 10/09/70;
- Superintendente de Produção da RLAM- 10/09/70 à 04/07/74;
- Chefe da Divisão de Pré-Operação da Refinaria de São José dos Campos- 16/12/74 à 31/01/77;
- Superintendente de Produção da Refinaria de São José dos Campos- 01/01/77 à 31/08/77;
- Chefe da Divisão de Acompanhamento Operacional do Departamento Industrial 01/09/77 à 07/10/79;
- Superintendente da Refinaria Duque de Caxias- 08/10/79 à 31.07/81;
- Superintendente Adjunto de Produção do Departamento Industrial– 01/08/81 à 01/03/85;
- Gerente de Engenharia Industrial da **BRASPETRO** – 02/03/85 à 02/01/86;
- Assistente do Superintendente Geral do Departamento Industrial de 03/01/86 à 02/09/89;

3.2 OUTRAS:

- Sócio-Gerente do Estaleiro Rondon Ltda.– 09/89 à 12/90, em Belém/PA;
- Presidente do Diretório Regional do Partido Liberal– PL, Seção do Pará 12/1990 à 2003;
- Membro do Diretório Nacional do Partido Liberal– PL, desde 1995;
- Assessor Especial do Governo do Estado do Pará, no período de março/91 à junho/94;
- Diretor Presidente e Membro do Conselho Administração da Companhia de Mineração do Pará – PARAMINÉRIOS – maio/95 à maio/96 e de 09/01/99 à 26/06/01;
- Advogado militante, em especial no Direito Eleitoral;
- Autor do Livro “A NOVA LEI ELEITORAL COMENTADA”– 1996 Editora CEJUP e do romance “Zir, O Guerreiro”– 1998 Ed. CEJUP;
- Superintendente da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental– AHIMOR – 31.03.2003.....;
- Representante do Ministério dos Transportes no Conselho Executivo Regional da Bacia Amazônica para preparação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 05/11/2004.....

3.3 TRABALHOS EM COMISSÃO:

- Membro do GT (Grupo de Trabalho) para estudar o aproveitamento dos hidrocarbonetos da Bacia de Campos– OS nº P-32/76 – **PETROBRAS**;
- Membro do GT para estudar medidas ao implemento das exportações da **PETROBRAS**– OS nº P-06/82;

C

- Coordenador do Programa de Produção de Coque Regular e Agulha na PETROBRAS – 1987 à 1989.

3.4 PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO / SIMPÓSIOS / SEMINÁRIOS:

- Simpósio franco-brasileiro sobre a Indústria Petroquímica, Salvador/BA – 03 à 08/12/72;
- 1º Encontro sobre Engenharia para Indústrias de Petróleo e Petroquímica, Rio de Janeiro – 10/75;
- 1º Congresso Brasileiro de Petróleo, Rio de Janeiro– 05 à 10/11/78;
- 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica, Rio de Janeiro– 11/10/84;
- Participação no 1º Seminário Internacional de Direito de Petróleo, Rio de Janeiro– 17 à 19/10/88;
- Participação na 118º Encontro Anual da AIME/TMS, sobre tecnologia de Carbono– Fevereiro/Março de 1989– Las Vegas/EUA.

3.5 MISSÃO NO EXTERIOR

- **Milão/Itália:** acompanhamento do Projeto Técnico da Refinaria de São José dos Campos – maio à dezembro de 1974;
- **Argentina:** recrutamento de profissionais de nível superior para a PETROBRAS– 1977;
- **Trindad/Tobago** negociação com a TRINTTOC para prestação de serviços técnicos na área de refino– BRASPETRO– 1979;
- **Venezuela:** refinaria de Amuay e Cardon – Estudo de adaptação de unidades ao refino de Petróleo com elevada acidez naftênica– agosto à setembro de 1981;
- **Arábia Saudita:** participação em missão para negociar contrato de importação de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo)– 15 à 21/09/82;
- **Egito:** missão para negociar prestação de serviços na área de refino– 12 à 20/09/84;
- **Argélia:** negociação para construção de Unidade de recuperação de propileno para a refinaria Skikd – 1984;
- **Angola:** avaliação da Refinaria de Luanda para oferecimento de Assistência Técnica pela BRASPETRO– 1988;
- **Equador:** avaliação das refinarias da Península Santa Helena para oferecimento de Assistência Técnica pela BRASPETRO– 1988.

3.6 VISITAS TÉCNICAS AO EXTERIOR

3.6.1 EUA

- **Dezembro/1970**
Refinarias de Pearsl Boro – New Jersey
East Chicago – Indiana
Dx Sun Ray – Tulsa
Atlantic Houston – Texas
Esso Research Center – New Jersey

Harvey Research Center – Chicago

- Unidade de Calcinação de Coque de Chalmert em Gramerey – Louisiana – março de 1989.

3.4 ITÁLIA

Refinaria de SANROCK – Sardenha – 1974.

Belém (PA), 11 de abril de 2006.



MICHEL DIB TACHY

Aviso nº 828 – C. Civil

Brasília, 24 de julho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As mensagens que acabam de ser lidas vão às Comissões de Desenvolvimento Regional e de Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 192, DE 2006

(Nº 622, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 27 e 28 de julho de 2006, a fim de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Peru, em Lima.

Brasília, 26 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 858 – C. Civil

Em 26 de julho de 2006

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 27 e 28 de julho de 2006, a fim de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Peru, em Lima.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 189, de 2006** (nº 583/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do **caput** do art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 9, de 2006, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 313, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para o fim que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 313

Publicação no DO

26-7-2006

Emendas

até 1º-8-2006

(7º dia da publicação)

Prazo final na Comissão

26-7-2006 a 8-8-2006 (14º dia)

Remessa do Processo à CD

8-8-2006

Prazo na CD

de 9-8-2006 a 22-8-2006

(15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF

22-8-2006

Prazo no SF

23-8-2006 a 5-9-2006

(42º dia)

Se modificado, devolução à CD

5-9-2006

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD

6-9-2006 a 8-9-2006

(43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
9-9-2006 (46º dia)

Prazo final no Congresso

23-9-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2006 (nº 1.586/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Boiteux, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2006 (nº 1.857/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2006 (nº 2.084/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2006 (nº 2.010/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2006 (nº 2.113/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Britto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2006 (nº 2.117/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Erval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Velho, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2006 (nº 2.128/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2006 (nº 2.008/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2006 (nº 2.046/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2006 (nº 2.024/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2006 (nº 2.043/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2006 (nº 2.103/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2006 (nº 2.116/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2006 (nº 1.965/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Colinas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2006 (nº 1.982/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2006 (nº 1.990/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2006 (nº 2.020/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aurora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2006 (nº 2.027/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2006 (nº 1.991/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2006 (nº 2.094/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 18 do corrente, do ator Raul Cortez, bem como apresentação de condolências às suas filhas Ligia e Maria e às netas Vitória e Clara.

Justificação

Cai o pano. A dramaturgia brasileira está de luto. Perdeu um de seus maiores nomes dos últimos tempos, Raul Cortez um ator cujo legado lembrará alguém que viveu para festejar uma vida de personagens. Vítima de um câncer na região abdominal o ator morreu no último dia 18, aos 73 anos, no hospital Sírio Libanês, na Bela Vista, em São Paulo. Ele estava internado desde o dia 30 de junho. Seu último trabalho foi na minissérie “JK” da TV Globo.

Raul Cortez nasceu na cidade de São Paulo em 28 de agosto de 1932.

Ele tinha uma extensa carreira na TV, no cinema e no teatro. Ator querido por Benedito Ruy Barbosa, participou de diversas tramas do autor como Esperança, em 2002, Terra Nostra em 1999 e O Rei do Gado em 1996.

No teatro, Cortez trabalhou com alguns dos principais diretores, como Zé Celso Martinez, do Teatro Oficina, Antunes Filho, Ziembinski e Oduvaldo Viana Filho. Em 1963, ganhava o Prêmio APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte) de Melhor Ator Coadjuvante pela peça “Os Pequenos Burgueses”, dirigida por Zé Celso.

Mais recentemente, Cortez chamou a atenção ao montar duas peças do dramaturgo contestador Mário Bortolotto, Fica Frio – Uma Road Peça e À Meia-Noite um Solo de Sax em Minha Cabeça.

Não se achava bonito. Mas sim um sedutor. Um homem de charme que fez história no teatro, cinema e televisão. Raul Cortez fez da vida uma história de palco. Ao longo da vida, entrou no corpo de mais de uma centena de personagens.

Em jovem chegou a estudar direito. Mas um encontro com o teatro brasileiro de comédia mudou-lhe as voltas ao destino. O pai não queria um filho ator. O filho venceu as teimosias do pai e tudo fez para ser ator.

As primeiras experiências no palco foram para esquecer, com o nervosismo a falar mais alto. Ainda na década de 50 estreia no cinema. Mas é na televisão que o ator se revelou. A fama começa com as telenovelas brasileiras.

Ficam guardados nos arquivos da Globo e na memória de milhões de pessoas em todo o Mundo os papéis em novelas como “Água Viva”, “Baila Comigo”, “Brega e Chique”, “Mandala”, “Rainha da Sucata”, “Rei do Gado”, “Terra Nostra” e “Esperança”. Uma das personagens mais marcantes foi a de Jeremias Berdinazzi, um imigrante italiano na novela “Rei do Gado”. O último papel foi o de Barão do Bonsucesso, em “Senhora do Destino”.

Irreverente, nunca deixou de surpreender, e não foi com muita surpresa que os brasileiros o viram en-

ganar a doença, quando surge a desfilar, em junho do ano passado, numa semana de moda em São Paulo. Porque a moda também é palco.

A um ano de completar 50 de carreira, disse na última entrevista que ia festejar esta vida de personagens. Mas também queria ser festejado.

Nas últimas palavras que ficam, disse não gostar que o tratassem por senhor. Raul Cortez deixa em entrelinhas que amou menos do que gostaria. Mas não morre sozinho. Duas filhas, uma última companheira que nunca quis revelar o nome e para sempre o palco que o acompanhou em vida.

Sala das Sessões, de 26 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 22 do corrente, do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como apresentação de condolências aos familiares, sua esposa Vanya Sant'Anna, aos filhos Flávio, Paulo, Cacau, Mariana e Fernando.

Justificação

O palco está vazio. Lá nunca mais vai estar Gianfrancesco Guarnieri, ator e dramaturgo que mudou os rumos da dramaturgia brasileira com a obra.

Eles não Usam Black-Tie. Vítima de insuficiência renal Gianfrancesco Guarnieri, morreu aos 71 anos, em São Paulo. Ele estava internado no Hospital Sírio Libanês desde o dia 2 de junho.

Guarnieri nasceu em Milão, Itália, no dia 6 de agosto de 1934, filho dos músicos Edoardo e Elsa de Guarnieri. Em 1937 seus pais migraram para o Brasil e foram morar no Rio, onde ele morou até 1953, quando mudou-se para São Paulo.

Ainda garoto, Guarnieri debatia-se entre duas vocações – a militância ou a poesia. “Desde cedo sentia-me dividido entre a ação política concreta e o caminho mais contemplativo, da ação cultural e artística”, afirmou em recente entrevista ao estado, em sua casa, em Mairiporã. De certa forma, ele uniu as duas vocações ao estreitar, no palco do Arena, com eles não usam Black-Tie, inaugurando no teatro um novo caminho de investigação da realidade brasileira.

Sua primeira lição como escritor veio aos 13 anos, ainda no Rio, quando começou a escrever para o jornal da **Juventude Comunista**. “Eu achava que escrever para jornal era escrever difícil. Ao ler meu primeiro texto, o editor rasgou a matéria e quase me agrediu fisicamente.”

Mas justamente por ter aprendido como escrever com clareza e concisão, aprenderia outra lição importante na sua primeira “tentativa” de escrever uma peça teatral, no colégio de padres Santo Antônio Maria Zacharias, no Rio. A peça chamava-se “Sombras do Passado” e tinha como “alvo” um vice-reitor prepotente. “Era horrível reavaliaria ele depois de tornar-se autor consagrado. Mas o padre que tomava conta do teatro gostou, e a peça foi montada. O “problema” foi que Guarnieri interpretou o personagem principal e, embora a peça tratasse de um tema que nada tinha a ver com o colégio, ele representou tão bem que os alunos reconheceram no prepotente protagonista de uma casa o odiado “vice-reitor” e começaram a gritar seu nome durante o espetáculo. A peça foi muito aplaudida e Guarnieri foi expulso do colégio.

O duplo talento que explodiu nessa primeira experiência – para retratar uma realidade observada, ou vivida, e para interpretar os personagens dessa realidade – jamais o abandonaria. O episódio escolar seria lembrado mais tarde, em 1961, quando A Semente foi proibida pela censura na véspera de sua estréia no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). O golpe militar ainda não tinha estourado e ele já tinha problemas com o poder.

“O texto constitui claro e audacioso incitamento à subversão da ordem pública, objetivando solapar as suas bases e a estrutura do regime democrático vigente no País”, dizia o parecer do censor. Curiosamente, nesse texto, ele criticava a rigidez do Partido Comunista e a excessiva determinação de líderes da esquerda que atingia a indiferença com o “lado humano” das causas políticas. O forte movimento dos intelectuais e da imprensa acabaram anulando a interdição, e a peça estreou com Cleyde Yáconis, Nathalia Timberg, Leonardo Villar e Guarnieri no elenco.

Assim que chegou a São Paulo, Guarnieri decidiu investir no talento que causou sua expulsão no colégio. Em 1955, ajudou a fundar o Teatro Paulista do Estudante e ganhou seu primeiro prêmio de ator como protagonista da peça Está lá Fora um Inspetor, de Priestley. Um ano depois, em 1956, entrou para o Arena, onde também ganhou um dos mais cobiçados prêmios da época, o APCA de revelação de ator no papel de George na peça Ratos e Homens, de Steinbeck, dirigida por Augusto Boal. Na mesma época foi chamado pelo diretor Roberto Santos para fazer sua primeira atuação em cinema, no filme O Grande Momento.

Depois do estrondoso sucesso de Black-Tie, nunca mais parou. Gimba, A Semente, Ponto de Partida, O Filho do Cão, Marta Saré, Castro Alves Pede Passagem, Arena Conta Zumbi e Arena Conta Tiradentes

– essas duas últimas escritas em parceria com Boal – Um Grito Parado no Ar. Foram muitas as peças, em que ele também integrava o elenco, sempre em boas atuações. E não só no teatro. Guarnieri integra aquela geração de atores que ajudou a televisão a dar os seus primeiros passos, seja no Grande Teatro Tupi ou nas primeiras novelas.

Quem viu, jamais esquecerá sua criação do personagem Tonho da Lua, o maluquinho da novela Mulheres de Areia, mais tarde regravada na Rede Globo, com Marcos Frota vivendo o mesmo papel. Igualmente inesquecível o Jejê, apelido de Jerônimo Machado, o trambiqueiro da novela Cambalacho, na qual contracenava, mais uma vez, com a amiga Fernanda Montenegro. Os muito jovens devem se lembrar de sua participação especial na novela Terra Nostra, como o “pai italiano” da Giuliana vivida por Ana Paulo Arósio.

Guarnieir deixa o palco da vida com o personagem Pepe da novela Belíssima, seu último trabalho.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 deste mês de julho, no Município de Guapimirim - RJ.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento, dia 24 de julho de 2006, no Município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro, do jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, um idealista e antigo batalhador pela liberdade e justiça social.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja levado ao conhecimento de seus familiares.

Justificação

O jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, amigo muito querido e companheiro de luta contra a ditadura, foi brutalmente assassinado na tarde da última segunda-feira. Ele estava à porta da casa de sua sogra, na cidade de Guapimirim - RJ, quando chegou o vereador Osvaldo Vivas, acompanhado de um tio e um sobrinho, e passou a espancá-lo brutalmente. O motivo estaria relacionado com uma disputa judicial em torno daquela casa, mas isso não vem ao caso. O fato é que se tratou de acessão absurdamente covarde, pois segundo a Assinação Brasileira de Imprensa – ABI, o vereador é faixa preta em luta marcial e meu amigo jornalista era homem de 73 anos de idade. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu praticamente na hora. Faço este registro com muita tristeza, pois se

tratava de amizade herdada do meu pai. Ajuricaba em amigo dele e também do ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Sempre esteve muito ligado à vida política do País. Iniciou-se na profissão no jornal **Imprensa Popular**, mantido no Rio de Janeiro pelo antigo Partido Comunista Brasileiro. Era comunista e prestista. Esteve entre as cerca de 500 pessoas que foram ao aeroporto, no Rio de Janeiro, receber Luís Carlos Prestes, em 1979, quando voltava de seu último exílio. Acompanhou-o até sua casa. Eu mesmo, certa vez, fui com ele comemorar um aniversário de Prestes num longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Ele era daquela geração de brasileiros que homenageava o Cavaleiro da Esperança, dando a filhos o nome de Luís Carlos, nome do seu filho mais velho, do primeiro casamento. E manteve-se fiel a seus ideais. Era dogmático inflexível, intransigente com a moralidade pública, intolerante com a corrupção. Preservamos, ao longo dos anos, relação estreita e afetuosa. Frequentemente ele se manifestava sobre minhas posições, desde os tempos de Deputado Federal, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por **e-mail**, ora aplaudindo-as, ora criticando-as, principalmente em matéria econômica, pois era um nacional desenvolvimentista. Por seu idealismo, por sua história de luta pela liberdade, contra a ditadura e por injustiça social, ele se torna merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2006

Requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, de apenas 10 anos, faixa preta que desponta como nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Fabrício Gutemberg tem apenas 10 anos, mora em Manaus há um ano e já é vice-campeão amazonense de Caratê (2005), na categoria mirim. É a mais nova e promissora revelação desse esporte, que pratica desde os quatro anos de idade. Nesses últimos seis meses, ele não participou de competições, para se dedicar aos estudos. Apenas treina, para progredir

e chegar a ser o primeiro no Amazonas nessa modalidade. Vai chegar.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2006

Requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao atleta Alex Taveira, jovem de 20 anos que teve perseverança e força de vontade para vencer pequena deficiência física, tornando-se tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação Amazonense de Jiu-Jitsu.

Justificação

Dedicação, perseverança, força de vontade. Esses três requisitos fazem parte da vida do atleta amazonense Alex Taveira, já tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas. Alex nasceu com a perna direita mais curta e, a despeito do grande desafio que representava a superação de preconceitos, foi em frente e venceu. Hoje é tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu. Ele não para aí. Quer ir adiante para conquistar novos troféus. Vai chegar lá, sem dúvida!

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento dia 18 de julho de 2006, do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri.

Requeiro também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do ator, em São Paulo - SP, e à Rede Globo.

Justificação

Consagrado como um dos melhores participantes das novelas de televisão, Gianfrancesco Guarnieri foi muito mais. Com uma vida dedicada ao teatro, seu nome inscreve-se definitivamente na dramaturgia brasileira com a peça Eles Não Usam **Black-Tie** por ele

escrita e encenada no Teatro de Arena, de São Paulo, no ano de 1958. Como essa, também são de forte cunho político duas outras peças em que atuou: Arena canta Zumbi, em 1965, e, mais recentemente, A Luta secreta de Maria da Encarnação que foi um de seus últimos textos, em 2001. O ator e um dos nomes de maior relevo do teatro brasileiro e também do cinema e das novelas da televisão. Entre outras novelas, integrou o elenco de Belíssima na Globo, mas teve que sair em virtude do agravamento de seu estado de saúde. Natural de Milão, Itália, em 1934, mas há muito vivia no Brasil. Morre aos 71 anos, deixando cinco filhos e sete netos. A doença o obrigou a recolher-se ao lar, na Serra da Cantareira, Grande São Paulo.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2006

Requer voto de pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbol, mais uma vítima da violência no País.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pela morte trágica, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, vítima da violência no País.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Jorge Bulbol.

Justificação

Sensibiliza-me a morte do engenheiro Jorge Bulbol, assassinado em seu apartamento, em Manaus. Ele foi mais uma vítima da violência, num cenário que se amplia no País, deixando as famílias sem segurança até mesmo em suas residências. Conheci Bulbol, o Jorginho, como é conhecido na Capital do Amazonas. Engenheiro, ele foi servidor da Prefeitura de Manaus, durante meu mandato como Prefeito, sempre foi uma pessoa trabalhadora, cheio de vida e desportista, amante do futebol. Na noite em que foi morto, havia regressado pouco antes de uma partida de futebol.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2006

Requer voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro “Árvores da Amazônia”, publicado pela Editora Empresa das Artes.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, voto de aplauso ao fotógrafo amazonense Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro "Árvores da Amazônia", publicado pela Editora Empresa das Artes.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da direção da Editora Empresa das Artes.

Justificação

Brasileiro no sobrenome, amazonense no prenome. Assim é Silvestre Silva, o fotógrafo amazonense apaixonado pela natureza exuberante da Amazônia. Como bem registra a colunista Liduína Moura, do jornal **O Estado do Amazonas**, esse notável técnico e artista fotográfico, Silvestre no nome e na sua paixão principal, que é fotografar a natureza amazônica. Nesse novo livro, Silvestre reúne 400 fotos do espetáculo cotidiano da nossa flora; primavera, revelada em **dicks** mágicos com a benção da Floresta, ainda no dizer de Liduína. Ele é, pois, merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 26 julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 858, DE 2006

Requer voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao ex-volante Carlos Caetano Bledorn Verri, conhecido pelo nome profissional de Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Requento, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Direção da Confederação Brasileira de Futebol.

Justificação

Depois da frustração nacional com a pífia atuação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo há pouco realizada na Alemanha, a escolha do ex-volante Dunga para assumir o comando da Seleção foi muito bem recebida no País, como se pôde ver pela repercussão que teve na imprensa. Ele representa exatamente aquilo que pareceu ter faltado à equipe que esteve na Alemanha: garra, vibração, espírito de luta, vontade de vencer. Dunga, nos tempos em que vestiu a camisa da Seleção Brasileira e, como capitão, a comandou dentro do campo, foi exemplo de empenho, de dedicação. Não somente dava tudo de si, como co-

brava dos companheiros igual atitude. Sua passagem pela Seleção ficou tão indelevelmente marcada na memória de todos que acompanhamos o futebol que passou a ser conhecida como a "era Dunga", sinônimo de garra. Ganhar ou perder faz parte do esporte. Dunga mesmo integrou a Seleção derrotada na Copa de 90, mas procurou corrigir o que identificou como seus próprios pontos fracos e, na Copa seguinte, em 94, comandou em campo a equipe vitoriosa e subiu ao pódio para erguer a Taça do Tetracampeonato. Ele não tem a experiência do técnico de futebol, nunca exerceu essa função, mas traz para a Seleção a vibração que a ela faltou. "Jogador que não vibra e que não faz o torcedor vibrar fica difícil de jogar na Seleção", foi o recado que ele deu logo depois de anunciada sua escolha como seu novo Técnico. Nascido em Ijuí - RS, em 1963, Dunga, além de ter sido o capitão da Seleção que conquistou o Tetra, nos Estados Unidos, foi integrante dos times que venceram a Copa América por duas vezes (1989 e 1997), a Taça **Stanley Rous** (1987) e a Copa das Confederações (1997). Foi também Campeão Brasileiro de Juniores, Campeão da Copa Kirin no Japão, Tricampeão Gaúcho, Campeão da Taça **Los Angeles**, Campeão da Taça Guanabara, Campeão Carioca, Campeão Japonês. Por sua carreira e pelo espírito de luta que imprimira a Seleção Brasileira de Futebol, ele se torna merecedor da homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2006

Requer voto de aplauso para a pesquisadora Noemi Vianna e ao jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que juntos realizaram um trabalho até então considerado didático e inédito no Brasil, reunindo em uma única obra, um

olhar completo sobre cinquenta e cinco espécies de árvores da Amazônia.

Trata-se de uma pesquisa minuciosa que durou de 1997 a 2005, percorrendo nove Estados da Amazônia, acumulando um enorme acervo fotográfico sobre as diversas espécies de árvores desta região.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2006

Requer voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, pela sua eleição, por unanimidade, como sucessor de Miguel Reale na Cadeira nº 14, da Academia Brasileira de Letras.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

Com uma brilhante carreira no meio acadêmico, Celso Lafer é um intelectual de renome internacional, bem como detentor um extenso e valoroso currículo de serviços prestados ao País. Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e, nesta condição, Vice-Presidente ex-officio da Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Em 1999 foi nomeado Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante o período de 2001 a 2002 foi novamente nomeado Ministro das Relações Exteriores, momento em que chefiou com maestria a delegação brasileira à Conferência Ministerial da OMC em Doha, que deu início à Rodada de Doha.

É portanto, com grande satisfação, que o País recebe a notícia que a Academia Brasileira de Letras elegeu, por unanimidade, Celso Lafer como sucessor de Miguel Reale, na Cadeira nº 14, que ocupou durante 31 anos até sua morte, em 14 de abril deste ano. A Cadeira nº 14 foi fundada por Clóvis Bevilacqua, que escolheu como patrono Franklin Távora. Teve como ocupantes Fernando de Azevedo e Reale.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto piloto “Craques do Futuro” que visa fazer de Manaus um grande pólo formador de atletas. Seus atletas já estão treinando em grandes equipes mineiras como o Cruzeiro e o Atlético Mineiro e participarão do Campeonato Brasileiro Infante-Juvenil, que será realizado em Londrina onde estarão presentes os maiores clubes do Brasil.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 862, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para Seleção Amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas da modalidade.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que se sagrou bicampeã brasileira da modalidade no campeonato realizado entre os dias 13 e 16 de julho na cidade de Recife. O lutador Lucivan Araújo foi considerado o melhor atleta da competição tendo recebido o certificado de “destaque” do campeonato.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 863, DE 2006**Requer Voto de Aplauso para a estudante Suene Moraes.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para a estudante Suene Moraes, que como portadora de necessidades especiais tem conseguido se destacar como aluna da 7ª série do ensaio fundamental, em uma escola estadual destinada a alunos normais.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a estudante Suene Silva de Moraes, de 18 anos, que portadora de paralisia cerebral, conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção, se tornando uma aluna de exemplar na escola e hoje é representante de turma. Além disso, a estudante já venceu um concurso local de redação e foi indicado por uma professora da escola, vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais, como a aluna de destaque.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 864, DE 2006**Requer Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o atleta amazonense Jander Cardoso, que durante a realização das Olimpíadas Universitária de 2006, em Brasília, conquistou a medalha de ouro na prova de lançamento de dardo. Ressalte-se ainda que o atleta já tinha brilhado no ano anterior em Recife, conquistando a medalha de prata na mesma modalidade.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 865, DE 2006**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 de julho deste ano.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 24 de julho, do advogado e Procurador aposentado da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), José Wagner do Amaral.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O advogado José Wagner do Amaral, mineiro, natural de Carmo do Rio Claro, foi um dos pioneiros da Capital Federal. Mudou-se para Brasília em 1957 antes da sua inauguração. Como Procurador de 1ª categoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), colaborou para a construção de diversos prédios e ajudou a carregar pedras usadas nas fundações do Palácio da Alvorada.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao arquivo.

Esta é uma sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, com muita satisfação, à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, refiro-me ao prazer de contar, na abertura da sessão, com a presença do nosso querido Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Renan Calheiros, nesta semana que está sendo dedicada, no Congresso Nacional, exclusivamente aos debates políticos.

Tenho convicção de que, semana que vem, quando teremos o esforço concentrado – a pauta, inclusive, do Senado está desobstruída, sem medidas provisórias –, possamos realizar votações importantes para o nosso País. Temos uma série de autoridades ainda para serem apreciadas pelo Plenário e outras matérias que, com certeza, ocuparão, de forma muito produtiva, os debates e as votações ao longo de terça, quarta e quinta-feira da semana que vem.

Estou ultimando, inclusive, o relatório de um projeto que vai fortalecer todo o programa nacional referente

à segurança alimentar, institucionalizando a garantia da segurança alimentar para o povo brasileiro como política de Estado e não tão-somente como política de governo. Espero que, semana que vem, com a pauta desobstruída, possamos apreciar o projeto nas comissões e aprová-lo no plenário. Penso que será um grande avanço para todos os que entendem que, sem a garantia da comida, país algum pode ter perspectiva de desenvolvimento.

Venho à tribuna no dia de hoje porque há uma série de matérias a serem tratadas, e, este ano, como no último período, os assuntos ética e combate à corrupção estão pautados. Não temos, obviamente, como deixar de tratá-los, de abordá-los. Principalmente, temos de discutir como aprimorar as instituições para que a corrupção em nosso País tenha um tratamento adequado, tendo em vista que é uma chaga que está instalada não somente na máquina pública, mas, infelizmente, em todas as estruturas da sociedade brasileira.

Pincei algumas matérias para ilustrar o assunto que pretendo tratar. Há poucos minutos, o **Globo Online** informou que a Polícia Federal faz uma megaoperação de combate à corrupção em Brasília, requisitando equipamentos, documentos e executando prisões. Trata-se da Operação Mão-de-obra, que tem como objetivo central combater fraudes em licitações em órgãos federais e que investiga empresas que realizam trabalhos na área de limpeza, de conservação e de informática que se revezavam nos órgãos públicos. Sempre uma das três acabava ganhando as licitações.

Sr. Presidente, antes de iniciarmos a sessão, V. Ex^a informou-me que, ao Senado, foram requisitados equipamentos e documentos, bem como à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Essa é a amplitude que as investigações estão tomando para pegar esse esquema de compartilhamento e de ajuste entre empresas para se beneficiarem nas licitações.

Segunda-feira, os jornais deram grande destaque para uma outra operação da Polícia Federal, também de grande magnitude, denominada Operação Cerol, em que a Polícia Federal, combatendo a corrupção dentro da própria Polícia Federal, realizou a prisão de oito policiais federais, inclusive do alto escalão da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Delegados, advogados e empresários foram presos na sexta-feira passada porque manipulavam inquéritos sobre desvios de altas somas de dinheiro, principalmente da Previdência Social.

Portanto, a nossa combatida Previdência, cujo déficit temos tanta dificuldade de superar, segundo essa Operação Cerol, indiscutivelmente estava sendo

exaurida por inquéritos manipulados, em que as dívidas eram anuladas ou eram desviados os pagamentos. Trata-se de 400 inquéritos referentes ao não-recolhimento de contribuições previdenciárias por parte de empresários.

As pessoas presas que compunham o quadro dos funcionários públicos, detectados envolvidos nessa verdadeira quadrilha, inclusive tentaram assumir o controle até mesmo de inquéritos conduzidos pela força-tarefa previdenciária, mecanismo que já existia de forma muito incipiente no Governo anterior e que foi ampliado pelo Governo Lula, de forma significativa em praticamente todos os Estados, para combater as fraudes na Previdência.

Segundo o relatório, houve tentativas dessa organização de envolver membros do alto escalão do Governo e do Congresso. São quadrilhas que estão instaladas e funcionando de maneira articulada com os setores empresariais.

Além dessas duas notícias, continuamos acompanhando o desencadear da CPMI dos Sanguessugas. Ontem, tivemos oportunidade de debater o assunto no plenário, até porque nomes estão aparecendo, e, se há indícios ou provas, ainda não estão consolidados.

Hoje, a imprensa destaca nomes de dois companheiros nossos, o Senador Magno Malta e a Senadora Serys Slhessarenko. Inclusive, ontem tivemos a oportunidade de acompanhar as explicações da Senadora. É preciso ter todo o cuidado porque, nesse processo, praticamente o ônus da prova está sendo invertido, de forma que as pessoas devem provar que são inocentes em vez de se consolidar aquilo que, no Direito, sempre foi uma pedra angular: o fato de a prova caber ao acusador.

Os destaques que estão sendo dados no noticiário de hoje, além dos nossos dois Senadores – e ontem tivemos aqui o debate e os esclarecimentos da Senadora Serys Slhessarenko –, incluem o Deputado Paulo Magalhães, do PFL da Bahia, talvez por ser sobrinho do Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o empresário e ex-Deputado Emerson Kapaz.

Em todas essas investigações em andamento, que vão se consolidar, a tendência, quando se trata da questão da corrupção, é, muitas vezes, ficarmos no debate a respeito das pessoas, das personalidades. Não que isso não deva ser feito, não seja necessário, não se deva aprofundar; precisamos, inclusive, ter todo o cuidado ao fazê-lo, porque, como aqui já tive a oportunidade de realçar, nós invertemos o ônus da prova – agora não é mais do acusador. Infelizmente, cada vez mais, vai-se constituindo que o ônus da

prova é do acusado, numa linha totalmente invertida dentro do Direito.

Algo me preocupa e sobre o que já tive a oportunidade de fazer inúmeros pronunciamentos. Se pegarmos todos os episódios que estamos vivenciando nesses últimos tempos, nas últimas décadas, verificaremos que, nas questões vinculadas a atos de corrupção envolvendo personalidades, servidores públicos, máquina pública, setores empresariais, setores do Judiciário, setores do Legislativo, do Executivo a pergunta que sempre tem de ficar é: como vamos fortalecer as instituições para que elas tenham mecanismos de detectar, identificar e combater a corrupção?

Do meu ponto de vista, esse é o ponto mais importante e, muitas vezes, acaba sendo o acessório nesses debates.

É muito importante realçar a sucessão de operações executadas pela Polícia Federal – são mais de 300, já nem tenho mais o número exato –, só no período deste Governo. São quase quatro mil pessoas presas, das mais diversas esferas, desde funcionário público, inclusive de alto escalão, passando por juiz, empresário, a personalidades do mundo político. Essas operações se dão a partir exatamente da reestruturação da Polícia Federal, nesse último período, de fundamental importância. Quanto mais se descobrem os mecanismos de corrupção, mais ela vai-se especializando. E o combate à corrupção, Senador Luiz Otávio, deve também se especializar, cada vez mais, com instrumentos efetivos de inteligência, para antecipar as ações e não correr atrás do prejuízo.

Portanto, todos os aperfeiçoamentos e a reestruturação da Polícia Federal e essas centenas de operações que se desencadearam ao longo do último período merecem – e deveriam, inclusive, estar merecendo mais – destaque e acompanhamento do trabalho, porque serão ações como estas que irão consolidar as instituições no Estado brasileiro e garantir mecanismos para que possamos, efetivamente, promover o combate à corrupção.

Mecanismos como o que citei aqui das forças-tarefas, que integram setores como Polícia Federal, Ministério Público, Receita Federal, propiciando o compartilhamento de dados, são bem recentes, coisa de dois, três anos. Muitas vezes o Ministério Público tinha a quebra do sigilo e não podia repassar a outras instituições do próprio Estado brasileiro para que, a partir daí, pudesse complementar e interligar as investigações e fazer cruzamentos.

Foram as forças-tarefas no Ministério da Previdência, por exemplo, as responsáveis por uma série de embasamento dessas operações desencadeadas

pela Polícia Federal, semana após semana, e divulgadas pelos noticiários.

A própria investigação sobre a atuação dos sanguessugas – volto a afirmar, como já tive oportunidade de dizer inúmeras vezes – é fruto do resultado de trabalho realizado pela Controladoria-Geral da União, do nosso Ministro Waldir Pires, que instituiu, desde 2003, um sorteio mensal de 50 municípios brasileiros que sofreriam uma auditoria profunda em relação ao repasse e à aplicação dos recursos. E foi exatamente pelo resultado dessa auditoria e do cruzamento dos dados dessa auditoria que foi possível identificar que, por coincidência, todas as vezes que se comprava ambulância de determinadas empresas, havia superfaturamento. Foi exatamente essa consolidação das coincidências que fez com que se identificasse isso, e a Controladoria solicitou à Polícia Federal, que entrou na investigação, fez as escutas telefônicas e, com a atuação do Ministério Público Federal, nas operações desencadeadas no Mato Grosso, realizou as prisões. O próprio nome da CPI em andamento tem origem nessa Operação, chamada de Operação Sanguessuga.

Portanto, todos esses procedimentos deveriam merecer atenção efetiva de todos nós, tanto o empenho das investigações, da apuração para descoberta, e principalmente, o cuidado para não expor à opinião pública o nome de pessoas acusadas sem provas, como se julgadas já estivessem. De acordo com o nosso Direito, é pedra angular que todos são inocentes até prova em contrário. Portanto, enquanto não houver prova consolidada da responsabilidade de qualquer pessoa, deve-se levar isso em consideração.

Mas, em ano eleitoral, Senador Renan Calheiros, sabemos que isso é sempre muito difícil, porque os interesses da disputa eleitoral acabam sempre entrando no jogo.

Para todos nós, é de fundamental importância que tenhamos, primeiro, esse compromisso de levarmos as investigações de forma responsável, até as últimas consequências, para obtermos as provas. Mas, volto a dizer, o mais importante é acompanharmos todas essas modificações – e não são poucas, nem são pequenas – que tivemos no comportamento e na estruturação das instituições brasileiras no combate à corrupção.

E estamos sendo sucessivamente municiados e informados sobre operações como estas que listei aqui: Operação Mão-de-Obra; Operação Cerol; Operação Sentinela, uma série de operações em que, semana após semana, a Polícia Federal desmonta quadrilhas que funcionam entranhadas na máquina pública; com articulações dentro de setores da sociedade, há muito tempo. É importante que isso não mascare e não nos tire do foco que, no meu entendimento, é o principal.

A corrupção no Brasil não será reduzida – não acredito na eliminação – até porque, às vezes, acho que faz parte da índole das pessoas o desejo de tirar alguma vantagem. Se a raça humana não fosse tão sujeita a desvios de conduta, talvez o nosso querido Gilberto Gil não tivesse feito uma das músicas mais bonitas que já fez, que diz que, para fazer a raça humana, Deus gastou uma semana de trabalho. Se Deus levou uma semana para constituir a raça humana é porque ela não é algo simples, é algo complexo.

Portanto, para nós, é muito importante, nesse emaranhado de sucessivos fatos que vêm sendo desnudados, descobertos, colocados a público, das corrupções e dos atos fraudulentos, que não percamos o foco central, que é o fortalecimento das instituições, bem como os mecanismos, que, obrigatoriamente, têm de estar cada vez mais estruturados, cada vez mais aperfeiçoados e cada vez mais consistentes, inclusive em termos de tecnologia e de inteligência, para que possamos combater efetivamente a corrupção.

É isso, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna no início da tarde desta quarta-feira.

Agradeço-lhe pela gentileza do tempo a mim concedido, porque creio que já ultrapassei vários minutos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Senadores, “o sistema educacional brasileiro é uma pirâmide de cabeça para baixo. Por diversas razões – entre as quais tem peso especial a demagogia de planque – as autoridades federais dão mais atenção à ponta do que à base dessa pirâmide”, observou, com propriedade, o jornal **O Globo**, em seu editorial ontem publicado.

Na verdade, a questão do acesso de todos ao ensino básico deve ser uma exigência inafastável, no campo da educação, responde também ao cumprimento de um objetivo de toda uma sociedade verdadeiramente democrática, pois somente com o acesso de todos, a partir da pré-escola, à educação – e de boa qualidade – se consegue assegurar a cidadania plena, que não se obtém senão quando se assegurar a todos os cidadãos o pleno domínio dos códigos básicos da sociedade em que ele vive.

Contudo, a educação continua sendo o grande problema estrutural brasileiro ainda não resolvido. Sem esforço, constatamos que o baixo desempenho do nosso processo de desenvolvimento tem origem nas nossas deficiências educacionais. Aliás, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, muito foi feito, valendo citar entre relevantes iniciativas a criação do Fundef, que teve um significativo papel no avançamento do ensino fundamental em nosso País e se caracterizou pela existência de apenas um único Ministro da Educação durante os oito anos. Isso também é muito importante, porque a educação no Brasil não deve sofrer descontinuidade.

Pois bem, é bom lembrar que, ao final dos oito anos do seu governo – do seu octoênio, se assim posso dizer –, saímos certos de que havíamos conseguido universalizar o acesso ao ensino fundamental. Mas é importante que continuemos a investir em educação como uma grande prioridade, porque essa é, talvez, a questão central brasileira ainda não resolvida. É óbvio que, embora a educação seja dever do Estado, não se pode dispensar o concurso de instituições da sociedade civil no sentido de disponibilizar meios e recursos para melhorar as nossas carências nesse setor.

Dentro dessa visão, Sr. Presidente, existe uma exitosa experiência em Pernambuco, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, que se efetiva sob os auspícios do Governo do Estado, mas, destaque-se, conta com amplo apoio de entidades privadas e de organizações não-governamentais.

Iniciado há sete anos, na administração Jarbas Vasconcelos–Mendonça Filho, desenvolve-se um excelente projeto de acordo com as atribuições cometidas aos governos estaduais pela Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes básicas da educação nacional, objetivando melhorar o ensino médio.

Trata-se do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco, visando a criar e a implementar uma nova escola para jovens do ensino médio e tendo como objetivos gerais: “garantir o planejamento e a execução de um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade do ensino médio na rede pública do Estado de Pernambuco”.

O projeto, Sr. Presidente, tem como meta a constituição de uma rede regionalizada de centros de ensino experimental, que funcionam como pólos irradiadores

das experiências bem-sucedidas no ensino médio em todo o Estado. Nesses centros, serão procuradas as condições de excelência necessárias à modernização e universalização da educação, graças ao auxílio de esmerada metodologia de ensino, proficiente administração escolar e modernos meios computadorizados. No que se relaciona a meios, a inovação mais importante, na minha opinião: participam do empreendimento importantes organizações privadas, como já chamei a atenção, não só com significativas contribuições para os investimentos e despesas operacionais, mas também com a experiência gerencial corporativa e a visão estratégica do planejamento empresarial.

Infelizmente, no Brasil, Sr. Presidente, ainda há um divórcio muito grande entre a escola e a empresa; e ainda há uma separação entre ciência e tecnologia e seu enlace com instituições da sociedade civil.

Sr. Presidente, voltarei para falar sobre esse programa que se desenvolve em Pernambuco.

O núcleo das organizações privadas que se mobilizaram para dar apoio ao projeto é composto pelo Banco Real, ABN-AMRO, Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da Construtora Noberto Odebrecht e da Philips, sob a liderança do Dr. Marcos Magalhães, Presidente da instituição para a América Latina. Com a participação dessas organizações e de outros segmentos da sociedade, foi criado o ICE – Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, atualmente presidido pelo já citado Executivo da Philips.

Dentro da filosofia do projeto, constante do marco regulatório instituído pela Lei Estadual nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005, já se encontram em funcionamento vários Centros Experimentais de Ensino, os chamados CEE:

No Recife

CEE Ginásio Pernambucano, instalado no prédio do tradicional educandário da capital, inaugurado em 1824 com a designação de Liceu Provincial. A unidade é apoiada pelo ICE (840 alunos); CEE Boa Viagem, com o apoio do ICE, Ministério da Aeronáutica, Instituto Telemar (176 alunos);

Na Zona da Mata

Abreu e Lima: CEE Maria Vieira Muliterno, com apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); - CEE Cabo de Santo Agostinho, com apoio da Prefeitura Municipal, Porto de Suape e ICE (200 alunos); CEE Ipojuca, com o apoio da Prefeitura Municipal, Porto de

Suape e ICE (320 alunos); CEE Palmares, no prédio da Faculdade de Formação dos Professores, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); CEE Timbaúba, com o apoio do ICE, Schincariol e Associação da Terceira Idade (320 alunos);

No Agreste

CEE de Arcoverde, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); CEE de Bezerros, instalado no mesmo prédio da Escola Técnica do Agreste, com o apoio do Instituto Alcides d'Andrade Lima (240 alunos); CEE de Garanhuns, com apoio da Universidade de Pernambuco e ICE (320 alunos); CEE de Panelas, com apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos);

No Sertão

Serra Talhada: CEE Professor Adauto Carvalho, no prédio da faculdade de Formação dos Professores, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); - Petrolina: CEE Clementino Coelho, com o apoio do ICE (320 alunos).

Ao longo de todo projeto, o Governo Estadual fez dispêndios de cerca de 14 milhões de reais e as parcerias com a iniciativa privada já propiciaram recursos da ordem de 19 milhões de reais, portanto um montante acima do assegurado pelo Estado e uma forte consciência social e empresarial com relação à importância da educação, principalmente em relação àqueles que não têm acesso à escola. O exemplo do empresariado fez com que as comunidades locais também se engajassem no empreendimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo esse movimento em apoio da educação no ensino médio, em Pernambuco, teve um início semelhante ao costume, digno de muitos elogios, que se vê freqüentemente nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia: a doação de fortunas por milionários para as universidades nas quais estudam ou estudaram. Essas doações geram bibliotecas, institutos de pesquisa, bolsas de estudos para estudantes carentes ou de grande potencial e uma tradição de engajamento da sociedade no destino de suas instituições de ensino.

No Recife, aconteceu algo semelhante com Marcos Magalhães, engenheiro formado no Recife, ex-aluno do Ginásio Pernambucano, escola de excelência desde meados do Século XIX, da qual, como ele, também foram alunos ou professores pessoas da estirpe de Tobias Barreto, Presidente da República Epitácio

Pessoa, Clarice Lispector, uma grande escritora, que, ao vir para o Brasil, morou durante algum tempo em Pernambuco e lá estudou, Agamenon Magalhães, ex-Ministro e ex-Governador, Ariano Suassuna, teatrólogo e dramaturgo de nomeada, o ex-Governador Eraldo Gueiros, o físico Luiz Freire, pai do ex-Senador Marcos Freire, David Capistrano e muitos outros.

Marcos Magalhães, em suas férias de 1999, passando por sua antiga escola, num dia útil, estranha a ausência de alunos e resolve visitar as dependências do vetusto prédio e é surpreendido pelo que vê: as péssimas condições das instalações, incluindo as da biblioteca, que, aliás, possuía um rico acervo de livros raríssimos, e as do Museu de História Natural, com cerca de 4.500 peças.

De imediato, telefona para o Governador Jarbas Vasconcelos, que realizou um trabalho extraordinário em Pernambuco e que acabara de assumir o Governo do Estado. Assim começou a recuperação do Ginásio Pernambucano e, com ele, a criação dos centros experimentais de ensino e do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação.

Indagado, certa feita, por que tomara tal iniciativa que acabo de relatar, o engenheiro Marcos Magalhães, o primeiro brasileiro, aliás, a presidir a Philips no Brasil, foi preciso: “Tenho fixação pela área da educação. Já fui professor, minha mãe foi professora primária durante quase 50 anos. Ela se recusava a se aposentar. Aqui na Philips, no período em que fizemos várias ações pontuais, percebi que isso não resolveria muita coisa se não fôssemos ao cerne da questão. A educação é a única maneira, a única ferramenta, a única forma de fazer com que uma pessoa consiga romper as barreiras sociais: sair da classe E e chegar à classe C, B ou A”.

A Sra Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, Senadora. Mas antes gostaria de fazer uma observação sobre o Ginásio Pernambucano.

O Ginásio Pernambucano é uma instituição criada no Século XIX e que pode ser comparada – se assim posso me referi – ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que, aliás, pelo seu nível de excelência, é uma instituição que foi alçada ao âmbito de tratamento constitucional.

O Ginásio Pernambucano tem para nós, portanto, uma rica história. Seus lentes, seus professores, no passado, eram catedráticos, submetiam-se a concursos

públicos semelhantes aos adotados pela Faculdade de Direito, daí por que juristas de nomeada lá se inscreveram para seus concursos, e alguns chegaram, inclusive, a um papel destacado no plano nacional. Mas, infelizmente, nas últimas décadas, o Ginásio Pernambucano perdeu o seu **status** e o destaque que desfrutara na história do ensino de Pernambuco.

Ouçõ o nobre Senador Heráclito Fortes; depois, a nobre Líder Ideli Salvatti.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Marco Maciel, fiquei muito feliz ao chegar hoje à tarde a este plenário e V. Ex^a estar discorrendo, exatamente, sobre o Ginásio Pernambucano. Sabe muito bem V. Ex^a que, na minha passagem pelo Recife, fui aluno daquela instituição, e acompanhei um dos momentos mais importantes que aquela casa viveu. Dirigida à época pelo Professor Souto Neto, realizávamos ali uma política estudantil firme, intensa. V. Ex^a, já na Faculdade de Direito, fazendo política universitária. Eu, juntamente com um grupo de jovens, João Olímpio Mendonça, Tancredo Loyo Borba, Alcidésio Ramalho, Manuel Alves Maia, e por aí afora, pontificávamos, no Ginásio Pernambucano, uma política estudantil, cada um defendendo suas posições, seus ideais. Muito do que aprendi na vida foi exatamente naquele casario centenário a que V. Ex^a se refere. E lembro bem a V. Ex^a – que à época era Líder do Governador Nilo Coelho na Assembléia – que foi por intermédio de sua participação que conseguimos, com a empresa de tintas Coral, recém-instalada em Pernambuco, as condições necessárias para a pintura do colégio, que há muito estava a necessitar de uma reforma. Fomos ao gabinete de V. Ex^a e, por meio de sua decisiva participação, fomos depois ao gabinete do Governador, e encaminhados ao dirigente da empresa, que fez a doação de todo aquele acervo. Concordo com V. Ex^a. Conheço aquele colégio como a palma da minha mão. Sua biblioteca possui obras valiosíssimas, bem como o museu, de valor histórico para Pernambuco. Passaram por lá alunos que, depois, se transformaram em professores. De Agamenon Magalhães a Mário Gibson Barbosa, uma infinidade de brasileiros tiveram o privilégio, como eu tive, de estudar naquela casa. Os melhores professores de Pernambuco lecionavam no Ginásio Pernambucano, naquela época transformado em colégio estadual. Recentemente, retornou ao velho título de Ginásio Pernambucano. Fico muito feliz por estar presente e testemunhar a homenagem que V. Ex^a presta a essa instituição histórica para Pernam-

bucu. Congratulo-me com V. Ex^a e digo que é de inteira justiça o pronunciamento que ora faz nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Heráclito Fortes, os subsídios que V. Ex^a trouxe ao meu modesto discurso e devo começar corrigindo uma injustiça. Certa vez, Fernando Pessoa disse que citar é excluir. Toda vez que citamos alguém podemos excluir alguma pessoa que mereceria uma referência. E, ao citar os antigos ex-alunos do Ginásio Pernambucano, não incluí V. Ex^a, que merecidamente deve constar dessa listagem de pessoas que, saindo da sua terra, chegaram ao Ginásio Pernambucano e se alçaram aqui, à Câmara alta da República, ao Senado, a Casa da Federação.

Como V. Ex^a lembrou, o Professor Souto Neto, grande intelectual e pensador, deixou entre seus descendentes o Professor Cláudio Souto, um dos maiores estudiosos da sociologia jurídica do nosso País, com uma densa formação intelectual feita no exterior.

V. Ex^a recordou algo que fiz em favor do Ginásio Pernambucano quando governava Pernambuco. Além de termos melhorado materialmente o Ginásio Pernambucano, também começamos a recuperar sua imagem, suas tradições, restaurando inclusive sua banda de música.

Gostaria de agradecer e muito o aparte que V. Ex^a trouxe, enriquecendo, portanto, o meu pronunciamento.

Ouçó, agora, a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sra Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Senador Marco Maciel. Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela homenagem que V. Ex^a faz a essa instituição educacional, que é tradicional. É sempre importante resgatarmos o papel fundamental que determinadas instituições de educação desempenham em nosso País ao longo de décadas. Na verdade, essas instituições são responsáveis, em parcela significativa, pela formação da elite cultural, artística e política. Inclusive, estão aqui pessoas que tiveram a oportunidade de freqüentar o Ginásio Pernambucano. Senador Marco Maciel, animei-me a apartear-lo, porque V. Ex^a fez uma observação de fundamental importância. Por mais que nos esforcemos – aí estão os dados das pesquisas realizadas por diversos institutos –, por mais que consigamos promover a mobilidade social, por mais que parcelas significativas das classes D e E consigam ascender para outras classes sociais, ou seja, da mesma maneira que as pessoas ascendem

economicamente, em outra situação conjuntural a renda delas pode piorar. Portanto, muito mais importante do que distribuir renda é distribuir o saber, porque aquilo que alguém adquire em termos de conhecimento, de saber e de cultura, ninguém, nada e nenhuma mudança político-conjuntural o retirará. Portanto, animei-me em apartear-lo exatamente porque comungo com essa mesma visão. Todas as nossas ações – é claro que distribuir renda é fundamental, é estratégico – e preocupações têm de estar, prioritariamente, voltadas para a distribuição do saber, da cultura, do conhecimento no nosso País e em todo e qualquer canto do planeta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Líder Senadora Ideli Salvatti, agradeço o aparte de V. Ex^a. Concordo com a observação de que a educação é um grande instrumento de ascensão social. Diria que somente a educação é capaz de propulsar uma pessoa que está lá embaixo na pirâmide social até o seu cume. Parece-me fundamental que não somente os mestres mas também os pais tenham consciência de que a maior herança que podem deixar para seus filhos é uma boa educação. Os bens materiais, a pessoa, às vezes, consegue adquiri-los, mas pode perdê-los ao longo da vida. Já o investimento em educação permanece para o resto da vida e é o instrumento de grande impacto social e também indispensável à plena fruição da cidadania.

Sr. Presidente, tive a satisfação de visitar recentemente um desses Centros de Ensinos Experimentais (CEE), localizado na cidade de Abreu e Lima, na Zona da Mata norte de Pernambuco – aliás, trata-se de Município ligado à região metropolitana do Recife – em que me comoveram a motivação e o entusiasmo do corpo docente, a partir dos seus dirigentes, dos alunos e dos quadros administrativos do Educandário. É óbvio, graças também a suas instalações, nestes Centros a evasão escolar é reduzidíssima, porque o aluno fica motivado para o bom desempenho, porque não somente dispõe de professores qualificados, mas também de laboratórios, de museus, de bibliotecas, melhorando, assim, conseqüentemente, o seu engajamento na escola. Ou seja, evitando a indesejada – e ainda persistente no Brasil – alta taxa de evasão escolar.

Ouçó o nobre Líder, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, quero cumprimentá-lo pelas reflexões que faz a respeito da vida no Nordeste e da importância de estarmos, sobretudo, garantindo aos jovens e às crianças a melhor educação possível, principalmente

quando V. Ex^a ressalta que, para construirmos uma Nação, a melhor possível, a transmissão de valores como o amor e o respeito, relacionados ao desenvolvimento educacional, é fundamental. Isso combina com aquilo que os pais possam transmitir a seus filhos e filhas, como também com aquilo que se obtém na escola. V. Ex^a faz referência à natureza da pobreza absoluta no Nordeste brasileiro. Quero aqui ressaltar que, ao lado de melhores oportunidades na educação de meninos e meninas e de jovens e de adultos que não tiveram a devida oportunidade quando na infância, ao lado das oportunidades de melhor atendimento à saúde pública, do apoio às formas cooperativas de produção, do microcrédito, da expansão da agricultura, do apoio à agricultura familiar, é muito importante que venhamos a aperfeiçoar o sistema de transferência de renda, que se vem desenvolvendo desde o tempo em que V. Ex^a ocupava o cargo de Vice-Presidente da República, oportunidade em que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu programas como o Bolsa-Escola, cuja origem se dá em iniciativas de Cristovam Buarque e de José Roberto Magalhães Teixeira e no próprio debate havido no Congresso Nacional, assim como o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outros. Nessa oportunidade, verificou-se quão importante seria unificá-los em um programa como o Bolsa-Família, que, aliás, poderá ser aperfeiçoado. No entanto, hoje, constitui um Programa que, ao atingir um quarto da população brasileira – 11,1 milhões de famílias –, apresentou resultados significativos. Recentemente, reuniram-se especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que demonstraram, com toda a evidência, que, nos períodos 2001/2002 e 2003/2004 e mesmo em 2005, houve uma diminuição do coeficiente de desigualdade, o Coeficiente de Gini. Como consequência, em boa parte, houve resultados positivos da expansão desses programas, os quais ainda podemos aperfeiçoar. V. Ex^a conhece bem meu empenho nesse sentido. Felizmente, o Bolsa-Família já é lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República. Tomara que o Bolsa-Família se transforme, nos próximos anos, em uma instituição de renda básica incondicional! Também nesta oportunidade, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de haver homenageado, ontem – eu não estava presente –, João Cabral de Melo Neto, extraordinário poeta brasileiro, autor de **Morte e Vida Severina**. A Senadora Heloísa Helena, ao meu lado, associa-se aos meus cumprimentos

a V. Ex^a pela homenagem feita a João Cabral de Melo Neto. Em sua poesia, ele nos transmitiu algo fantástico, quando, há três décadas, Chico Buarque de Holanda musicou a obra **Morte e Vida Severina** e a apresentou no Tuca, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, depois, em outros espaços culturais pelo Brasil afora. Aquilo teve um efeito maravilhoso do ponto de vista da consciência de todos nós. Gostaria de dizer que, para mim – eu era mais jovem àquela época –, a peça **Morte e Vida Severina** foi um abre-janelas para um jovem que, assim, tomou melhor conhecimento daquilo que foi o tema de sua fala hoje: a natureza da pobreza no Nordeste. A obra de João Cabral de Melo Neto muito contribuiu para que pessoas de São Paulo como eu pudessem melhor conhecer a realidade nordestina, pela beleza de seus poemas, como em **Morte e Vida Severina**.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Eduardo Suplicy, por suas palavras.

Vou começar pelo fim, dizendo que a homenagem que prestamos ao autor de **Morte e Vida Severina**, portanto, a João Cabral de Melo Neto, pelo fato de estar transcorrendo cinqüenta anos do poema feito por ele, é de alguma forma também uma ode para que procuremos corrigir as desigualdades que ainda marcam o tecido social brasileiro.

V. Ex^a tem contribuído para corrigir nossas desigualdades. Entre muitas das suas iniciativas, tomo como referência o seu Projeto de Renda Mínima, como batizado nos fins do século passado, quando V. Ex^a, no seu primeiro mandato, teve a oportunidade de oferecê-lo à consideração do Senado e que, posteriormente, aprovado também na Câmara, se converteu em lei.

Menciono que, desde o primeiro instante, dei apoio à iniciativa de V. Ex^a. Naquela ocasião, era um tabu discutir esses problemas de renda mínima ou de imposto de renda negativo – como depois se chamou. E acredito que iniciativas como a que V. Ex^a adotou concorreram para que se gerasse, mais do que uma consciência, uma decisão no sentido de superarmos esse hiato social que ainda marca o País dos nossos dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a era Líder do PFL, do Governo, estávamos em 1991, em meu primeiro ano de mandato, e eu havia apresentado um projeto de lei que instituía um programa de garantia de renda mínima na forma de um Imposto de Renda negativo. Foi designado Relator o Senador, Líder do PDT e, posteriormente, Presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa. Na condição de

Relator, ele apresentou algumas modificações para a introdução gradual do programa. Naquela ocasião, fui visitá-lo, e V. Ex^a avaliou que seria importante reunir todo o PFL, a base do Governo do então Presidente Fernando Collor. E tivemos uma reunião em uma sala da biblioteca, com a presença de todos os Senadores do PFL e dos partidos coligados. E, por aproximadamente uma hora e meia, tivemos um diálogo de profundidade, em que pude me expressar e esclarecer dúvidas. Em outubro daquele ano, foi aprovado unanimemente o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Em 16 de dezembro, após quatro horas de debate aqui, das 19h30 às 23h30, aprovamos o projeto, tendo, inclusive, o Líder do PSDB na época, Fernando Henrique Cardoso, expressado que, segundo sua avaliação, tratava-se de uma utopia realista, com os pés no chão, e que o PSDB votaria a favor da matéria. Posteriormente, em 2001, apresentei o projeto de garantia de uma renda para todos na forma da renda básica incondicional. Tive em um colega seu, Senador Francelino Pereira, um extraordinário interlocutor que, na condição de Relator, expôs a idéia da instituição gradual do programa, o que fez com que o Senado e, depois, a Câmara aprovassem unanimemente o projeto, que, finalmente, foi sancionado pelo Presidente. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, agradeço as considerações de V. Ex^a e acolho também o apoio à manifestação em favor da educação.

Devo, Sr. Presidente, antes de encerrar, trazer para conhecimento desta Casa a tão significativa experiência que está sendo feita em Pernambuco, nessa área, por intermédio do projeto a que me referi, dos Centros Experimentais de Educação (CEE). Aproveito a ocasião para elogiar a todos responsáveis pelo sucesso do empreendimento. Menciono especificamente o ex-Governador Jarbas Vasconcelos; o atual Governador Mendonça Filho; a Secretaria de Educação do Governo do Estado, por meio do Ex-Secretário Efrém Maranhão e do atual titular da pasta, professor Mozart Neves, ambos ex-reitores da Universidade Federal de Pernambuco, a Secretária-Executiva, Dr^a Celestina Pontual, a Professora Marilene Montarroyos e sua equipe que gerencia o programa com competência e indispensável dedicação.

Não menor deve ser o nosso reconhecimento ao segmento não-governamental por intermédio de

pessoas e instituições muitas das quais, infelizmente, não me recordo no momento.

Enfim, Sr. Presidente, é indispensável continuar a dar prioridade à educação. Certa feita, o historiador H.G.Wells disse que “o futuro será uma corrida entre a educação e a catástrofe”. Com isso, ele queria chamar a atenção para a importância da educação quase como algo fundamental para a edificação de uma sociedade democrática e justa.

Daí por que concluo minhas palavras, lembrando uma frase de Bernardo Toro, que, não sem razão, sentenciou: “A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito a transcrição, na íntegra, da entrevista dada pelo Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Carlos Roberto Jamil Cury, publicada na revista **CartaCapital** deste último final de semana. Como o assunto do brilhante pronunciamento do Senador Marco Maciel foi a educação, a entrevista tem muitos elementos fundamentais, inclusive para o debate que terminamos de concluir, pois, com o título “É o Fundeb ou o caos”, coloca exatamente as boas perspectivas que surgem na área educacional no Brasil a partir da esperada aprovação do Fundeb pela Câmara dos Deputados.

A entrevista traz também alguns assuntos relacionados à educação que estão na ordem do dia, como a questão das cotas, que tem movimentado uma série de manifestos contrários e favoráveis. A reportagem como um todo faz uma retrospectiva significativa da educação no Brasil no último período e as perspectivas que temos para os próximos anos.

Então, solicito a transcrição na íntegra da entrevista para que conste dos Anais da sessão de hoje.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CJC: Acho que foi a resolução de enfrentar duas situações problemáticas: a reformulação da educação superior e a transformação do Fundef em Fundeb. A revitalização das universidades federais, que se encontravam em situação muito precária face à pouca garantia de financiamento, foi uma ação muito importante. Isso porque não havia regras claras em relação ao financiamento do ensino superior nem mesmo quanto aos seus objetivos.

CCE: *O que faltava em relação a esse primeiro problema, definições de competência ou dinheiro?*

CJC: Ambos. Na medida em que há um orçamento feito pela universidade e que vai para três ministérios (da Educação, do Planejamento e da Fazenda), existe um fluxo burocrático que nasce na universidade e vai para diversos escalões da máquina pública. Com isso, os reitores nunca sabem com quanto podem contar para investimento, para custeio, para pesquisa. Eles só têm garantidos os salários de funcionários e professores, o resto é indefinido. Tanto que ali pelos meses de março e abril, os reitores se encontram todos com pires na mão, pois o Orçamento do ano ainda não foi votado. Até já virou uma tradição nessa época de se dar atenção à chamada "emenda Andifes", que nasce da associação que reúne os reitores federais. Isso acontece todo ano, por falta de regra e, também, recursos. Afora essa questão de financiamento, havia também a questão de disciplinar o funcionamento das instituições de ensino superior privado.

CCE: *Elas se multiplicaram nos anos 90...*

CJC: De 1997 para cá houve uma expansão formidável do ensino superior privado, que estava cheio de regras pra lá e pra cá. Um verdadeiro cipoal de normativas e leis, contra as quais o MEC propôs um marco regulatório. Alguma coisa que fosse orgânica, que conseguisse reunir desde o processo de autorização de cursos até o de sua posterior avaliação, com regras claras, que regulassem o papel da instituição privada do começo ao fim. Da vontade de resolver esses dois problemas, do financiamento e da regulamentação do setor privado, nasce o projeto de reforma da educação superior que, depois de passar por um amplo e muito interessante debate ao longo de dois anos, acaba de chegar ao Congresso.

CCE: *Se há esse cipoal jurídico, por que as faculdades particulares, em sua maioria, se colocaram contra o projeto de reforma?*

CJC: A Constituição assegura a liberdade de ensino e a coexistência de instituições públicas e privadas, o que permite trabalhar com o conceito de mercado, mas, ao mesmo tempo, exige que essas instituições privadas de ensino se submetam a dois processos, o de autorização e o de avaliação. São dois princí-

pios muito claros e todos aceitam, mas quando se quer fazer um marco regulatório há os que não desejariam que essa regulação fosse tão minuciosa. Na ausência de uma regulação, vale a velha história do "eu sou mais eu". Acontece que educação não é venda de sapato, nem de sanduiche. É um produto que profissionaliza as pessoas, gera diploma, um lugar profissional no mercado e, portanto, a população precisa ter, desses profissionais, uma qualidade garantida. Isso é um dever do Estado, independentemente do papel fiscalizador que também é exercido pela imprensa e por outras instituições.

“ Sob o governo Lula tivemos três ministros, porém apenas dois ministérios ”

CCE: *O Fundeb, é um avanço real, do ponto de vista do financiamento, em relação ao Fundef? O cobertura aumentou mesmo?*

CJC: Acho que sim, mas para que minha opinião seja entendida, é preciso primeiro entender o que foi o Fundef e como se organiza a educação em nosso país. Das três etapas que compõem a educação básica (a educação infantil, o ensino fundamental e o médio), o Fundef resolvia o problema apenas da parte central, deixando de fora as pontas. Nossa Constituição, proclamada em 1989, como todas as outras brasileiras que foram proclamadas e não outorgadas, previa uma vinculação de impostos para a educação, porém sem estabelecer regras claras a esse respeito. Outra coisa a se entender é que havia um consenso de que não era mais possível termos crianças sem vagas nas escolas, sobretudo em relação ao ensino fundamental, tornado obrigatório pela Constituição. Dessa conjuntura nasceu o Fundef, que é um fundo voltado para o ensino fundamental e que tem a característica de subvincular, dentro de um algoritmo complicado, aqueles impostos destinados à educação, sendo 60% para o ensino fundamental, obrigatoriamente. O Fundef surge, assim, com duas grandes prioridades: ampliar o acesso e pagar melhor aos professores.

CCE: *E qual o resultado desses dez anos de vigência do Fundef?*

CJC: Acho que ele conseguiu disciplinar o uso do dinheiro, graças a um controle exercido nas duas pontas. De um lado pelos Tribunais de Contas, de outro pelos conselhos de fiscalização e controle do Fundef, que são municipais. Há, portanto, um controle estatal e um controle civil, o que é muito bom. Este é o primeiro valor positivo do Fundef, de fiscalizar e disciplinar o uso do dinheiro na educação. E o segundo é que ele tem uma parte de seus recursos dirigidos obrigatoriamente ao salário do professor.

CCE: *E o ganho salarial obtido por meio do Fundef foi significativo?*

CJC: O Fundef teve um impacto extremamente positivo nas regiões menos desenvolvidas do País, como Norte, Nordeste e

Entrevista Capital

Centro-Oeste, mas não teve impacto tão significativo no Sul ou no Sudeste. Aquelas aberrações de professor ganhando 50 reais por mês já não existem mais. Esses passaram a ganhar 240 reais por mês, o que dá para imaginar a conseqüência nas regiões mais pobres. O Fundef ajudou a atenuar as disparidades entre os ganhos dos professores, o que não quer dizer que ganhem à altura do que merecem. Um professor da educação básica ganha hoje em torno de 4.800 dólares por ano. Só a título de comparação, um professor na Argentina recebe aproximadamente 6.800 dólares por ano - e se passarmos para os países europeus, então, esse salário come poeira... Mas o problema do Fundef é que, com ele, o Brasil atacou pelo meio, se esquecendo das pontas.

CCE: Como num jogo de futebol...

CJC: Exato, embolamos o meio-de-campo, para continuar na metáfora. Tome-se uma população pobre, uma remediada e outra de alto poder aquisitivo. Para todos, o ensino fundamental é obrigatório, e o Fundef representou uma fórmula muito inteligente de democratizar o acesso. Só que nós, educadores, trabalhamos com três conceitos: acesso, permanência e sucesso. O acesso está universalizado, graças, em boa parte, ao Fundef. Mas ele é insuficiente, pois as pontas ficaram descobertas - e até se ampliaram as carências nessas áreas. Os estados saíram da educação infantil para se dedicarem ao ensino médio e os municípios, que deviam cuidar dessa fase, não tinham recursos para isso. Não era possível, por exemplo, deslocar recursos do Fundef para as creches e escolas infantis. E isso afetou aquele segundo pilar da educação, o da permanência, pois quem fez educação infantil tem mais possibilidades de permanecer no ensino fundamental, por já ter aquilo que antigamente se chamava "prontidão". Ao mesmo tempo, devido ao intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil, desapareceu a figura clássica da avó que cuida dos netos enquanto a mãe trabalha. Com isso, a demanda por creches aumentou consideravelmente e permanece não atendida pelos municípios. Daí nasceu a proposta de se fazer, em cima da experiência do Fundef, um fundo que atendesse toda a educação básica.

CCE: Em que ponto está o Fundeb?

CJC: Ele já foi aprovado na Câmara, em dois turnos, e agora está no Senado, parado.

CCE: O Fundeb está sob risco de não acontecer?

CJC: Sim, e o que é pior, estamos correndo risco de um tremendo retrocesso, por conta do tempo de vigência do Fundef, que é de dez anos e expira no fim deste. Se o Congresso não votar o Fundeb nem a sua continuidade, haverá um caos na educação brasileira.

ACESSO
GARANTIDO:
Desafio agora se
chama permanência

“ Segundo o Ipea, o déficit do Fundef na era FHC foi de 12 bilhões de reais ”

CCE: Mas o cobertor de jato aumentou?

CJC: Aumentou, há dinheiro novo no Fundeb. A grande crítica ao Fundef sob os anos FHC, crítica esta absolutamente procedente, inclusive com pareceres contundentes do Tribunal de Contas da União (TCU) e a reclamação geral dos secretários estaduais de educação, foi a contrapartida do governo federal. Isso porque, na composição do Fundef, há uma parte dos municípios e outra dos estados, e um valor mínimo, nacional, a ser pago por aluno ao ano. Quando esse valor ficar abaixo do mínimo, estados e municípios deveriam receber uma complementação da União. Acontece que a fórmula posta no Fundef não foi obedecida pelo governo federal, o próprio autor da lei. Segundo cálculos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo TCU, o déficit acumulado foi de 12 bilhões de reais nos oito anos de vigência do fundo, que foi aprovado em 1996, testado experimentalmente em 1997 no Pará e expandido aos outros estados em 1998.

CCE: No aspecto do financiamento, o Fundeb é diferente?

CJC: Ele tem no seu corpo quanto a União tem de complementar. Está lá na lei que nos três primeiros anos de vigência do novo fundo, a União tem de colocar cerca de 4,5 bilhões de reais anualmente, e isso vai subindo até chegar num determinado teto onde se considera que haverá um equilíbrio entre os recursos federais e os que dependem de estados e municípios. Conta-se também, na perspectiva deste equilíbrio, com a diminuição da evasão escolar, uma melhor adequação idade-série, além da provável diminuição do crescimento demográfico. E este volume de recursos certamente é bem superior ao que sempre houve disponível para a educação. Portanto, haverá mais dinheiro para a educação com o Fundeb. Repartir o já existente seria permanecer com a teoria do cobertor curto, que se puxa para os pés (ou educação infantil), falta pra cabeça (entenda-se ensino médio) ou vice-versa.

CCE: E o período integral, por que até agora não "pegou" no Brasil? É só uma questão econômica ou tem a ver com algum aspecto cultural?

CJC: Ambos. O problema cultural remonta às nossas raízes de colonização ibérica, que não propiciou a escola como lugar de aprendizagem da escrita e da leitura. Nossa tradição é predominantemente oral, com a catequese, a homilia do padre, sem que se formasse uma cultura escolar. Nos Estados Unidos e na própria Europa, aonde a modernidade veio acompanhada da reforma protestante ou luterana, o fiel precisava de uma escola para ler a Bíblia. Essa situação só vai mudar quando o Brasil deixa de ser um país agrário e vê surgir a escola de massas, por volta dos anos 60. Como o País não tinha a educação como

Luta secular

POR PHYDIA DE ATHAYDE

A palavra "quilombola" ainda soa estranha para muitos moradores da região de Gorutuba, bem ao norte de Minas Gerais. Eles são lavradores negros, pobres e, com 99% das mais de 2.500 comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, vivem no limiar entre o reconhecimento de suas terras ancestrais e a perpetuação de uma miséria secular.

Seu Nicolau Quaresma Franco, de 68 anos, é um dos mais velhos da comunidade Gurutubana. Mora com duas filhas e uma neta em

NOVOS QUILOMBOLAS
Descendentes de escravos lutam para conquistar direitos historicamente negados. Mas os obstáculos que enfrentam têm o tamanho das injustiças nacionais

uma casa de tijolos artesanais, construída em 1972, que acaba de desinfetar por causa de baratas. Um pouco tímido, mas orgulhoso por ser visitado pela reportagem, ele fala do passado:

– Aqui não tinha nada, só os nego fugido, que eram comprados pra trabalhar, mas o castigo era muito e eles fugiam. Quando eu era menino, esse po-

NICOLAU QUARESMA.

"Aqui (em Gorutuba, MG)

não tinha nada, só

os nego fugido"

vo de fora não vinha. Pegava maleta (febre) e morria. Só os nego ficava.

A febre a que Nicolau se refere é a malária, doença que manteve a região isolada até a década de 60, como informa o antropólogo Aderval Costa Filho. Há três anos, convidado a visitar o local por uma ONG que notou semelhanças entre os gurutubanos, Aderval, que é branco de olhos claros, iniciou uma pesquisa de campo. Depois de muito insistir, ganhou a confiança de Nicolau, que foi seu guia em todo o trabalho. É que, em Gorutuba, branco é sinônimo de gente que engana os negros. Nos últimos 50 anos, a expropriação das terras aconteceu tanto com brancos levando os negros, analfabetos, a transferir escrituras sem saber como também através de confrontos armados e ameaças de morte.

Uma realidade que se repete, meio século depois, em outra comunidade remanescente de quilombos. Na praia de Sibáuma (RN), os quilombolas têm recebido ameaças e estão na iminência de um confronto. Estão a apenas 7 quilômetros da paradisíaca praia da Pipa, uma das mais

prioridade, a escola ficou reduzida a um único turno, para dar conta da demanda nova, surgida com a urbanização acelerada. A prioridade era oferecer escola gratuita para todos.

CCE: *Mas houve experiências isoladas, como a Escola-Parque, de Antsio Teixeira, ou os Cieps, de Darcy Ribeiro.*

CJC: O problema é que, quando se programa uma escola de jornada integral, é inevitável que ela seja comparada com as demais escolas, e ela apresenta um custo muito mais elevado, seja de construção, seja de manutenção. É um bom investimento, mas cuja universalização exigiria mudanças na relação educação-PIB. Hoje estamos na faixa de 4%, sem contar a iniciativa privada; penso que precisaríamos chegar aos 7% do PIB para que as atuais escolas pudessem ser ampliadas progressivamente, em termos físicos e funcionais. Uma escola em tempo integral implica refeições, bibliotecas aparelhadas, mais funcionários etc. A confluência dessas duas variáveis, uma escola de massas que não conta nem com uma cultura anterior de valorização da educação, nem com recursos suficientes, deu na escola de turnos. Isso na esfera pública, pois as boas escolas privadas já oferecem turnos opcionais, com inglês, computação, esportes etc, o que amplia o "currículo oculto" nessas escolas. Isso, aliás, colabora para que essas boas escolas privadas consigam colocar seus alunos, que são ínfima minoria, nas melhores universidades públicas.

CCE: *Este tema nos remete à questão das cotas. O senhor é a favor delas?* (Leia matéria republicada nas próximas páginas.)

CJC: Em primeiro lugar, a melhor forma de ser favorável àqueles que foram historicamente impedidos de entrar na escola e àqueles que até hoje são excluídos de uma boa escolaridade é defender uma boa escola pública de educação básica, da educação infantil ao ensino médio. Esta é a melhor forma de inclusão. Com boa qualidade, haverá permanência e sucesso escolar. O segundo elemento é que, apesar de haver uma ênfase sobre a escola pública, há uma justificativa baseada num conceito que é, no mínimo, equivocado, pois transforma uma manifestação epidérmica, a cor da pele, em categoria conceitual. E isso pode produzir um racismo às avessas. Em terceiro lugar, como se trata de uma vontade política do governo de instituir as cotas, que elas sejam implementadas com o menor custo possível para o mérito. Em outras palavras, significaria fazer com que, mesmo no interior das cotas, que não são baseadas no mérito, mas em caracteres socioeconômicos, o mérito continue sendo o fator dominante. Todos nós, que estudamos o sociólogo alemão Max Weber, sabemos da importância que ele deu para a impessoalidade que deveria ter a coisa pública. E no Brasil, que tem uma tradição do favor, do compadrio, do nepotismo, o

VESTIBULAR: *Aqui, o compromisso com o favor, o nepotismo...*

“Cota não pode ser eterna, ela precisa ter um tempo limitado de existência”

que é preciso também lembrar outro aspecto: imagine quanto custa um livro de medicina, além da jornada integral de estudos, alimentação, transporte etc. Seria necessário propiciar a esses estudantes também uma gratuidade ativa, seja na forma de bolsa, de auxílio-alimentação etc. A cota em si só não resolve. E não pode ser eterna, ela precisa ter um tempo limitado de existência.

CCE: *Nós estamos conversando aqui bastante sobre os problemas da educação brasileira. Existe algum acerto notório, em alguma área?*

CJC: A pós-graduação é nossa jóia da Coroa. A partir da década de 60 houve uma ação planejada e consciente do Estado em favor da criação de massa crítica, no sentido de formar cientistas, financiar pesquisas, realizar intercâmbios com outras universidades e criar uma cultura avaliativa. Veja o portal da Capes, que é um programa de assinaturas on-line das revistas científicas mais importantes do mundo, principalmente na área das exatas, das ciências agrárias e da saúde. Esse portal, com mais de 8 mil revistas, está disponível para todas as universidades públicas, o que faz com que um pesquisador no Amapá consiga ter acesso às mesmas revistas que um aluno da USP. Foi uma forma de aparelhar as bibliotecas das universidades públicas a um custo menor do que se tivéssemos assinaturas em papel desses mesmos periódicos e com uma distribuição mais democrática. Mesmo assim, o portal consome em torno de 600 milhões de reais por ano. ■

SAIBA MAIS

CURY, Carlos. *Educação e Contradição*. Cortez. São Paulo, 1985.

CURY, Carlos. *Legislação Educacional Brasileira*. DP&A, Rio de Janeiro, 2000.

CURY, Carlos. *Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. DP&A, Rio de Janeiro, 2001.

vestibular, por mais imperfeito que seja, é um dos poucos lugares onde essa categoria weberiana da impessoalidade existe.

CCE: *Mesmo com toda sua injustiça social, o vestibular é uma instituição republicana. É isso?*

CJC: Sim, tanto que quando há uma fraude no vestibular, o barulho é enorme, pois isso é uma exceção. Se o projeto de lei das cotas encaminhado pelo governo ao Congresso for aprovado, o melhor é que seja da forma mais recessiva possível. A USP, por exemplo, atribuirá um bônus de 3% na primeira fase para os egressos da escola pública, da mesma forma como já faz a Unicamp. Só

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

Sem prejuízo da lista de oradores, tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar mais uma vez sobre a tal da CPMI dos Sanguessugas. É fato comprovado em depoimento, embora ainda não tenham sido apresentadas todas as provas necessárias, que o esquema de crime contra a administração pública envolvendo ambulâncias acontecia no Governo passado. É fato que o mesmo esquema de liberação de recursos para compra de ambulâncias ocorria no Governo passado. Por isso, espero que tenhamos a oportunidade de, na próxima semana, ao ouvir o empresário, vê-lo disponibilizar todos os detalhes, as provas que nos possibilitem aprofundar as investigações da operação fraudulenta envolvendo essa quadrilha que atuava no Governo passado.

No atual Governo, está mais do que provado quem operou o sistema. Aliás, tem uma coisa que seria, no mínimo, engraçada, se não fosse trágica: a primeira liberação de recursos feita com a intervenção da quadrilha junto ao Ministro da Saúde do atual Governo aconteceu justamente dia 1º de abril de 2003. Nesse dia, a gangue que atuava no Governo passado, já devidamente articulada com o atual Governo, conseguiu a primeira liberação.

Então, os passos são bem organizados. Sendo assim, o depoimento do Sr. Verdoin é muito, muito importante. Claro que seria muito interessante que outros empresários que também se articulam com quadrilhas no Palácio do Planalto ou no Congresso Nacional disponibilizassem informações, para que assim, de fato, pudéssemos superar todas as possibilidades que se criam a cada Governo em relação aos crimes contra a administração pública.

O empresário tem todo o mapa. Senador Luiz Otávio, parecia até que ele sabia tanto que estava lidando com bandido – Ministro da Saúde, assessor de Ministro, Liderança de Partido do Governo, Senador e Deputado – que anotava tudo: todos os cheques, todas as movimentações bancárias e respectivas cópias de cupons bancários, tinha todos os detalhes manuscritos. Tudo está lá devidamente anotado.

E tal qual disse o pai dele no depoimento que tivemos oportunidade de acompanhar, em Cuiabá, a muitas das perguntas que eu fazia – ou o próprio Senador Amir Lando – ele respondia: “Senadora, pergunte ao meu filho, porque o meu filho tem uma memória como a senhora nunca viu alguém ter. Ele vai-lhe dar todos os detalhes dessa operação criminosa”. E real-

mente ele dá. Ele tem exatamente o dia, quem foram as pessoas que lhe encaminharam e o dia em que ele foi se encontrar com o Ministro Humberto, da Saúde. Ele tem exatamente o detalhe da dívida que vinha do Governo passado. No Governo passado, foi disponibilizado em ambulâncias, para alguns municípios, R\$8 milhões. Só que o Governo acabou e o recurso não foi liberado. Inclusive houve uma festa com a presença do Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique no dia da entrega das ambulâncias, só que o Serra não ganhou a eleição. Então, ele foi procurar o Ministro do Governo Lula para pagar as ambulâncias que já tinham sido entregues, mas para as quais não haviam sido empenhados recursos.

Ele tem todos os detalhes: dos nomes dos lobistas, das pessoas que o procuraram; enfim, todos os detalhes preciosíssimos, todos, todos os detalhes. É muito trágico para quem é da área da saúde, como eu, para quem se dedicou, ao longo da vida, à área da saúde – por mais que sejamos apaixonados pelas áreas de educação, de segurança pública, de desenvolvimento econômico ou de inclusão social –, pois a saúde não pode esperar. Não pode esperar porque a estrutura anatomofisiológica das pessoas não pode esperar a democratização da riqueza, das políticas sociais, o socialismo. Foi justamente nessa área que eles operaram de uma forma impressionante.

Quem analisa os recursos disponibilizados começa a achar que mudou completamente o quadro de saúde, porque era liberação em custeio, liberação de medicamentos, de equipamento médico-hospitalar, de recuperação de centros de saúde e das unidades móveis, que são as tais das ambulâncias.

Só para o Acre foram R\$2,260 milhões. Quando lembro da minha querida Alagoas, penso que lá deve ter acontecido o mesmo que aconteceu em todos os Estados brasileiros: os parlamentares da base bajulatória do Governo certamente foram lá com as ambulâncias, com os prefeitos, para manipular a população pobre, batendo no peito e dizendo que eram amigos do Lula e que estavam trazendo recursos para os pobres em Alagoas. Devem ter feito isso em todos os Estados brasileiros. Para a minha Alagoas, foram R\$2,520 milhões só dessas coisas. Não estou falando de recurso extra-orçamentário, de nada, porque vamos chegar a isso.

Para o nosso querido Estado do Amapá, R\$6,890 milhões; para o nosso querido Estado do Amazonas, R\$1,880 milhão. Estou falando só de emenda individual. Para a Bahia, R\$9.007.493,00; Ceará, R\$2.112.100,00; para o Distrito Federal, R\$1,325 milhão; para o Espírito Santo, R\$2,636 milhões; para Goiás, R\$420 mil; para o Maranhão, R\$3,591 milhões; para Mato Grosso,

R\$2,560 milhões; para o Mato Grosso do Sul, R\$720 mil. Aí eu achei até pouco, mas não era isso. O problema é que eram R\$720 mil para o Mato Grosso do Sul em emenda individual, de um parlamentar – eu quase caí dura quando vi quem era.

No entanto, havia um outro esquema: um esquema negociado diretamente dentro do Ministério da Saúde, dentro da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, de R\$10 milhões em equipamento médico-hospitalar, extra-orçamentário. Do mesmo jeito que aconteceu, de forma extra-orçamentária, com alguns municípios do interior do Ceará, de R\$6 milhões. Dois milhões para a empresa do Verdoin e R\$4 milhões para as outras empresas.

O mesmo ocorreu no Estado do Piauí. E o Senador Mão Santa não está aqui para dizer: “o Pi-au-í”. Para Minas Gerais, foram R\$9.008.149,70; para o Pará, R\$5,485 milhões; para a Paraíba, R\$11.340.405,70 só em ambulâncias e equipamentos em emenda individual. Resolveram todos os problemas da Paraíba. Para o Paraná, R\$2.409.950,00; Pernambuco, R\$2,005 milhões; Piauí, R\$600 mil – achei pouco. Só que o problema do Piauí eram os R\$14 milhões extra-orçamentários! O nosso querido Estado do Piauí merece até mais, como todos os Estados brasileiros merecem muito mais, como a minha Alagoas merece muito mais. Mas o que não pode acontecer é que quem tem aparentemente merecido mais são os sanguessugas: Senadores, Deputados, ministros da saúde, assessores, prefeitos e outros mais do “propinódromo” às custas da ausência de possibilidades concretas para o atendimento à saúde das pessoas pobres. No Piauí, foram R\$14 milhões extra-orçamentários. Olhem só: ambulância de resgate, ambulância de remoção, aquisição de medicamento, tudo aquilo que é muito, muito importante para todos os pobres do Brasil. No Rio Grande do Sul, R\$1.725.000,00; no Rio Grande do Norte, R\$4,1 milhões; em Rondônia, R\$75 mil; em Roraima, R\$3,4 milhões; Santa Catarina, R\$700 mil; São Paulo, R\$27.603.500,00; Sergipe, R\$2.841.250,00; Rio de Janeiro, R\$26.972.500,00, e por aí vai.

Nesse esquema eles usavam tudo: de Santas Casas, hospitais de câncer, Apaes até entidades filantrópicas. Usavam várias e várias entidades que prestam serviços tão especiais para pessoas tão especiais e tão despossuídas de tantas coisas. Por quê?

Senador Alvaro Dias, como sabe V. Ex^a, os únicos que precisam do serviço público de saúde são os pobres. Quando eu voltar para a sala de aula posso precisar do serviço público. Quando meu filho foi atropelado aqui, fui para o serviço público. Ele passou por todas as angústias do serviço público, ficou jogado no chão do posto de saúde até que alguém se predispu-

sesse a vê-lo. Depois, foi com o Corpo de Bombeiros para o Hospital de Base, onde não havia medicação adequada para conter a convulsão decorrente do traumatismo craniano, mas, graças a Deus e à competência técnica dos trabalhadores do Hospital de Base, meu filho ficou bem. Entretanto, a maioria não fica. Quem precisa do serviço público de saúde são as pessoas pobres, as pessoas que não têm planos de saúde, as pessoas que não têm amigos nos postos de saúde ou nos hospitais, as pessoas que não podem dar um telefonema na hora da dor do parto, na hora da febre do filho, na hora do câncer do idoso em casa. Essas são as pessoas que precisam do serviço público.

Portanto, é fundamental apresentar ao povo brasileiro quem participou dessa operação criminosa. Se Senador, deputado, empresário, prefeito, ministros da saúde, trabalhadores do setor público, quem está envolvido tem de ser apresentado à sociedade para que o esquema seja desmontado.

Se o esquema já operava no governo passado e agora continua no Governo Lula, com requinte de vigarice política inaceitável, precisamos dizer isso ao povo brasileiro, para poder desmontá-lo.

Como se desmonta esse esquema? Ainda continuo achando que a experiência americana do Orçamento impositivo, que aqui foi aprovado por Senador do PFL da Bahia que apresentou o projeto, minimiza o risco do tráfico de influência, da promiscuidade, do balcão de negócios sujos entre o Executivo e o Legislativo. Mais que isso, é a construção do Orçamento. O planejamento público para construir o Orçamento, quanto mais transparente, quanto mais compartilhado com os vários setores da sociedade, com os trabalhadores ao setor produtivo, diminui o risco da delinquência política, do tráfico de influência, da intermediação de interesse privado, da exploração de prestígio, de tudo aquilo que está no Código Penal e que prevê cadeia.

Antes de concluir, Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a faz um pronunciamento da maior importância pela oportunidade. Concordo, acho que esse é um episódio que tem de ser apurado nas duas pontas. O Executivo e o Legislativo terão de ser responsabilizados pela eventual participação não republicana – termo muito na moda no atual Governo – nesse episódio. Evidentemente, alguns fatos nos deixam intrigados, porque, na realidade, a liberação do recurso é feita no Executivo. A base de preço de veículos, o Executivo a tem, até porque faz compras para outras atividades do Ministério. Isso me parece muito estranho. O próprio Presidente da República,

em vez de simplesmente dizer que foi a Procuradoria da República que apurou, como se isso fosse obra de Governo e como se o Procurador da República estivesse a serviço do Governo e não do Estado, deveria ser a primeira pessoa interessada em que esses casos fossem apurados o mais rapidamente possível, até porque, recentemente, ele deu uma declaração que estarreceu o Brasil todo quando disse que a saúde no Brasil estava perto de chegar à perfeição. Que perfeição é essa? Há perfeição quando os recursos públicos são usados de maneira incorreta ou são desviados? O Presidente, parece-me, dedica-se muito à saúde no Brasil. V. Ex^a se lembra de que, ao visitar o Hospital do Coração, o Incor, em São Paulo, o Presidente disse que o cidadão brasileiro que tivesse a oportunidade de morrer sob os cuidados do Dr. Jatene, mesmo que este tivesse cometido um erro médico, morreria sorrindo. Quantos brasileiros têm acesso a médico? Já não digo acesso ao Dr. Jatene, que é um extraordinário médico; somente pessoas privilegiadas têm acesso a ele. Evidentemente, o Presidente Lula, desde há algum tempo, como líder sindical, faz suas revisões e as da sua família no Instituto do Coração. Mas, no Nordeste, Senadora Heloísa Helena, há brasileiros que nascem, vivem e morrem sem ter acesso a um médico sequer. Dessa forma, o Presidente está agora devendo ao País e à opinião pública um gesto mais firme, no sentido de que esses fatos sejam apurados em sua totalidade e não apenas em parte. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a apuração profunda é muito necessária até para inocentar quem, de fato, possa ser inocente. Há pessoas que me dizem que juram pelos filhos; há pessoas que me dizem que os filhos estão sendo perseguidos na escola. Não acredito que algumas pessoas iriam me procurar – logo a mim! – para dizer uma coisa dessa e querer apresentar provas e ser ouvidas. É claro que uma pessoa poderia ter apresentado emenda para determinado equipamento. Todos nós, que somos da área de saúde, colocamos 30% de nossas emendas para essa área. Mas, infelizmente, eles só liberavam as dos queridinhos do Governo, não liberavam as de todos. Por exemplo, o Deputado Gabeira, cuja mãe morreu de câncer, fez uma emenda destinando recursos para a compra de um mamógrafo. Tive uma experiência dramática pessoal e também fiz emenda para a compra de mamógrafo, e outras pessoas também o fizeram. Alguém poderia ir lá e fazer alguma vigarice para liberar o mamógrafo e ganhar um dinheiro. É evidente que isso poderia ter acontecido, mas algumas pessoas foram selecionadas para isso. Por quê?

Os depoimentos do Sr. Darci e do Sr. Ronildo, bem como todos os depoimentos que foram feitos na

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – por isso, é muito especial que o dono da empresa venha aqui na próxima semana, para prestar novo depoimento e novos esclarecimentos –, são muito importantes para auxiliar o Poder Público a aprofundar as investigações, identificando onde o crime organizado, a quadrilha atuava, se no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no Congresso Nacional, no setor empresarial, nas Prefeituras ou nos agentes públicos, de forma geral. Com isso, podem-se desvendar todos os tentáculos dessa operação criminosa. Os depoimentos são muito importantes para reduzir o risco de que uma maldita operação como essa volte a acontecer em outras experiências administrativas e continue a ocorrer em outras áreas do próprio aparelho de Estado.

Concedo um aparte ao Senador Antônio João e ao Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^{as} decidam quem falará primeiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por favor, V. Ex^a pode falar antes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Senador Eduardo Suplicy está sendo delicado com V. Ex^a.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – Senadora Heloísa Helena, sou membro da CPML dos Sanguessugas e pouco tenho ido lá, mas tenho conversado com alguns Parlamentares que estão sendo acusados. Tenho um mandato curtinho: há 121 dias, substituo o Senador Delcídio Amaral. Quando cheguei a Campo Grande, depois de tomar posse, as pessoas me perguntavam o que eu achava do Senado, de Brasília. Eu lhes dizia: “Tenho muito medo de amanhã virar corrupto, sem ser corrupto”. E é este o problema que V. Ex^a cita sobre as emendas: os Deputados e os Senadores obrigatoriamente têm de destinar 30% de suas emendas para a saúde, por uma questão de necessidade, realmente, da saúde brasileira. Então, ficamos com medo de não fazer e de deixar que a outra ponta o faça. Sabemos que ninguém cometeu esse crime sozinho. Ele começou no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e envolve Parlamentares de todos os Partidos, o que é pior e mais grave. Todos os Partidos estão envolvidos nisso. Então, isso vem andando, andando, e as coisas vão acontecendo. Conheço algumas pessoas, assim como V. Ex^a, e custa-me acreditar que tenham feito isso, pelo conhecimento que delas tenho no meu Estado. E imagino que, às vezes, nem o fizeram, que podem nem tê-lo feito realmente. E lamentamos que isso, tendo começado no Ministério, passe pela empresa e pelos Parlamentares e acabe indo também para as Prefeituras. Não se faz a malandragem só aqui. Ela é organizada aqui e efetivada lá. É lá que isso acontece, nas secretarias ou nas comissões que preparam

as licitações. Prepara-se, e vem a correspondência: "Bom, já organizei, agora eu pago". É algo lamentável. Fico muito penalizado com o que está acontecendo. A CPMI, na verdade, baseia-se em relatórios da Polícia Federal, mas não está apurando nada, razão pela qual nem compareço muito. Vamos ouvir o Sr. Verdoin, que vai falar o que melhor lhe aprouver. E fica aquele problema de quem é acusado: terá de ter a prova para se defender. Mas, nesse momento em que o político sofre a acusação, em que aparece nessas listas que são divulgadas em todos os locais, sua candidatura praticamente vai para o buraco. "Ele provará depois que era inocente" é o que dizem, mas tudo já terá acabado. Essa é a parte lastimável nesse episódio todo. É uma tristeza que vejamos acontecer isso no País, não somente na área da saúde. Ontem, aqui, no Senado mesmo, invadiram. Há mais ocorrências policiais no País do que não-policiais. Sofremos, sentimos e não sabemos o que fazer. Vou-me dedicar, na semana que vem, a passar um dia na CPMI dos Sanguessugas, para ver, afinal, o que está acontecendo e para poder fazer um juízo final de tudo isso que tenho lido nos jornais e ouvido nos pronunciamentos. Só tenho a lamentar que, lá no meu Mato Grosso do Sul, haja dois Parlamentares apontados como sanguessugas. E há a informação, que a Senadora passa, de dez milhões dentro da Secretaria de Saúde do Estado. Infelizmente, não fiquei sabendo se isso foi efetivado ou não, mas vou olhar. Preciso ver isso, devido à minha responsabilidade aqui. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Realmente, entendo que é muito importante que V. Ex^a analise todos os dados e documentos. É verdade que se trata de um trabalho exaustivo, de revisão constante e de cálculos, para não se cometer injustiças. Não é algo simples fazer isso, pois envolve vidas de muitas pessoas.

Às vezes, não temos pena da pessoa, mas, mesmo assim, sabemos como os fatos repercutem na vida do filho, da filha, da esposa ou dos pais. Muitos vivenciam situações extremamente difíceis com todo esse processo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a pôde debruçar-se sobre os documentos da CPMI dos Sanguessugas, em especial sobre o depoimento do empresário Verdoin e sobre todos os documentos que foram reunidos pelas autoridades e que contribuem para o desvendamento dessa problemática tão grave, que atinge o Congresso Nacional e um número significativo de colegas nossos, eleitos Deputados Federais, representantes do povo.

Existe, inclusive, a possibilidade de haver, nesse caso, até alguns Senadores envolvidos, e é importante que se dê a cada pessoa a oportunidade completa do esclarecimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A CPMI, Senador Eduardo Suplicy, está fazendo o esforço de ouvir os Parlamentares – talvez, esse nem fosse o nosso papel – antes de encaminhar os nomes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque, depois que se encaminha ao referido Conselho, já há uma situação diferenciada do ponto de vista legal. Assim, a CPMI está notificando os Parlamentares, para que levem suas provas por escrito. Se quiserem analisar os documentos para melhor se prepararem para fazer sua defesa, eles têm todo o espaço necessário para isso. Desculpe-me por tê-lo interrompido, mas eu não gostaria de esquecer esse detalhe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Amir Lando, Relator da CPMI, designou-me para Sub-Relator da área relativa aos procedimentos orçamentários. Gostaria de informar a V. Ex^a, como atuante da CPMI, que me estou debruçando sobre as sugestões que poderão evitar esses problemas. Ressalto que algumas dessas sugestões levarão em conta aquelas que a CPI Mista do Orçamento fez em 1993, que acabaram não sendo plenamente consideradas na prática, desde então, e que estão justamente na direção do que V. Ex^a mencionou. Hoje, diferentemente do que ocorria em 1993, quando não se tinha acesso tão generalizado à Internet como agora, há muito maiores possibilidades de comunicação não apenas para os Parlamentares, mas também para as Assembleias Legislativas estaduais, para as Câmaras Municipais e para a população como um todo. Então, tiradas as lições dos episódios envolvendo a CPI de 1993, poderemos avançar muito e mais agora, com essa CPMI. Trata-se efetivamente de assegurarmos mais transparência a todos os nossos atos como parlamentares de um modo geral quando houver transferência de recursos para os respectivos Governos estaduais e municipais, além de propiciarmos a toda e qualquer pessoa no Brasil o direito de acompanhar de perto como são tomadas as decisões relativas a gastos, a investimentos, à transferência de recursos, dando total transparência aos procedimentos. É nesta direção que acredito que poderemos dar uma contribuição muito significativa nos próximos dias, com o resultado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito: prevenindo e evitando os problemas que estão sendo constatados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Não tenho dúvida de que a construção e a execução do Orçamento, que é o coração da Administração

Pública, não podem continuar sendo feitas conforme as conveniências transparentes ou promíscuas das relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

V. Ex^a defende com veemência que o Presidente da República venha ao Congresso Nacional para debater com Parlamentares e com representantes dos trabalhadores ou dos empresários, de todos os setores da sociedade, a construção da peça orçamentária. Aliás, essa é uma proposta que a própria Confederação Nacional dos Municípios defende: apresentou-a no encontro com os presidenciáveis como forma de fazer com que a construção do Orçamento não seja uma atividade de alguns poucos iluminados do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional e com que, conseqüentemente, a execução orçamentária não se dê conforme uma relação de promiscuidade, para que não seja definida a liberação de recursos segundo o grau de subordinação com o Presidente da República. Isso realmente é algo muito grave. É inaceitável que isso continue a acontecer.

Encerro, Sr. Presidente, reafirmando que a construção do Orçamento, que é o coração da Administração Pública, e a execução orçamentária não podem continuar sendo feitas segundo as conveniências dessa relação promíscua envolvendo o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, as prefeituras e setores empresariais. Além disso, é muito importante garantir a punição rigorosa, exemplar e implacável dos criminosos envolvidos numa operação tão grave como essa, que, com certeza, tirou vidas de crianças e de pessoas doentes em todos os Estados brasileiros.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Alvaro Dias, suplente de Secretário, e Antônio João.

O SR. PRESIDENTE (Antônio João. PTB – MS) – Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSOPRONUNCIADOPELOSSR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADOPELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio João. PTB – MS) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy a gentileza de ter permutado comigo a sua inscrição como orador desta tarde.

Nesta semana, compareci, no Amapá, à comemoração do 61º aniversário da Associação Comercial do Estado. É uma entidade que tem prestado relevantes serviços ao Estado e tem sido não apenas uma entidade para defender os interesses da classe produtora, como também um foro permanente para o debate dos problemas do Estado.

Os portugueses, na aventura dos mares, nas conquistas que fizeram, tinham por norma, ao chegarem em qualquer parte do mundo, constituir três instituições. Os historiadores que falam sobre a aventura portuguesa dos mares dizem que eles criavam, quando chegavam, o Senado da Câmara, que, hoje, é a Câmara de Vereadores, para que a população pudesse, unida, defender os seus interesses. Aqueles que chegavam, os povoadores, podiam se aglutinar em torno de uma associação, que, naquele tempo, chamavam-se de classes produtoras, para defender os interesses da colônia.

Em segundo lugar, eles criavam as Santas Casas de Misericórdia. Hoje, no Brasil, nós as encontramos em quase todo o País. Se chegarmos em Moçambique, Timor ou Angola, encontraremos, nas capitais, as mesmas Casas de Misericórdia que eles faziam aqui, porque, naquele tempo, não existindo nenhuma previdência social – nem se podia falar nisso –, havia o sentimento da caridade aliado ao sentimento religioso.

Em terceiro lugar, fundavam as associações comerciais. Nós vemos, no Brasil, que são centenárias as nossas associações comerciais, porque antecederam as outras federações, que eram setoriais, porque a economia obrigou os países a fracionarem em setor industrial, agrícola, comercial. Então, surgiram as federações. E as associações comerciais, como remontam a um tempo bastante anterior, têm a função de defender o comércio de uma maneira geral. E por quê? Porque o comércio era a única maneira de promoção do progresso.

Na frente, vinha o comércio, como primeiro instrumento de desenvolvimento dessas regiões.

Nesse sentido, a Associação Comercial do Amapá é também precursora, ela está inserida nesse processo, com uma diferença: na realidade, aquela região foi singular no Brasil, porque o Amapá era uma região desconhecida, como quase toda a Amazônia. Não se sabiam onde eram as fronteiras, e elas eram disputadas até mesmo por aventureiros do mundo inteiro: por

piratas, corsários, franceses, holandeses, ingleses. E os portugueses tinham por obrigação e por desejo ocupar aquela área como sendo sua, mas eles não tinham instrumento para isso, a não ser aqueles que, no passado, eram instrumentos clássicos: as fortificações.

Eu já disse desta tribuna que o território do Amapá passou a ser uma parte também disputada e inserida nos mapas que se faziam na Europa, nos acordos que foram feitos em Utrecht, o Acordo de Paris, sobre o fim das guerras, porque eram regiões desconhecidas, mas disputadas por ingleses, franceses e holandeses – Napoleão até dizia que a França vinha até a margem esquerda do rio Amazonas. Foram os franceses os primeiros que, ali, construíram fortificações.

A primeira delas foi a fortificação do Curiaú que era uma vigia na entrada do rio Amazonas. Como o rio possibilitava a entrada de barcos e aventureiros, tudo isso se destinava a evitar que ocupassem as regiões, que eram tomadas como regiões portuguesas.

O período filipino, que vai de 1580 a 1640, corresponde à união das duas Coroas, o que possibilitou que a linha de Tordesilhas fosse abandonada e, então, que fosse possível a expansão daqueles territórios.

Essa colonização começou pela cidade de Macapá, mas a cidade foi planejada. Isso é interessante na história da Amazônia e na história do Brasil, porque se discute nos mapas antigos – e pesquisei um pouco sobre isso na Casa do Tombo – alguns documentos que existiam sobre a cidade, que ela havia sido construída na margem esquerda do Amazonas, para que desse apoio ao forte. Então, o forte determinava que as cidades tivessem os habitantes que o construíssem. Esse forte, atualmente, é uma obra gigantesca e extraordinária de engenharia militar. E, sem dúvida alguma, ele será – e estou empenhado nisso – patrimônio da humanidade, porque por ali se passou a história do homem.

Portanto, a cidade de Macapá foi feita de forma planejada; porém, com um detalhe singular, porque, naquela época, os urbanistas consideravam que as cidades deveriam ser planejadas como uma praça, em torno da qual seria desenvolvido todo o aglomerado urbano.

No momento em que foi feito o planejamento, junto ao forte, da pequena vila, que seria a Vila de Macapá, esse planejamento foi feito com duas praças, o que, na realidade, era uma estrutura muito moderna, em matéria de planejamento urbano. Isso era algo singular, que foi muito discutido – discute-se ainda hoje. Quando se observam os documentos antigos, verifica-se que havia discussão a respeito do projeto de urbanização.

Pois bem, foi em torno dessa pequena vila de duas praças que se constituiu a cidade de Macapá, que, hoje, é a capital do Estado.

Aquela região inteira tornou-se brasileira pelo esforço daqueles que ali residiam, porque sabemos que aquele era um território do Contestado, ocupado pelos franceses; e, em tratados internacionais, considerado uma área que não era brasileira nem francesa, mas do Contestado. Pois bem, foi essa área, que, pelo esforço dos brasileiros – que lutaram, com armas na mão –, tornou-se brasileira. Portanto, com a ocupação dos brasileiros no território, quando recorremos ao laudo de arbitragem com a Suíça, o Brasil tinha o grande argumento de que aquela era uma região ocupada por brasileiros e, por conseguinte, ao longo do tempo, ela era brasileira. Foi isso o que nos deu a vitória no laudo suíço.

Pois bem, essa é uma digressão para apenas dizer que, na história da Associação Comercial do Estado do Amapá, está justamente a tradição da formação das cidades brasileiras, a tradição portuguesa, que presidiu a sua colonização no mundo inteiro.

Hoje, também nessa reunião, tivemos a oportunidade de festejar uma nova abertura para o Estado, que não é somente abertura comercial, porque, na realidade, região isolada vive absolutamente, exclusivamente quase do comércio. Mas estou lutando aqui, dentro do Congresso, para que se transforme a área de livre comércio em área industrial.

Agora, com as descobertas que foram feitas dos estudos mineralógicos do Estado do Amapá, descobriu-se que ele também é uma província mineral, a mais nova província mineral do Brasil. Assim, agora, começamos a ser exportadores de ferro, já começaram as primeiras exportações de ferro. A estrada de ferro que foi feita para escoar manganês, hoje já está escoando ferro para exportação, que passou a ser um mineral também de alto valor em nível internacional.

Essas pesquisas nos mostram também a existência de cromo e de outros minerais raros, como urânio, e outras reservas de manganês, o que possibilitará, sem dúvida, a criação, naquela região, de um grande pólo minero-metalúrgico.

Por outro lado, a bacia sedimentar da Amazônia é a maior possível na costa do Amapá. Ali, sem dúvida alguma, teremos oportunidade de ampliar as pesquisas sobre petróleo.

Eu já disse aqui, outro dia, que apenas foram pesquisados 100 poços, enquanto, em Campos, na área de pesquisa, foram feitas 3.800 perfurações. Desses 100 poços, três foram ainda do tempo em que eu era Presidente. E, em dois deles, foram encontradas ocorrências de gás e de petróleo, o que mostra que, indu-

bitavelmente, aquela é uma área de bacia sedimentar, bacia do cretáceo, e todas as descobertas modernas feitas no mundo a respeito de novas reservas de petróleo pertencem às bacias sedimentares do cretáceo, que são as mais recentes.

Portanto, Sr. Presidente, quero congratular-me com a Associação Comercial do Amapá e dizer, ao mesmo tempo, que essa data é festejada com a ocorrência das descobertas minerais, que vão transformar o Estado num pólo mínero-metalúrgico.

Em relação à área de energia, com a construção das novas hidrelétricas – a primeira delas está sendo iniciada, a de Santo Antônio –; com o levantamento do potencial hidrelétrico do rio Araguari, já com a construção de algumas usinas; e com a concretização da transposição do rio Amazonas, pelo cabo que trará a energia de Tucuruí à margem esquerda do Amazonas, evitaremos aquilo que existe: Manaus, Macapá e outras cidades da margem do Amazonas consumindo óleo *diesel* com grande subsídio, porque ele chega com preço muito elevado. E as tarifas, iguais no País inteiro, fazem com que as companhias elétricas, estatais naquela região, tenham esse prejuízo.

Na realidade, com a energia de Tucuruí e a transposição do rio Amazonas com esses cabos, que vão a Manaus e a toda aquela região, evidentemente essa fase vai ser superada.

Por outro lado, a possibilidade da vinda do gasoduto da Venezuela até o Rio Grande do Sul, que será um gasoduto muito necessário, também terá um tramo que alcançará a cidade de Macapá.

Com isso, ressalto, desta tribuna, que os 60 anos da Associação Comercial foram comemorados com as novas expectativas e as novas descobertas, na certeza que temos de que o Estado passa a ser viável, com recursos próprios capazes de sustentar a sua riqueza.

Na Amazônia, não podemos pensar em distribuir a pobreza, como até hoje tem sido, e sim a riqueza. Mas para distribuir riqueza temos que criar desenvolvimento. E para criar desenvolvimento temos que ter infra-estrutura. E essa infra-estrutura é energia, transporte e comunicação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Antônio João, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, eu seria o próximo, mas o Senador José Jorge, com respeito à sua condição de candidato a Vice-Presidente, me pede

a gentileza de poder falar antes. Como sou candidato apenas à reeleição ao Senado, e S. Ex^a a Vice-Presidente da República, vou conceder-lhe a prioridade.

Por favor, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Como muito bem registra a Senadora Heloísa Helena, este é o legítimo exercício da democracia. Um democrata age assim.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Ainda que meu candidato seja o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E ainda que o meu seja Guilherme Afif.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o Senador José Jorge, sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou uma matéria com o seguinte título: “PCC manda matar políticos do PFL e PSDB mostra escuta”. Ninguém do P-Sol, Senadora Heloísa Helena.

Reportagem do jornal Estado de S. Paulo informa que políticos do PFL e do PSDB estão sendo ameaçados de morte pela facção criminosa conhecida como PCC, Primeiro Comando da Capital.

Segundo o jornal, uma escuta telefônica feita pelo Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) flagrou um preso conhecido como Moleque repassando ordens a um bandido que se identifica como Muca. Este pede ao preso que repasse as ordens da cúpula, o chamado salve, para ataques no Estado.

Com caneta e caderno na mão, a conversa começa. Mas, em vez de mandar matar os políticos dos dois partidos, por algum motivo, a ordem é repassada de forma truncada.

Em vez de políticos, o preso manda matar os “policiais da câmara municipal, PFL, PSDB”. Quando o criminoso pede confirmação da ordem, o detento explica: “Esses são os polícias (sic) que ficam nas câmaras, tem os policiais que ficam nas câmaras”.

Um delegado do Denarc disse ao jornal Estado de S. Paulo não ter dúvidas de que o fato de a ordem ter chegado truncada nas ruas fez com que políticos dos dois partidos não sofressem atentados na mais recente onda de violência promovida pela facção. “Em vez de políticos, pensaram que era para matar policiais.”

Um exemplo de que o PCC queria atacar os legislativos municipais ocorreu em Juquitiba, na Gran-

de São Paulo. Ali, bandidos jogaram uma bomba que destruiu o prédio da Câmara...

(...)

A ordem para matar os políticos do PSDB e do PFL – respectivamente os partidos do ex-governador, Geraldo Alckmin, e do atual, Cláudio Lembo – foi interceptada após o começo dos últimos ataques.

Sr. Presidente, há duas semanas, o Presidente Jorge Bornhausen fez aqui uma declaração que chamava a atenção para a questão política no que diz respeito aos ataques do PCC. S. Ex^a relacionou os ataques do PCC a supostas ligações políticas e interesses políticos que existiam naquele momento. Muitos desmentiram a declaração, dizendo que não havia relação política nenhuma, que isso era invenção; mas, agora, essas gravações – e, pelo que se sabe, existem outras – mostram que há um fundo de verdade nisso, e que essas pessoas que estão nos presídios também acompanham o movimento político, e esses movimentos podem beneficiar ou prejudicar o candidato A, B ou C.

No mesmo dia em que o Presidente Jorge Bornhausen fez essa declaração, eu também falei, quando aqui cheguei – a imprensa pediu que eu me pronunciasse a respeito –, que não sabia se havia uma relação, no caso, entre o PCC e o PT, que era o que o Presidente Jorge Bornhausen havia dito. Apenas disse que toda vez em que é veiculada uma pesquisa cujo resultado é favorável a Geraldo Alckmin, o PCC faz um movimento. Pode ser apenas coincidência, mas também pode haver alguma relação. Levantei apenas isso, e era verdade: até aquele momento, todas as vezes em que o candidato Geraldo Alckmin subia nas pesquisas, havia um movimento do PCC. Eu disse: “Pode ser coincidência, mas também pode haver uma relação”. Agora, com a publicação dessa matéria, verifica-se que há uma questão política também envolvida.

Logo depois, foi publicada a seguinte notícia:

O PT apresentou hoje ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido de investigação contra o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, e o Senador José Jorge, candidato a vice-presidente na chapa do tucano Geraldo Alckmin. A notícia-crime é mais uma reação às acusações de que os petistas estariam ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). A petição, assinada pelo presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, pede que a proposta seja encaminhada ao Ministério Público e solicita a instauração de uma ação penal contra os dois opositores por crime contra a honra.

No documento, Berzoini ainda afirma que as declarações de Bornhausen e Jorge atentam contra “a honra e a moral do Partido dos Trabalhadores e de

todos os seus filiados”. Além disso, o presidente do PT classifica as acusações como um “ato de nítida conotação eleitoral”.

Aproveito para dizer, já que não tive a oportunidade de fazê-lo antes, que essa notícia-crime que o PT apresentou na Justiça Eleitoral não tem razão de ser. Em primeiro lugar, porque o art. 54 da Constituição Federal garante a nós, Parlamentares, o direito de palavra, de pensamento, de dizer o que acreditamos que aconteceu e dar a nossa opinião. Esse é um direito de parlamentares do mundo inteiro, e não apenas do Brasil. No mundo inteiro, os parlamentares não podem nem devem ser processados por delitos de opinião.

Em segundo lugar, em nenhum momento, particularmente, eu disse que o PT tinha uma ligação com o PCC. A única coisa que eu disse foi que, todas as vezes em que o Senador Geraldo Alckmin subia nas pesquisas, o PCC fazia um movimento, o que pode ser coincidência ou não. Mas não afirmei explicitamente isso.

Esse tipo de processo que se abre é algo que pode ser repetido todo dia, um contra o outro. Se, todas as vezes em que a Senadora Ideli Salvatti der uma opinião contra o PFL, contra A ou B, eu for processá-la, ou ao Senador Suplicy, isso não acabará mais, cada um processará o outro. Esse não é o melhor caminho para a convivência parlamentar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou conceder primeiro ao Senador Eduardo Suplicy, mesmo porque S. Ex^a me cedeu a vez de falar.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É uma troca de gentilezas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Jorge, V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a, respeito que tem granjeado entre todos nós, seus colegas, porque são muitas as ocasiões em que, ainda que tenhamos debates fortes e pontos de vista diferentes, V. Ex^a tem sido um exemplo de Senador que se debruça sobre um assunto em profundidade, como, por exemplo, na reforma do sistema judiciário. Também em questões da reforma tributária e outros exemplos, em que até mesmo o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, reconheceu o empenho de V. Ex^a, inclusive para que pudéssemos chegar, aqui, a um entendimento e aprovarmos matérias de grande repercussão e importância, no interesse maior da Nação brasileira. Com respeito a essas declarações que, por vezes, nos causam espanto e levam companheiros nossos e todos nós, do Partido dos Trabalhadores, a

reagir, seja do Presidente Jorge Bornhausen, seja de V. Ex^a, já que V. Ex^a propõe que tenhamos, como Partido, procedimento o mais respeitoso, adequado, construtivo, V. Ex^a há de convir que, quando membros do PFL ou o seu próprio Presidente, ou Senadores, aqui, simplesmente porque houve um problema com uma pessoa, ou com duas, ou com mais pessoas dentro de um partido que tem mais de 800 mil pessoas filiadas – se essa pessoa errou, daí a generalizar para a instituição toda! –, colocam um adjetivo que é, muitas vezes, ofensivo, então, não é à toa que o Presidente do Partido, Ricardo Berzoini, sintam-se no dever de reagir e solicitar à Justiça que haja um procedimento pelo menos de esclarecimento ou de reação a uma declaração dessa ordem. Quando, por exemplo, em 1992, surgiram aspectos relativos a procedimentos inadequados, incorretos, que foram, inclusive, objeto de julgamento do Congresso Nacional e que levaram à cassação de um Presidente que era apoiado pelo Partido de V. Ex^a, o PFL, não me lembro de termos nós, do Partido dos Trabalhadores, por mais incisivos que fôssemos, por mais assertivos que pudéssemos ter sido – e eu próprio fui um deles –, estendido para o PFL um fato associado a um membro do Governo que o PFL aprovava, um procedimento que, por nós, foi considerado inadequado. Faço esta ponderação porque, se V. Ex^a nos pede um procedimento, digamos, mais civilizado, construtivo, então que possam V. Ex^a e seus companheiros receber uma ponderação nesse sentido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É claro!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe nossa linguagem possa se tornar mais elevada e melhor. Lembro-me muito bem dos ensinamentos de um dos maiores políticos da história do nosso País, o Presidente da Assembléia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que recomendava a todos – várias vezes, ouvi S. Ex^a fazer esta declaração – que era importante, na vida política, com respeito aos nossos adversários, que sempre fizéssemos observações, adjetivações e qualificações que nos permitissem, sempre, mantermos o diálogo com eles, o que seria quase inevitável na vida política. Considero esse ensinamento muito sábio. Quem sabe ele possa servir para todos nós?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti; depois, encerrarei, Sr. Presidente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, veja bem como as palavras e as opiniões, que obviamente todos têm o direito de expressar e verbalizar, têm sempre uma repercussão significativa,

senão não seríamos Parlamentares. Portanto, tudo o que falamos e expressamos tem conseqüências. Por exemplo, no início da tarde, fiz um pronunciamento a respeito de uma série de situações, de operações, ou seja, a questão da corrupção como um todo, os mecanismos que são cada vez mais necessários aperfeiçoarmos para podermos, efetivamente, reduzi-la. E citei algumas pessoas que se destacaram no noticiário de hoje, inclusive um Parlamentar, que sequer conhecia, que me abordou. Agora não me vem o nome de S. Ex^a, apenas sei que é sobrinho do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque, ao fazer o registro, disse que provavelmente teria sido dado o destaque no noticiário por causa da ligação familiar. Portanto, o destaque havia sido dado para que o nome de S. Ex^a aparecesse no depoimento do Sr. Vedoin. Fiz muita questão, e foi interessante, porque o Parlamentar me abordou para me mostrar a documentação que levava em sua defesa para a CPI das Sanguessugas. Na oportunidade, S. Ex^a fez questão de registrar que, em meu pronunciamento, citei o nome e a situação, com todo o respeito e a tranqüilidade que essa situação, em pleno processo eleitoral, pode desencadear. Portanto, Senador José Jorge, quero dizer que há muita diferença entre opinião e acusação. Inclusive, quando V. Ex^a estabelece – e não é a primeira vez que ouço – que há uma coincidência entre a subida do Alckmin nas pesquisas e os ataques do PCC, quero dizer a V. Ex^a que, apesar de entender isso como opinião, ela extrapola. Ela não é apenas uma opinião; até porque, pela repetição, ela deixa de ser opinião.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, não repeti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Antes de lhe devolver a palavra, queria dizer o seguinte: para mim – não é “eu acho” –, eu estou convencida de que, em relação a determinadas ações do PCC, se houver qualquer determinação nesse sentido, quero aqui lamentar e dizer que todos nós temos de estar, absolutamente, cerrando fileiras para que o PCC não oriente e não execute qualquer ação contra qualquer político do PSDB ou do PFL, o que seria lamentável. Ninguém pode ser conivente ou se regozijar se algo dessa magnitude vier a ocorrer ou estiver sendo engendrado no descontrolo da questão da segurança em São Paulo. No entanto, Senador José Jorge, V. Ex^a vai me desculpar, mas o PCC, se ele está elaborando ou tomando alguma atitude, que, volto a dizer, todos devemos repudiar e devemos cerrar fileiras para impedir que venha a acontecer, acho que aí há uma lógica: a de que, considerando o sistema prisional em que o PCC está embutido, ele reage e toma atitudes absurdas porque o identifica – o PCC, os seus comandantes

– com as autoridades que, há doze anos, governam o Estado de São Paulo, onde eles estão submetidos e aprisionados. Então, os doze anos de governo do PSDB/ PFL...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, V. Ex^a acha que tem lógica?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Entendo que tem, porque quem está preso em São Paulo, qual a autoridade que ele identifica como responsável pela situação que ...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, quem está preso no Piauí deve atacar o Governador do Piauí?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, não deve atacar ninguém. Mas V. Ex^a há de convir que eles identificam com a autoridade diretamente responsável pelo sistema prisional. Senador José Jorge, independentemente de ter ou não lógica, tenho a convicção de que tem lógica eles se direcionarem para as autoridades que administram o sistema prisional de São Paulo. Mas, indiscutivelmente, tem de haver repúdio, além de uma ação conjunta de todos nós – Governo Federal e Governo Estadual. Por isso, penso que foi fundamental a liberação dos R\$200 milhões na medida provisória, sendo R\$100 milhões para o Estado de São Paulo, a fim de prestar socorro, e toda essa conjugação de esforços que o Ministro Márcio Thomaz Bastos permanentemente mantém com o Governador Cláudio Lembo. Lamento que a utilização da Força Nacional de Segurança ou do Exército, em algumas situações, não tenha sido aceita. Mas reconheço e respeito a opinião de quem governa São Paulo, o Governador Cláudio Lembo, que tem a autoridade constitucional de decidir se aceita ou não, já que S. Ex^a é o responsável por comandar em São Paulo a questão da segurança.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Eu agradeço.

Na realidade, a segurança não é responsabilizada somente dos Estados. Inclusive, o Presidente Lula tinha toda uma motivação para tratar da questão de segurança pública e não cumpriu praticamente nada daquilo que prometeu à Nação.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, apenas a responsabilidade no sentido de fazer ou não a parceria com o Exército ou com a Força Nacional de Segurança. A não ser que seja decretada uma intervenção, mas, obviamente, ninguém está advogando isso. Portanto, há toda uma parceria entre o Ministro Márcio Thomaz Bastos e o Governador Cláudio Lembo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Somente para dar um exemplo, essa Força Nacional de Segurança é virtual. Ela pode ser utilizada quando for necessária para um Estado pequeno, porque mais da metade

é oriunda do Estado de São Paulo. São dois mil, dos quais mil e poucos vêm do Estado de São Paulo. Então, enviá-la para aquele Estado não teria efeito. Foi apenas uma demonstração de querer se aproveitar politicamente do fato, oferecendo uma força virtual, que, na realidade, não existe.

Em segundo lugar, o Presidente Berzoini disse que atacamos a honra e a moral do Partido dos Trabalhadores e de todos os seus filiados. Na verdade, o que eu disse não ataca em nada o Partido dos Trabalhadores. Eu nem citei o Partido dos Trabalhadores. O que eu disse foi que as pesquisas caminhavam no sentido dos processos. Na realidade, jamais quis e não atingi a honra nem a moral do Partido. Pelo contrário, acho que quem atingiu a honra do Partido dos Trabalhadores foi o Ministro José Dirceu, que foi cassado, foi o Ministro Palocci quando quebrou o sigilo do caseiro, foram outros Ministros do Governo e a própria direção do Partido, o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro, que recebeu propina. Foram todas essas pessoas que, na verdade, atingiram a honra do Partido dos Trabalhadores e que o PT nunca denunciou no Tribunal Superior Eleitoral. Podia ter denunciado, mesmo sendo seus membros. Atingiram a honra do Partido e nunca ninguém foi punido. Quer dizer, dizem que vão punir depois das eleições. Pouca gente acredita nisso, inclusive eu.

Penso que esse não é o caminho e que o PT, antes de processar, antes de encaminhar para a Justiça Eleitoral notícia-crime contra os adversários, deveria primeiro processar aqueles que efetivamente atingiram a honra e a moral do Partido, que foram esses que citei e muitos outros que não cumpriram aquilo que deveriam ter cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, Sr^{as} e Srs. Senadores, quantas mortes precisarão acontecer até que finalmente se perceba que muitas pessoas já morreram? Até quando vamos assistir a esta guerra, tanto em nosso País, a guerra civil que infelizmente tem acontecido, como lá no Oriente Médio? Quanto tempo teremos ainda até que as pessoas se sintam com mais bom senso para resolver os problemas de tanta carnificina, tantas mortes e tanto sofrimento?

É importante que, em São Paulo, possamos todos, tanto na Prefeitura Municipal do Prefeito Gilberto Kassab, no Governo Estadual do Governador Cláudio Lembo, quanto com os esforços do Presidente Lula e do Ministro Márcio Thomaz Bastos, tomar as medidas

necessárias para caminharmos na direção de não haver mais episódios como seqüestros, matanças, queimadas de ônibus, promovidas pelo PCC ou por outras organizações criminosas. Também precisamos evitar a superlotação das casas de detenção e, sobretudo, todos os problemas que têm sido os causadores de tanta criminalidade violenta, dos assaltos, dos roubos, dos assassinatos.

Daí os passos que precisamos dar celeremente para que não haja tanta superlotação nos presídios, Sr. Presidente, para que mais e mais sejam aplicadas penas alternativas e para que também possamos ter ali, nos estabelecimentos penitenciários, oportunidades para que as pessoas de fato sejam reeducadas; que haja cursos necessários para que, ao voltar à sociedade, possam essas pessoas realizar trabalhos, tarefas, atividades profissionais que lhes garantam uma forma de sobreviverem com dignidade. Mas, aqui fora, sobretudo para os jovens e para as crianças, visando a que não trilhem o caminho da criminalidade, é importante estarmos atentos às condições sociais de equilíbrio em nosso País, principalmente provendo oportunidades de educação mais adequadas.

Sr. Presidente, é necessário que falemos hoje um palavra a respeito dos problemas internacionais, dada a dificuldade que está vivendo o Oriente Médio, situação que está repercutindo fortemente em todo o mundo e, em especial em nosso País, onde há milhões de pessoas descendentes de árabes, judeus e israelenses, que estão preocupados com a dificuldade de entendimento naquela região.

Quero aqui dizer o quão importante é que o Governo brasileiro – e incluo tanto o Poder Executivo quanto o Congresso Nacional – esteja empenhado na busca de esforços para o término da violência, da guerra que novamente ameaça se estender por todo o território do Líbano, do Irã, do Iraque, de Israel e dos demais países árabes.

Tenho procurado ler e compreender os diversos pontos de vista. Ainda ontem, li com atenção o artigo da Embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimon, publicada na **Folha de S. Paulo**, "Qual a saída?", onde procura argumentar que o combate israelense é justo e a intensidade de sua reação é paralela à ameaça, mas que acredita Israel na via diplomática. Também li o artigo do Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano, Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alfredo Cotait Neto, em que ele ressalta que, estandarte da tolerância religiosa, Beirute renasce de uma guerra interminável e irradiava auto-estima para o país e, entretanto, se vê novamente o Líbano, justamente quando se preparava para receber cerca de um milhão e seiscentas mil pessoas, sendo objeto

de destruição. Para alguns, como a brasileira Valdelice Nunes Leguth, que voltou ontem do Chile, o Líbano acabou, como se não houvesse possibilidade de novamente ver a nação de seus pais e avós retornar à vida normal.

Sr. Presidente, até quando essas coisas vão perdurar? Será que não são capazes os governos, inclusive dos países mais desenvolvidos – seja o governo de Israel, do Líbano ou o Hizbollah –, de chegar a um entendimento?

Saúdo o esforço do Ministro Celso Amorim de, inclusive, hoje estar em Adana, na Turquia, para se solidarizar com centenas de brasileiros e providenciar o resgate deles. Centenas de brasileiros e brasileiras descendentes de libaneses ou até líbano-brasileiros estavam no Líbano e, agora, se vêem instados a sair das principais cidades daquele país, para não serem mortos pelos ataques de armas mortíferas que têm atingido as diversas cidades libanesas, muitas vezes matando pessoas que não têm nada a ver com o Hizbollah. A população civil e mesmo diversos brasileiros que estavam no Líbano, incluindo crianças, foram mortos. Eis, portanto, a razão do meu apelo.

Muitos amigos meus que são judeus, palestinos, libaneses e árabes têm me procurado e dito: "Senador Suplicy, veja lá no Senado como fazermos um apelo mais forte para que essa situação do Oriente Médio não continue com tanta destruição, tanta morte".

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedo-me um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Fico pensando, Senador Arthur Virgílio, para cada ponte destruída, para cada edifício destruído, para cada sistema de infra-estrutura destruído, seja do lado árabe, no Líbano, na Palestina ou em Israel, quanto vai custar de esforço: Não seria melhor que estivéssemos muito mais empenhados em descobrir os caminhos de realização da paz, baseados na justiça entre os povos árabes e israelenses?

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, o discurso de V. Ex^a carrega um grande apelo. Ainda há pouco, em Manaus, mulheres da colônia libanesa fizeram uma passeata, com toda aquela carga cultural, com todo aquele sentimento de desespero que é próprio de quem conhece a fundo e até familiarmente esse drama do Oriente Médio. Sempre digo que se a gente quer sentir civilização, se a gente quer sentir a dor da construção civilizatória é só a gente olhar bem fundo nos olhos de um velho judeu, de um velho árabe. Os olhos de ambos têm algo que vem da alma e que, talvez, ainda falte a nós, que somos uma nação tão jovens. V. Ex^a tem razão. É

uma querela milenar que precisa, por outro lado, voltar àqueles tempos em que o Presidente Clinton colocou Arafat e Benjamin Netanyahu nos jardins da Casa Branca. Falo da guerra do Iraque, por exemplo. Longe de se absolver aqui a ditadura corrupta e sanguinária – e é pleonasma dizer que é uma ditadura corrupta e sanguinária, pois todas são corruptas, todas são sanguinárias – de Saddam Hussein, já custou ao Tesouro americano, aquela guerra que não tem fim, cerca de metade do Produto Interno Brasileiro.

E, ainda por cima, colabora para aumentar o preço do petróleo, penalizando, portanto, todos os atores, inclusive os Estados Unidos mesmo. Não dá para ser parcial, para ser maniqueísta, porque, de um lado, há aquele lixo que é a Al Qaeda, aquele lixo que tem de ser varrido mesmo da face política do mundo; de outro lado, há o instinto belicoso que precisa ser contido por parte dos Estados Unidos. Em relação aos árabes e aos judeus, sinceramente, muito sinceramente, eu me ponho a olhar as razões de um e vejo razões em um, a olhar as razões de outro e vejo razões em outro. Eu vi, por exemplo, o Hezbollah atacar Israel depois de Israel ter dado algumas demonstrações muito claras de boa vontade: começou a desocupar territórios, a abrir mão de territórios antes ocupados. Porque a esses grupos terroristas não interessa a paz, eles então agrediram quem estava disposto à paz. A resposta foi exagerada, a resposta é cruel, a resposta é terrível em cima do Líbano, de populações civis. Creio que este é um papel para a política externa brasileira: colocar-se como um mediador, colocar-se como alguém que vai efetivamente oferecer alternativas que levem a conversas, a diálogos, a propostas de entendimento. Penso que esses episódios terminarão conflitando, primeiramente, o Oriente Médio e, depois, parte significativa do mundo. Tomara que não estejamos vivendo ou revivendo aquele triste episódio da história recente dos Bálcãs! Tomara! Tomara! Sinto a paz mundial ameaçada e sinto, pelo menos, que grande parte da superfície deste mundo está ameaçada pela animosidade vinda da Coréia do Norte, pela crise do Oriente Médio que se alastra. É uma solidariedade, a meu ver, falsa que a ditadura da Síria dá aos agredidos, porque o que ela quer mesmo é o aumento do nível de incêndio naquela floresta bélica. Enfim, preocupo-me muito e digo-lhe que me entristece ver como está a situação. Por outro lado, urge que países comprometidos com a paz, como é o caso do Brasil, entrem em ação e mediem o conflito. Para mim, esse é o grande papel. É um papel muito mais importante do que ser do Conselho de Segurança da ONU. Importante é mediar essa questão. Quero registrar a passeata das mulheres descendentes de libaneses e de libanesas

em meu Estado e fazer a condenação muito clara de toda e qualquer atitude belicista, parta de onde partir, e a condenação muito clara do terrorismo, das suas facções, das suas deformações, das suas más formações. Tudo que cheire a agressão ao direito da pessoa humana, ainda que a pretexto de defender a pessoa humana, deve ter uma vigorosa condenação por parte do Congresso brasileiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Felizmente, nós, brasileiros, temos observado, em todo o País, na minha própria cidade, São Paulo, mas também em todas as cidades brasileiras, como Manaus e Recife, judeus e árabes convivendo em paz, interagindo e realizando as mais diversas operações de comércio, bem como operações de cooperação nos mais diversos âmbitos. Inclusive, nas nossas universidades, observamos professores judeus e árabes ou suas respectivas descendências capazes de cooperar, de colaborar. Então, nós, brasileiros, temos uma condição muito propícia para propor a realização de mediações, para que, o quanto antes, realizemos aquela que foi a bela recomendação de Martin Luther King, ao expor que sempre utilizemos contra a força física a força da alma, evitando a tentação da violência.

Sr. Presidente, eu gostaria também de falar a respeito da suspensão da Rodada Doha. Nesta semana, foi anunciada a suspensão, por tempo indeterminado, das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Reina um sentimento de fracasso, de decepção. A imprensa no mundo inteiro lastimou o desfecho, falou-se em “fiasco”, em “fim melancólico” e em “colapso” da Rodada Doha, a suposta rodada de desenvolvimento. Os países ricos não querem fazer concessões adequadas no setor agrícola, e os países mais pobres continuarão, por enquanto, submetidos aos efeitos nocivos de subsídios bilionários e a barreiras de acesso aos mercados agrícolas nos países desenvolvidos. O **The Wall Street Journal**, por exemplo, avalia que as negociações entraram em coma. Alguns mais pessimistas falam em desagregação do sistema multilateral de comércio e prevêm uma era de protecionismo e conflitos comerciais crescentes.

Negociadores de diferentes países ou blocos trocam acusações, procurando transferir a outros a culpa pelo insucesso das negociações. A maior parte das críticas dirige-se, neste momento, aos Estados Unidos, que foram, segundo entendimento majoritário, os mais inflexíveis nessa última etapa das negociações da Rodada Doha. O Governo Bush mostrou-se, ao que parece, excepcionalmente relutante em fazer concessões apreciáveis em matéria de redução de subsídios domésticos a seus agricultores, temendo

as repercussões no Congresso e nas eleições parlamentares que se aproximam. Naturalmente, os Estados Unidos apresentam versão diferente, que também tem o seu conteúdo de verdade, e culpam sobretudo a União Européia por não ter posto na mesa uma proposta condizente em termos de abertura dos seus mercados agrícolas.

O Brasil não escapou de críticas dos seus interlocutores na negociação. Mas parece claro que não é do Governo brasileiro a principal responsabilidade pelo insucesso. O Governo brasileiro parecia disposto – disposto demais, segundo alguns críticos aqui no Brasil, especialmente no setor industrial – a fazer concessões expressivas em matéria de diminuição de tarifas sobre importações de bens industriais (as tarifas consolidadas e mesmo as efetivas) e também no que diz respeito a acesso aos nossos mercados de serviços. A impressão que ficou foi a de que o Brasil se esforçou muito, por meio de seus negociadores, com o Ministro Celso Amorim à frente. Houve até mesmo a intervenção direta do Presidente Lula em mais de uma ocasião, para tentar desbloquear a negociação e superar o impasse.

Cabe uma palavra de apoio e reconhecimento ao Ministro Celso Amorim que, desde 2003, vem lutando para fazer avançar a Rodada Doha e manter vivo o espírito com que ela foi lançada, isto é, o de negociar com vistas a superar injustiças e assimetrias do sistema multilateral de comércio e da OMC. Desde 2003, o Brasil assumiu papel de um dos protagonistas da Rodada Doha. É claro que isso não se deve apenas ao papel do Governo e à ação individual do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores. O peso do Brasil, econômico e demográfico, nos confere uma influência natural no curso das negociações na OMC e em outros campos, mas desde 2003 o papel do Brasil cresceu, e o País passou a uma posição de destaque na Rodada Doha. O Brasil foi um dos artífices, talvez o principal, da criação do G-20, um grupo de países em desenvolvimento, que inclui a Índia, a China, a África do Sul, a Argentina, o México e o Egito. Esse grupo passou a atuar de forma coordenada nas negociações da Rodada Doha, com o Brasil e a Índia aparecendo freqüentemente como articuladores e representantes dos demais. Pode-se dizer, sem exagero ou favor, que o G-20 alterou a configuração das negociações, passando a ser reconhecido como um dos principais interlocutores. A existência e o dinamismo do G-20 contribuíram para que a Rodada Doha não tivesse o destino de sua antecessora, a Rodada Uruguai, cujo desenlace foi determinado em larga medida por um acordo bilateral entre os Estados Unidos e a União Européia. Não por acaso, os resultados da

Rodada Uruguai para países como o Brasil foram predominantemente negativos.

Infelizmente, não foi possível chegar a um acordo, mas antes nenhum acordo do que um mau acordo. Uma repetição da Rodada Uruguai, com resultados enviesados a favor dos países mais ricos, seria inconcebível. O Ministro Amorim, tentando ver o lado positivo da situação, declarou que a Rodada Doha não morreu e que a sua suspensão pode funcionar como um choque que desperte as lideranças dos países desenvolvidos, mormente os Estados Unidos e as nações da União Européia, para a necessidade de mudar de postura. A resistência dos países ricos, entretanto, parece muito maior do que se imaginava.

De qualquer forma, os entendimentos continuarão. Os jornais de hoje anunciam uma visita da representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, ao Brasil no sábado. Logo após a suspensão da Rodada Doha, ela pediu para se encontrar com o Ministro Amorim, segundo ele próprio relatou em suas entrevistas publicadas hoje, por exemplo, na **Folha de S. Paulo** e em **O Estado de S. Paulo**. O importante é que o Brasil trabalhe, dentro do possível, para continuar buscando os objetivos de desenvolvimento e comércio justo, preservando e aperfeiçoando a Organização Mundial do Comércio e outros organismos multilaterais.

Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, que preside a Comissão Mista do Mercosul, no Senado e no Congresso Nacional, eu gostaria também de assinalar a respeito da relevância da reunião realizada em Córdoba, quando se avançou no diálogo dos países que compõem o Mercosul e se elegeu o Presidente Lula Presidente da Instituição Mercosul. Senador Sérgio Zambiasi, como Presidente da Comissão, V. Ex^a tem um papel muito importante de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Mercosul.

Diante desse impasse na OMC, será importante o desenvolvimento que o Mercosul pode ter, sob presidência, neste ano, do Presidente Lula, no que se refere aos entendimentos com a União Européia. Como membro da Comissão que V. Ex^a preside e da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria de acompanhar de perto.

Sr. Presidente, requeiro que seja publicada na íntegra carta que estou encaminhando ao Ministro de Estado da Saúde no sentido de cumprimentá-lo pela adoção do novo critério para a fila de transplante de órgãos humanos, de tal maneira a se levar em conta tanto a ordem cronológica, como também a gravidade do potencial beneficiário do transplante. São muitos os casos de pessoas que acabam perdendo a vida por não ter sido realizado o transplante em tempo hábil.

Um desses casos foi o do Sr. Oscar Rosé Filho que faleceu em 2001.

Recebi uma carta da Sr^a Ana Maria Buccini Rosé, esposa do Sr. Oscar, e envio, em anexo, correspondência na qual tece suas considerações sobre o que considerava uma injustiça o antigo critério, adotado em 1997, por essa Pasta.

Na oportunidade, Frei Betto escreveu sobre esse assunto.

Então peço a gentileza de ser transcrita a carta da Sr^a Ana Maria Buccini Rosé, assim como o artigo "A Travessia do Jordão", escrito por Frei Betto sobre o mesmo tema.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

São Paulo, 1º de Julho de 2006.

***Excelentíssimo Senhor
Ministro da Saúde do Brasil
Dr. Agenor Álvares***

Honrado Ministro

A Pena de Morte, embora não integre a Constituição Brasileira, vitimou de 1997 a 29 de maio de 2006 milhares de brasileiros através da ordem cronológica da fila para transplante de fígado.

Nesse período, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a urgência médica não foi levada em conta como recomendam os princípios básicos de solidariedade humana e a ética médica.

Essa injustiça do governo brasileiro tirou a vida, em 12 de julho de 2001, após dois anos e meio de imenso sofrimento físico e psicológico, do meu marido Oscar Rosé Filho.

Perplexos, chocados, indignados e impotentes diante de tamanha arbitrariedade eu e meus filhos, ainda adolescentes, tivemos que enfrentar a vida.

Meus filhos perderam um pai amoroso, companheiro, orientador, protetor e amigo.

Eu perdi meu primeiro namorado, meu melhor amigo, cúmplice de todos os momentos felizes que vivemos juntos desde a nossa adolescência.

Não pôde estar na formatura dos filhos, não entrará com a filha na igreja no dia do casamento, não esteve e não estará nos aniversários e quando houver netos, não sentirão o carinho do avô.

O país perdeu um cidadão digno, ético, generoso, profissional competente, engenheiro e professor muito querido pelos seus alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie.

Sentimos muita falta, senhor Ministro, do seu amor, aconchego e proteção. Morreu lutando pela vida, agarrado à fé em Deus, que sempre alicerçou nossas vidas.

Tentando salva-lo e as outras pessoas que estavam na fila, procurei na época o então Ministro José Serra. Foram cartas, telefonemas, recados, em vão. Não respondeu, ignorou.

Pedi ajuda a Dom Paulo Evaristo Arns, que telefonou para o Ministro e ficou indignado com a resposta. Procurei Frei Betto que conversou com ele, com médicos, escreveu vários artigos para jornais indignado com o fato.

O Ministro Serra talvez se julgasse com direito de arbitrar sobre a vida e a morte e não teve a sensibilidade para perceber a violência da Portaria da Omissão Legalizada, assinada por ele em 1997. A indignação pela injustiça era grande demais. Procurei então ajuda no Senador Eduardo Suplicy.

Às três horas da tarde do dia 27 de março de 2001 entreguei minha carta na sua residência da Rua Grécia.

Às 23:00 horas do mesmo dia o Senador me surpreendeu com o seu telefonema. Ele não me conhecia, mas se importou. Preocupou-se e ficou mais de uma hora comigo ao telefone para saber os detalhes da minha história. Entrou comigo nessa luta. Procurou o Ministro José Serra, o médico do meu marido, o Senador Tião Viana. Estávamos então todos unidos pela vida: Senador Eduardo Suplicy, Senador Tião Viana, Frei Betto, Dom Paulo Evaristo Arns, Prof. Dr. Hoel Sette, meses de intensa luta, mas para meu marido não houve tempo.

Após sua morte, a dor, o sentimento de injustiça e indignação eram grandes demais.

Decidi então não desistir. Pelo meu marido, pelos outros doentes, em sua homenagem, decidi continuar. O Senador Suplicy esteve ao meu lado todo o tempo, até o fim, por isso meu sentimento de gratidão, admiração, carinho e fidelidade por ele estarão sempre presentes no meu coração.

Ao assinar em 29 de maio de 2006 a adoção do novo critério para a fila dos transplantes de fígado, adotado a partir de 1º de julho de 2006, senhor Ministro, o senhor com a sua sensibilidade e generosidade devolveu a milhares de brasileiros e direito à esperança e à vida.

Em nome do meu marido Oscar Rosé Filho e dos meus filhos Paulo Henrique Rosé e Ana Luisa Rosé

Muito obrigada.



Ana Maria Rosé

Prezado Senhor Ministro,
Cumprimento pelo acerto da decisão de Vossa Excelência no sentido de ser adotado novo critério para a fila de transplantes de órgãos humanos de tal maneira a se levar em conta tanto a ordem cronológica como também a gravidade do potencial beneficiário do transplante.

São muitos os casos de pessoas que acabam perdendo a vida por não ter sido realizado o transplante em tempo hábil. Um desses casos foi o do Senhor Oscar Rosé Filho que faleceu em 2001.

Recebi da Senhora Ana Maria Buccini Rosé, esposa do Senhor Oscar, e envio em anexo, correspondência a qual tece suas considerações sobre o que considerava uma injustiça o antigo critério, adotado em 1997, por esta Pasta.

Anexo também artigo assinado pelo Frei Betto, publicado em 30/07/2001, sobre o assunto.

Na oportunidade envio meus votos de estima e consideração.


Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA
Ministro de Estado da Saúde
Esplanada dos Ministérios - Bloco G
70058-900 - Brasília - DF

Carta n.º 01132/2006

Brasília, 13 de julho de 2006.

Prezada **Ana Maria Buccini Rosé**,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria aproveito a oportunidade para encaminhar cópia do Ofício 1130/2006, que enviei ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Agenor Álvares, contendo sua correspondência.

Em tempo remeto meus votos de consideração.

Atenciosamente,


Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

Ana Maria Buccini Rosé
Rua Roberto Lorenz, 833 Jardim Guedala
05611-050 São Paulo - SP

A travessia de Jordão

Geraldo Jordão Pereira, meu amigo, está na fila do transplante de fígado. Oscar Rosé Filho estava. Morreu há dias, antes de chegar sua vez. Igual risco sofrem os 1.600 receptores. No Brasil, transplante de fígado depende de critério cronológico. O justo seria o da gravidade do paciente. O estado de Jordão é grave. E ele não ocupa os primeiros lugares da fila. Condenados à morte por portaria do poder público, pacientes são induzidos a acreditar que o critério cronológico é transparente, e que o problema reside na falta de doadores e na captação insuficiente. O transplante de fígado é o único meio de salvar a vida de portadores de falência hepática. É uma cirurgia de urgência. Mas o Ministério da Saúde decidiu não ter pressa. E Oscar Rosé morreu.

Escrito e publicado logo após a morte do meu marido

A lista cronológica assemelha-se ao corredor da morte. Foi abolida nos EUA. No Brasil, é adotada pelo Ministério da Saúde. Não importa se o paciente está ou não em estado grave. Recebe um fígado novo, não quem dele precisa com urgência, mas quem primeiro se postou na lista. Hoje, não há dificuldade de se estabelecer com precisão o risco de óbito de cada paciente. Os números fornecidos pela secretaria da Saúde de São Paulo são estarrecedores. Na capital, de julho de 1997 a janeiro de 2001, 2.450 pacientes foram incluídos na lista única para transplante. Destes, 1.395 (56,9%) foram excluídos <http://www.jb.com.br/jb/papel/colunas/trei/indexa.html>

(595 óbitos; 589 transplantados; 211 por outras causas). Permaneceram na lista 1.052 (42,9%). Dos 595 pacientes que faleceram naquele período, 489 (82,2%) morreram dentro de um ano de espera; 224 (37,6%) faleceram entre 0-3 meses; 115 (19,3%) entre 4-6 meses; e 150 (25,2%) entre 7-12 meses após inclusão na lista.

Mais preocupante é que, devido ao óbito dos pacientes mais graves, por causa do longo tempo de espera, passa-se a transplantar quase que apenas pacientes menos graves, condenando-se sumariamente à morte aqueles que necessitam urgentemente do órgão para sobreviver. Como Rosé necessitava e Jordão necessita. É preocupante a portaria da Secretaria da Saúde de São Paulo, de 6/11/2000, que dispõe sobre os critérios mínimos para o cadastramento de receptores potenciais. Permite-se a inscrição de pacientes com queda significativa do estado geral; letargia; prurido (coceira); e deterioração na qualidade de vida, garantindo lugar na fila. O Ministério da Saúde estuda sua aplicação em nível nacional.

Apesar de tudo isto, felizmente não há, ainda, carência de órgãos no Brasil. Mesmo que a recusa familiar à doação permaneça em 50%, como ocorre também nos EUA, há fígados em número suficiente para atender à demanda. O problema reside no critério cronológico. A quem esse esquema privilegia? Seguramente não aos doentes graves que, em última análise, são os que mais necessitam urgentemente do transplante.

Como reformular o sistema? São necessários critérios em conformidade com a ética e o princípio constitucional de igualdade de direitos entre todos os pacientes, também cidadãos. Assim, qualquer normatização deve sempre guardar igualdade na chance de receber um órgão, independentemente de cor, raça, religião ou condição socioeconômica.

A 29/8/2000, o papa João Paulo II reafirmou, no Congresso Internacional de Transplante de Órgão, em Roma, os princípios éticos e morais que devem nortear esses procedimentos. Disse que, do ponto de vista

frei - A travessia de Jordão - 30/07/2001

critérios de alocação de órgãos doados não devam, sob qualquer pretexto, ser discriminatórios (baseados em idade, sexo, raça, religião, situação social etc.) ou utilitários (baseados em capacidade de trabalho, utilidade social etc.). Ao determinar quem deve ter precedência para receber um órgão, o julgamento deve ser feito tendo por base fatores clínicos e imunológicos. Qualquer outro critério seria, comprovadamente, arbitrário e subjetivo.

Resta ao ministro José Serra dar ouvidos ao apelo do papa, possibilitando Geraldo Jordão Pereira e tantos pacientes em estado grave a fazerem a travessia rumo a uma vida melhor e mais longa.

P.S.: O ministro José Serra convocou uma reunião na quarta-feira, em Brasília, com a OAB, CNBB e outra entidade da sociedade civil, quando será realizado um debate entre os doutores Sérgio Mies, que defende a fila segundo o critério cronológico, e Hoel Setti Jr., que advoga a fila pela gravidade dos casos. Há ainda esperança para Geraldo Jordão e outros.

Frei Betto, escritor, é autor de "A obra do Artista - uma visão holística do Universo"

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA.) – Sr. Presidente, estou inscrito para usar da palavra, mas, em momento nenhum, desejo criar embaraço a V. Ex^a. O Senador Heráclito Fortes me oferece a oportunidade de fazer uma troca.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Imediatamente após a manifestação pela ordem do Senador Arthur Virgílio, concederei a palavra ao Senador Luiz Otávio, sem prejuízo da ordem de inscrição.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de pesar e um curto pronunciamento, registrando o falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, meu conterrâneo, porém erradica-

do no Rio há muito tempo, velho militante comunista e prestista, que foi assassinado violentamente. Agredido por um Vereador da cidade onde se deu o evento tão infausto, não resistiu, faleceu.

Figura amiga de meu pai. Herdei essa amizade do meu pai, herdei-a do Ministro Almino Affonso. Alguém que me fazia *e-mails*, ora criticando as posições econômicas que adoto, ora elogiando a nossa luta pela moralidade pública nesta Casa. De repente perdemos Ajuricaba Monassa de Paula. Inovador como foi sua mãe. Sua mãe foi a primeira mulher a dirigir automóvel na cidade de Manaus, mulher corajosa, já trabalhava fora quando as mulheres todas eram pensadas para não agirem assim. E ele, igualmente, aos 73 anos de idade, reagiu à manifestação de prepotência dos seus três agressores; pagou, com isso, o preço da vida. Mas foi com a mesma disposição com que enfrentou a ditadura e sobreviveu a ela.

Esse companheiro de lutas merece ser reverenciado com o voto de pesar e o modesto pronunciamento que encaminho à Mesa, para registro da Nação Brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Registro aqui, consternado, o falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, querido amigo e conterrâneo, companheiro de lutas contra a ditadura.

Monassa, que sobreviveu foi brutalmente assassinado no final da tarde de segunda-feira, dia 24, na cidade de Guapimirim, Rio de Janeiro, onde se radicara depois de aposentado como funcionário do Ministério do Trabalho.

Ajuricaba estava na casa de sua sogra, ~~um~~ imóvel que é objeto de disputa judicial com a família do vereador Oswaldo Vivas, quando chegou esse ~~acompanhado~~ acompanhado de um tio e um sobrinho.

Ajuricaba, que sempre reagiu ~~contra~~ a prepotência, ~~a~~ arrogância e ~~as~~ injustiças, já havia recebido ameaças e até providenciado garantia de vida. Com razão, ^{porque} ~~Porque~~ o vereador, que segundo nota da Associação Brasileira de Imprensa – ABI ^{recebeu ferido} ~~é feita~~ preta em ^{ato marcante} ~~luta marcial~~, chegou e passou imediatamente a agredi-lo.

O brutal ato de violência só cessou quando Ajuricaba, de 73 anos de idade, tombou praticamente sem vida. Pessoas que estavam nas proximidades usaram técnicas de ressuscitação e o levaram para o Hospital de Parada Modelo, nas vizinhanças de Duque de Caxias, mas ele não resistiu aos ferimentos.

Esse covarde assassinato não pode ficar impune. A ABI já pediu à governadora Rosinha Garotinho que tome as providências necessárias porque, segundo dizem, “a barra em Guapimirim é muito pesada”. Eu não peço. Eu exijo! Exijo da governadora providências enérgicas para a apuração do crime e punição dos culpados. Peço também ao Ministro da Justiça que acompanhe o caso.

Ajuricaba fazia jus ao nome – o do famoso chefe da tribo dos Manaus que entrou na história do Amazonas como um lutador pela liberdade. Essa foi também a marca da vida desse meu amigo, que foi amigo também do meu pai e do

ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Foi um idealista, tendo iniciado sua atividade profissional no jornal *Imprensa Popular*, diário mantido, no Rio, pelo Partido Comunista Brasileiro.

Era um prestista. Pertencia àquela geração que dava a filhos o nome do *Cavaleiro da Esperança*. Dos quatro filhos que deixou, o mais velho, do primeiro casamento, tem o nome de Luís Carlos.

Ajuricaba estava entre as cerca de 500 pessoas que foram receber Prestes, no aeroporto do Rio, em 1979, quando, com a anistia, voltava de seu último exílio. E enquanto aguardava o desembarque, discutia animadamente com o também falecido cantor Taiguara, para ver quem sabia mais sobre a vida de Prestes. Ele ficou com o pequeno grupo que acompanhou o líder comunista até sua casa. Eu também, certa vez, estive com ele num aniversário de Prestes, num longínquo subúrbio do Rio.

Ao longo desses anos todos, embora não mais identificados por aqueles ideais comunistas, mantivemos relação estreita e afetuosa. Ele acompanhava minha atuação parlamentar e se manifestava sobre minhas posições, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por e-mails. Era intransigente defensor da moralidade pública, intolerante com a corrupção, dogmático inflexível e nacional-desenvolvimentista. De forma que ora ele aplaudia e elogiava minhas posições, ora as criticava, principalmente em matéria econômica.

É com tristeza, portanto, que registro a perda desse amigo, principalmente pelas circunstâncias em que ocorreu.

Sr. Presidente, concluo encaminhando à Mesa requerimento de Voto de Pesar.
Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I
e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº /2006

*Requer VOTO DE PESAR pelo
falecimento do jornalista AJURICABA
MONASSA DE PAULA, ocorrido no dia
24 deste mês de julho, no município de
Guapimirim RJ.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento, dia 24 de julho de 2006, no município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro, do jornalista amazonense AJURICABA MONASSA DE PAULA, um idealista e antigo batalhador pela liberdade e justiça social.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de seus familiares.

JUSTIFICATIVA

O jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, amigo muito querido e companheiro de luta contra a ditadura, foi brutalmente assassinado na tarde da última segunda-feira. Ele estava à porta da casa de sua sogra, na cidade de Guapimirim-RJ, quando chegou o vereador Osvaldo Vivas, acompanhado de um tio e um sobrinho, e passou a espancá-lo brutalmente. O motivo estaria relacionado com uma disputa judicial em torno daquela casa, mas isso não vem ao caso. O fato é que se tratou de agressão absurdamente covarde, pois segundo a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, o vereador é faixa preta em luta marcial e meu amigo jornalista era homem de 73 anos de idade. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu praticamente na hora. Faço este registro com muita tristeza, pois se tratava de amizade herdada do meu pai. Ajuricaba era amigo dele e também do ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Sempre esteve muito ligado à vida política do País. Iniciou-se na profissão no jornal *Imprensa Popular*, mantido no Rio de Janeiro pelo antigo Partido Comunista Brasileiro. Era comunista e prestista. Esteve entre as cerca de 500 pessoas que foram ao aeroporto, no Rio de Janeiro, receber Luís Carlos Prestes, em 1979, quando voltava de seu último exílio. Acompanhou-o até sua casa. Eu mesmo, certa vez, fui com ele comemorar um aniversário de Prestes num longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Ele era daquela geração de brasileiros que homenageava o *Cavaleiro da Esperança* dando a filhos o nome de Luís Carlos - nome do seu filho mais velho, do primeiro casamento. E manteve-se fiel a seus ideais. Era dogmático

inflexível, intransigente com a moralidade pública, intolerante com a corrupção. Preservamos, ao longo dos anos, relação estreita e afetuosa. Frequentemente ele se manifestava sobre minhas posições, desde os tempos de Deputado Federal, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por e-mail, ora aplaudindo-as, ora criticando-as, principalmente em matéria econômica, pois era um nacional-desenvolvimentista. Por seu idealismo, por sua história de luta pela liberdade, contra a ditadura e por injustiça social, ele se torna merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, de julho de 2006.

Senador ARTHUR VIRGILIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do ator e dramaturgo GIANFRANCESCO GUARNIERI, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE PESAR, pelo falecimento dia 18 de julho de 2006, do ator e dramaturgo GIANFRANCESCO GUARNIERI.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ator, em São Paulo/SP, e à Rede Globo.

JUSTIFICATIVA

Consagrado como um dos melhores participantes das novelas de televisão, Gianfrancesco Guarnieri foi muito mais. Com uma vida dedicada ao teatro, seu nome inscreve-se definitivamente na dramaturgia brasileira com a peça *Eles não usam black-tie*, por ele escrita e encenada no Teatro de Arena, de São Paulo, no ano de 1958. Como essa, também são de forte cunho político duas outras peças em que atuou: *Arena canta Zumbi*, em 1965, e, mais recentemente, *A Luta secreta de Maria da Encarnação*, que foi um de seus últimos textos, em 2001. O ator é um dos nomes de maior relevo do teatro brasileiro e também do cinema e das novelas da televisão. Entre outras novelas, integrou o elenco de *Belíssima*, na Globo, mas teve que sair em virtude do agravamento de seu estado de saúde. Natural de Milão, Itália, em 1934, mas há muito vivia no Brasil. Morre aos 71 anos, deixando cinco filhos e sete netos. A doença o obrigou a recolher-se ao lar, na Serra da Cantareira, Grande São Paulo.

Sala das Sessões, de julho de 2006.

Senador ARTHUR VIRGILIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O Senador Arthur Virgílio será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero hoje fazer um registro da atuação do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, especialmente do Ministro Celso Amorim e do Governo Brasileiro, por determinação do Presidente da República, o Presidente Lula, com relação à crise no Líbano. Aquela guerra, com certeza, transforma o mundo e chama a atenção dos meios de comunicação por inteiro.

Famílias brasileiras, pertencentes à colônia libanesa no meu Estado do Pará, que estavam em viagem de turismo ou que moravam no Líbano tiveram de ser transportadas daquele local. O trabalho foi feito pela Força Aérea Brasileira e pelo Comando da Aeronáutica.

Cumprimento a Aeronáutica, na pessoa do Brigadeiro Bueno, pela presteza. Destaco a forma como a Aeronáutica se posicionou, já tendo trazido milhares de refugiados.

Por ser o Pará uma grande colônia libanesa na Região Amazônica, o Consulado e o Clube Monte Líbano têm procurado as autoridades do Estado, como o Governador Simão Jatene, o Prefeito da capital, Ducimar Costa, que ontem esteve comigo em Brasília. Fiz um expediente que foi encaminhado ao Ministro Celso Amorim, que se encontra na Turquia agora.

Falamos com o Ministério das Relações Exteriores e soubemos que as últimas famílias que se encontram no Líbano estão sendo trazidas em vôos da TAM, companhia que foi contratada pelo Governo brasileiro, para trazer, até sexta-feira, se Deus quiser, todos os paraenses e brasileiros que estão no Líbano. Todos estarão brevemente em nosso País e, com certeza, poderão gozar da segurança, da tranquilidade e do convívio da família.

É um momento muito triste que o mundo vive, um momento de muita aflição. O Brasil já foi convocado para também enviar tropa que participará de um movimento de paz no Líbano. São vários Países, e o Brasil já foi contactado. Com certeza, teremos oportunidade de participar dessa força de paz no Líbano, para equacionar esse grave problema que o mundo atravessa.

Sr. Presidente, faço este registro nesta tarde como reconhecimento e agradecimento pela presteza do Itamaraty e pela atenção e determinação do Presidente Lula em atender ao pleito imediatamente, em nome do Governo do Pará e do povo paraense.

Sempre estivemos e estaremos juntos, lutando em prol dos interesses do Brasil, principalmente como representantes do Estado do Pará. Apesar de hoje a Bancada federal do Pará estar ausente, estiveram aqui ontem tanto o Senador Flexa Ribeiro como a Senadora Ana Júlia Carepa. Com certeza, essa é a demonstração maior que damos todos os dias, nesta Casa, no Senado Federal, no Congresso Nacional, da atuação conjunta que fazemos, independentemente de questões político-partidárias e eleitorais.

Em 65 ou 66 dias, haverá eleições no Brasil inteiro: nos 26 Estados e no Distrito Federal, ou seja, nas 27 unidades da Federação. As eleições serão para Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Deputados Federais. Os 513 Deputados Federais terão a oportunidade de disputar a eleição, além dos novos candidatos que já se apresentaram nas convenções; Deputados Estaduais das 27 unidades da Federação poderão renovar seus mandatos, e outros serão reeleitos para as Assembleias Legislativas e para a Câmara Distrital, no Distrito Federal.

Os candidatos terão oportunidade de se apresentar à população por meio da mídia eletrônica, da televisão, do rádio, dos jornais, a partir do dia 15 de agosto, de acordo com a legislação eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais em todos os Estados, que têm tido o apoio da população.

Reconheço o trabalho das redes de televisão – com as quais me congratulo –, especialmente da Rede Globo, que tem mantido em seus jornais de maior audiência no Brasil um espaço para todos os candidatos se manifestarem, independentemente da questão partidária e de coligação. A Rede Globo determinou o mesmo espaço de tempo para todos os candidatos, independentemente do tempo a mais que terão alguns durante o período eleitoral. Ela tem dado espaço permanente a todos e mostrado a todo o Brasil, em todos os jornais da Rede. Eu tenho visto os candidatos em outras redes, mas não com tanta frequência, e não há tempo determinado para cada um.

Também considero importante, hoje, Sr. Presidente, lembrar que, na próxima semana, voltaremos a Brasília. Todo o Congresso Nacional, os 81 Senadores da República, bem como os 513 Deputados Federais, serão convocados para o esforço concentrado da próxima semana. Independentemente das questões eleitorais e regionais, teremos de vir a Brasília.

Faço aqui um apelo a todos os Senadores, particularmente aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, que presido, e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que é presidida pelo

Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, para que, nas próximas terça-feira e quarta-feira, tenhamos condições e **quorum** para nos reunir e tratar de inúmeros temas.

A propósito, o Presidente Renan Calheiros hoje lembrou que temos ainda 22 indicações de autoridades a serem apreciadas, fora as autoridades cuja indicação foi feita hoje, como a do Dr. Michel Dib Tachy para o Dnit, que, inclusive, é do Partido Liberal do meu Estado – foi indicado pelo Presidente da República e a sua indicação foi encaminhada hoje pela Ministra Dilma Rousseff a esta Casa. Precisamos ultimar essas arguições e essas votações, que são secretas no âmbito das comissões e do plenário.

Precisamos apreciar principalmente, Sr. Presidente, a questão da Super Receita.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Luiz Otávio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Pois não, Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Luiz Otávio, para que a Nação entenda bem a justa reclamação de V. Ex^a, é necessário que fique claro que quem não dá número nas comissões é a Base do Governo. Eu presido a Comissão de Infra-Estrutura, V. Ex^a preside a Comissão de Assuntos Econômicos; estou com alguns nomes há alguns dias à espera de votação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Quando falei em 22 nomes, Senador Heráclito, fazia referência aos que estão na Mesa para serem votados em plenário.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é, mas mesmo os nomes das comissões, Senador...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Ainda há os nomes que estão nas comissões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E V. Ex^a sabe muito bem que é um deus-nos-acuda. O Senador Zambiasi, que por sorte preside a Comissão, sabe o drama que enfrentamos todas as vezes: temos de apelar ao Governo para que compareça, mesmo quando se trata de matéria de seu interesse. Nessa questão das agências, temos nomes na fila há 60 dias. De forma que V. Ex^a tem toda razão, e é preciso que o Governo se mobilize para mandar seus Parlamentares às comissões para que esses nomes possam ser apreciados. Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Senador Heráclito, agradeço a sua manifestação e insiro também o aparte de V. Ex^a em meu pronunciamento, V. Ex^a, que, com muita confiança e muita garantia, representa não só a Comissão de Infra-Estrutura, que preside, como as outras comissões. O apelo feito sobre a questão do **quorum** realmente é muito importante.

Tenho, ainda no caso do Estado do Pará, um financiamento externo de US\$ 100 milhões para um programa de infra-estrutura rural que está no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional: o Pará Rural.

A contratação desses recursos, que pertencem à série de recursos aprovados este ano – foram aprovados recursos do Paraurb, do BNDES I e do BNDES II, para o financiamento das pontes de concreto que faremos em todo o Estado do Pará –, foi aprovada na Comissão de Economia e no Plenário do Senado Federal e foi assinada na semana passada pelo Governador do Estado em Londres com esse Banco italiano – em Londres, porque a matriz do Banco fica naquela cidade, embora o Banco opere com recursos do Governo italiano.

A concretização desse negócio permitirá ao Estado receber todos esses recursos. E esses US\$100 milhões, que ainda se encontram no Ministério da Fazenda, puderam ser contratados graças à alteração que fizemos em uma Resolução do Senado há mais ou menos três semanas: mudamos o prazo para a assinatura de contratos de seis para quatro meses antes do término do mandato dos governantes. A Resolução se aplica ao Presidente da República, aos Governadores e a todos os Prefeitos dos 5.564 Municípios brasileiros. Mudamos esse prazo para 120 dias, quatro meses. Agora, temos de correr para o Ministério da Fazenda, para o Tesouro Nacional, trazer o projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, votá-lo no plenário do Senado Federal.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero também registrar a aprovação de um projeto de resolução, também da Comissão de Assuntos Econômicos, que permite a todos os Municípios brasileiros a negociação de seus créditos, das contas que possuem. Faço um alerta a todos os Prefeitos brasileiros: agora, com esse projeto de resolução aprovado no Senado Federal, o Município pode negociar os créditos que têm com profissionais liberais, com escritórios de advocacia e com a rede bancária; pode antecipar grande parte desses créditos para empregá-los em infra-estrutura, na área social. É muito importante que todos os Prefeitos brasileiros tomem conhecimento disso e divulguem a notícia. Com essa resolução, poderão receber esses recursos e, com eles, melhorar a vida dos Municípios que governam.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, e aproveitando a presença do Deputado Paulo Magalhães, quero ainda fazer um registro – tenho certeza de que o Senador Antonio Carlos Magalhães também se manifestará a esse respeito.

Conversei com o Deputado Paulo Magalhães, e S. Ex^a me mostrou a declaração do juiz de que foi

ouvido na questão da CPI dos Sanguessugas. Não é só este caso, mas é importante que eu faça especificamente este registro agora. Solidarizo-me com o Deputado Paulo Magalhães, pois conheço S. Ex^a há muitos anos e sei de seu empenho, de sua dedicação, de sua luta em prol do povo baiano e do Partido da Frente Liberal e, por isso, sei também da situação de constrangimento em que S. Ex^a se encontra neste momento. Falei pessoalmente com S. Ex^a há pouco e pude perceber o quanto está abatido por causa dessa denúncia vazia.

Ouvi, hoje à tarde, quando a Senadora Heloísa Helena falou, da tribuna do Senado Federal, que há casos de pessoas inocentes. S. Ex^a não fez generalizações em sua manifestação – há, inclusive, pessoas que procuraram falar com S. Ex^a e com outros Senadores para apresentar explicações.

No caso em questão, há uma declaração clara do proprietário da empresa no sentido de que nunca teve nenhuma relação com o Deputado Paulo Magalhães. Achei importante, portanto, fazer este registro. Peço desculpas por me antecipar ao Senador Antonio Carlos Magalhães, mas o faço de coração, por reconhecimento pessoal, pois conheço o Deputado Paulo Magalhães e sei do seu trabalho.

Nesta hora é importante o apoio não somente das pessoas mais próximas, como é o Senador Antonio Carlos. Mas eu o conheço e sei de seu trabalho.

Esta Casa tem de mostrar ao povo brasileiro que aqui também há pessoas sérias, competentes, capazes. Existem adversários em todos os cantos, principalmente em momento eleitoral. É preciso ter disposição, garra e coragem para enfrentar quem quer que seja. Se querem fazer isso, que façam, mas nós vamos provar que muitas das pessoas que estão sendo atacadas hoje são inocentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Com a palavra o nosso Senador pelo PFL da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Logo após, seguindo a ordem de inscrição, falará o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é este que vou abordar agora.

A Senadora Ideli Salvatti tratou aqui de acusações, que poderiam ser levianas ou não, mas achando que ninguém deve ser incriminado apenas pela acusação.

Trata-se, portanto, de um Deputado que tem ligações familiares comigo. Não é o ACM Neto, mas o Deputado Paulo Magalhães, que estaria no meio dos sanguessugas.

Estarei sempre contra os sanguessugas, Sr. Presidente. Vou lutar aqui contra o “valerioduto”, sanguessugas, mensalão.

Esclarecida pelo próprio Deputado, a Senadora, em aparte ao Senador José Jorge, deu conhecimento, fazendo a retificação – não foi bem uma retificação, porque ela não chegou a afirmar –, mas dizendo que as pessoas às vezes são imputadas de crimes que não praticaram, como é o caso do Deputado Paulo Magalhães.

Muito ciente deste assunto, a partir de ontem, procurei contato com o Deputado, e já está aqui uma certidão da Secretaria das Comissões do Senado Federal, assinada pelo Sr. José Augusto Santana, em que consta que o interrogando respondeu às perguntas, dizendo que “conheceu o Deputado Magalhães através de Ronivon Santiago” – o que, aliás, não honra ninguém – “no ano de 2004; que o parlamentar já havia apresentado uma emenda genérica em favor de municípios da Bahia, para aquisição de unidades móveis de saúde; que sem qualquer ajuste com o parlamentar, obteve em seu gabinete os nomes dos municípios que seriam beneficiados com os recursos, conforme a planilha de fls. 48 do avulso I; que em nenhum momento o parlamentar solicitou qualquer comissão ou fez contato com os municípios; que foi o próprio interrogando quem procurou os municípios” – quer dizer, aquele Vadoir ou coisa que o valha –, “oferecendo os serviços para a execução das licitações; que desses municípios, apenas os prefeitos de Caatiba e Muritiba aceitaram direcionar as licitações; que o interrogando não se recorda de ter pago qualquer valor aos prefeitos; que para os exercícios dos anos 2005 e 2006, o interrogando não executou nenhuma emenda do Deputado Paulo Magalhães”.

Aqui está um testemunho. Acho que preciso ouvir outros, inclusive do Presidente da Comissão, porque acabar com os sanguessugas todos nós queremos, mas não se deve usar um cargo para uma acusação que não seja verdadeira. Sendo verdadeira, que todos paguem o preço, pertençam a que partido pertencerem, porque isso é que me dá autoridade de estar todos os dias aqui, chamando, como chamo agora, o Governo do Presidente Lula de o mais corrupto do Brasil em todos os tempos.

O Presidente Lula não consegue fazer nada com seriedade, porque sério ele não é; ele é um homem acostumado a essa troca de dinheiro ou coisa que o valha em relação aos seus ministros – nem todos, é claro – e aos membros das estatais.

Isso tem dado resultado? Não. Na Bahia, o dinheiro está indo para o Sr. Jaques Wagner de todas as formas. Sabem qual é o resultado? Votos válidos: Paulo

Souto, 73%; Jaques Wagner, 19%. Pesquisa simples: 56% a 13%. Portanto, não adianta jogar dinheiro na Bahia. Se ele disse que ia me derrotar, estou dizendo a ele o que disse da outra vez: eu vou derrotá-lo na Bahia. Ele vai sofrer o maior revés político na Bahia.

Mas é justo que se saliente que pessoas existem no seu Partido que merecem pelo menos o respeito nas suas afirmações. Ontem, a **Folha de S. Paulo** publicou uma página inteira sobre o Senador Suplicy, que está presente e ocupou nesse instante a tribuna. Manchete: “Para Suplicy, Lula deve explicações sobre o mensalão”. “Em sabatina da **Folha**, Senador diz que espera que o presidente revele o quanto sabia sobre escândalo e que, apesar das críticas, vai se empenhar por reeleição.”

Ele, realmente, acha que houve o mensalão, que o mensalão é um roubo, que o Presidente sabia e deve explicações à Nação, mas, mesmo assim, como bom petista, o Senador vai apoiar Lula. É o que traduzo.

O Senador Eduardo Suplicy pede ainda – e peço também, todos os dias, desta tribuna – que o Presidente Lula fale sobre os R\$15 milhões que a Telemar deu à Gamecorp, firma do seu filho, cujo nome, se não me engano, é Fábio. O Senador Eduardo Suplicy pede também esclarecimentos sobre isso, o que faz com que S. Ex^a tenha uma situação privilegiada em São Paulo. S. Ex^a é do PT, mas não esconde nem bota debaixo do tapete aquilo que considera errado, cujas explicações são devidas à Nação brasileira.

Portanto, saúdo nesta hora o Senador Eduardo Suplicy.

Senador, V. Ex^a cresceu lá em São Paulo para o Senado, mais de uma vez, porque toma atitudes como essa. V. Ex^a não está dizendo que Lula roubou com o mensalão. V. Ex^a não está dizendo que o Presidente foi culpado de haver o mensalão, mas deve explicação à Nação de que não tem nada com isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É claro que vou permitir.

Há também a Gamecorp.

Já passei por São Paulo várias vezes. Ainda ontem estive lá. Posso falar do respeito da população a V. Ex^a devido a essas atitudes. V. Ex^a não falta ao plenário e é querido pelo povo de São Paulo. É querido por quê? Porque tem coragem de dizer essas coisas.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, primeiro, quero expressar que não concordo com V. Ex^a na sua afirmação de generalizar o Governo do Presidente Lula como corrupto ou o mais corrupto da história, porque de

maneira alguma isso corresponde à realidade. É possível que tenham surgido informações, constatações de que houve procedimentos incorretos, erros graves. V. Ex^a sabe o quanto avalio seja extremamente importante que inclusive todos nós, do Partido dos Trabalhadores, venhamos a contribuir para que esses erros sejam superados, corrigidos e para que aqueles que os cometeram sejam responsabilizados. Assim como V. Ex^a, há pouco, se referiu a colega de seu Partido que está sendo objeto de averiguação por problemas constatados na Comissão Parlamentar de Inquérito, também avaliamos como muito importante que sempre haja...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu trago o documento demonstrando o contrário. É diferente. Vamos fazer as coisas como são. Se V. Ex^a quer desistir da bela entrevista que deu, eu aceito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Suplicy desiste da entrevista que deu à **Folha**. Ele não quer mais que Lula explique o mensalão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente, não estou dizendo isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero explicar – por favor, Senador Heráclito Fortes – o sentido daquilo que tenho dito e expressado mais de uma vez, e que V. Ex^a conhece muito bem. Formulei a sugestão pessoalmente ao Presidente Lula e já o fiz por carta. É possível que V. Ex^a, alguma vez, quando foi chefe do Poder Executivo na Bahia, Governador de Estado, tenha se dirigido em visita à Assembléia Legislativa e se disposto a dialogar com deputados estaduais. Não sei se V. Ex^a fez isso, gostaria até de saber.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fiz. Eu leio minha mensagem e debato.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, a sugestão que formulei, que V. Ex^a conhece e que inclusive há de lembrar, até porque V. Ex^a foi uma das pessoas cujo comportamento levou-me a fazer a seguinte proposição, por meio de Proposta de Emenda à Constituição. Lembro-me perfeitamente, era Presidente Fernando Henrique Cardoso, que encaminhou ao Congresso Nacional sua mensagem por intermédio do Ministro da Casa Civil e eis que foi lida pelo Sr. 1º Secretário. Em seguida, V. Ex^a, que era Presidente do Senado e do Congresso Nacional, fez um pronunciamento que ganhou, naquela ocasião, muito maior repercussão do que o Presidente da República. Então, eu ponderei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero ponderar a V. Ex^a que isso foi na posse do Presidente da República; foi quando dei posse ao Presidente da República.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, nessa ocasião, o Presidente estava presente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, o Presidente estava presente e tomou posse. Fez discurso, e eu fiz também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou me referindo a outra ocasião, quando ele, já Presidente em exercício, não no dia da posse, no dia 15 de fevereiro, encaminhou a sua Mensagem, que foi lida pelo 1º Secretário do Congresso, e, em seguida, V. Ex^a fez um pronunciamento que, naquele momento, até pelos meios de comunicação, e na própria imprensa no dia seguinte, ganhou relevância. E eu pensei comigo mesmo: é muito melhor que o Presidente vá ao Congresso do que pedir para alguém ler, como o 1º Secretário, a atenção é muito maior. Como aconteceu quando, em 15 de fevereiro de 2003, o Presidente o fez. A minha proposta apresentada aqui, em 1995, tinha inclusive um adendo que, após a fala do Presidente, poderiam os líderes falar algumas palavras e, ao final, o Presidente responder. Bom, pensando um pouco nisso, já que a minha proposta acabou sendo aprovada – recebeu recentemente o apoio do Senador Marco Maciel no que diz respeito ao Presidente vir e ele próprio ler a sua Mensagem –, sugeri que o Presidente um dia resolvesse vir aqui para falar sobre qualquer assunto, não apenas para responder a esta ou àquela questão, como V. Ex^a diz aqui. Transmitem ao Presidente quem sabe sobre as políticas externa, econômica ou social, que ele, um dia, pudesse ter um diálogo muito construtivo. Eu transmitem a ele que, em que pese alguns Senadores, como V. Ex^a ou outros aqui presentes, tais como o Senador Arthur Virgílio, o Senador Heráclito Fortes e assim por diante, às vezes, se referirem a ele de maneira muito agressiva, conforme V. Ex^a há pouco fez...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Suplicy, para o que ele tem feito, eu tenho sido bonzinho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu transmitem a ele que, se ele um dia resolver vir, seja neste mandato ou no próximo – porque acredito que ele será eleito –, ele será muito respeitado e se sairá bem no diálogo aqui conosco. Quem se sairá bem será o Brasil. Será em benefício da Nação brasileira um diálogo entre o Presidente da República e nós, congressistas. Então, é a sugestão que eu formulo. É fato que, em situações tais como as mencionadas na **Folha**, eu disse ao Presidente que, se porventura Sua Excelência resolvesse fazer uma visita e colocar-se à disposição

para responder todas e quaisquer perguntas, avançaria muito na sua intenção, uma vez mencionada por ele, de estar cooperando para que a verdade inteira viesse à tona. Tenho a convicção de que o Presidente ia contribuir muito para que inclusive V. Ex^a viesse a se utilizar de outros termos com respeito ao Presidente. Eu tenho o firme propósito de não permitir que problemas, irregularidades e ofensas à ética ocorram em seu Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu mantenho todos os elogios que fiz a V. Ex^a, mas tenho de dizer que V. Ex^a tem uma dose de ingenuidade.

Se o Presidente não aceita debater na televisão com os candidatos à Presidência da República, como V. Ex^a vai entender que ele virá aqui debater com os Senadores? Confesso a V. Ex^a que não posso sequer acreditar, e toda essa platéia a mesma coisa. Agora, quanto ao Governo, V. Ex^a sabe que ele é corrupto. O Governo é corrupto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E isso está sendo provado. Esse sanguessuga começou com quem? Com aquele vampiro que acusei várias vezes desta tribuna, e V. Ex^a e seus colegas defendiam: o Ministro Humberto Costa. Ele foi o vampiro. Foi com ele que começou isso, e eu não admito que correligionários de V. Ex^a queiram comparar a seriedade de Humberto Costa com a do Ministro José Serra.

O Ministro José Serra é um homem digno, incapaz de praticar qualquer desonestidade. Daí porque não quero que se confundam José Serra e Humberto Costa, não. Chamem Humberto Costa, embora José Serra possa vir a qualquer hora, porque não tem nada a dever a ninguém, pelo seu trabalho e pela sua honestidade. Daí porque está com uma grande diferença para o Governo de São Paulo. V. Ex^a está vendo que ou V. Ex^a ou então a D. Marta deveriam ser os candidatos, porque a situação lá está periclitante também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, muitas vezes, tenho opiniões que podem, em alguns momentos, diferir das do Presidente Lula, mas eu as falo com a maior sinceridade. A minha recomendação ao Presidente Lula é que ele aceite, sim, já no primeiro turno, participar dos debates com os demais candidatos, assim como recomendo ao ex-Ministro, nosso colega e Senador José Serra, candidato ao Governo de São Paulo, que aceite debater com os demais candidatos, inclusive com o Senador Aloizio Mercadante, porque ele, convidado que foi outro dia, para ambos debaterem na Rede Bandeirantes de Televisão, preferiu alegar motivos pessoais. Até agora, ele não aceitou o deba-

te. Então, quero recomendar muito ao nosso colega José Serra que possa também debater com o Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode ficar calmo, porque o Alckmin está crescendo muito. Fique calmo e não vá perder voto por causa de Lula, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A minha recomendação é de que o Presidente Lula aceite debater, desde o primeiro turno, com os seus adversários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero elogiar a inteligência do Senador José Serra e o respeito que ele tem principalmente ao PT de São Paulo. Um dos motivos por que Serra se nega, no momento, a um debate com o Senador Mercadante, nosso colega, é porque o PT ainda não engoliu a candidatura do Mercadante e acha que deveria ter sido a ex-Prefeita Marta Suplicy. V. Ex^a participou de uma caminhada agora que foi constrangedora, onde a ex-Prefeita fez mais sucesso que o próprio Senador, fazendo com que ele abandonasse a passeata. Agora, o Serra é um homem inteligente, não vai criar esse constrangimento para os correligionários de V. Ex^a. Quando o seu Partido absorvê-lo como candidato a Governador, com certeza ele vai; ele vai ter de subir um pouco nas pesquisas para poder comparecer aos debates. Senador Antonio Carlos, eu queria tocar em outro ponto. Com todo o respeito e a admiração que tenho pelo Senador Suplicy – sou fã de carteirinha dele –, ele cai na vala comum. O PT não tem argumento, três anos e meio depois, para justificar o atual Governo e começa a atacar governos passados. Daqui para o final dessa campanha, vamos ver membros importantes do Partido dos Trabalhadores, aqui, acusarem D. Pedro II daquele baile da Ilha Fiscal! O baile da Ilha Fiscal vai ser motivo de pedido de apuração por parte do Governo atual, que não tem outro argumento a não ser falar do passado. Se querem voltar ao passado – permita-me, Senador Suplicy –, o Lula deveria ser candidato a diretor de museu, e não a Presidente da República! A Presidência da República precisa de alguém que pense no futuro, que recupere o crescimento da Nação, para que não obtenhamos taxas de crescimento humilhantes, abaixo das do Haiti. Eu queria pedir a V. Ex^a – e só o faço se V. Ex^a concordar –, com a ajuda do Senador Arthur Virgílio, que autorize o candidato Alckmin a adotar a entrevista de V. Ex^a como cartilha

de orientação para a nossa campanha. V. Ex^a bateu no Presidente Lula exatamente nos pontos em que a Nação brasileira quer bater. Mas, se V. Ex^a acha que o Presidente Lula vai mudar e vai lhe atender, isso é outra questão. Porém, como cartilha de orientação, Senadora Heloísa Helena, a entrevista do Suplicy é fantástica, o que mostra que ele é suprapartidário! Ele está no PT porque não tem outro jeito. Mas é cabisbaixo! Só espero que V. Ex^a não faça como seus colegas, inclusive o Presidente da República, que jogou a estrela fora, a cor vermelha no mato e, agora, quer ser azul, verde, amarelo! É um multicolorido! Acho que isso é o subconsciente. Querem lembrar um pouquinho a cauda, o rabo da velha Transbrasil, aquele colorido que o Roberto Teixeira defende com tanto afincio. Muito obrigado, Senador Antonio Carlos!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado a V. Ex^a, que, como sempre, aparteia com muita propriedade e sobretudo...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tudo o que ali falei foi muito construtivo em relação ao Presidente Lula, que continua sendo o meu candidato.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Peço um aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estarei nas ruas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Ex^a estava na passeata? Na última passeata, sobre a qual falou o Senador Heráclito?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Na de ontem, eu estava em Registro e no Vale do Ribeira. Não pude estar em Itaquera porque era impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Hoje, estou aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E no dia que o nosso...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas estarei muitas vezes com o Senador Aloizio Mercadante. Amanhã, espero estar com ele na parte da tarde.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenha cuidado. Peça a ele para não cumprimentar mais manequim!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu ia falar isso!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aquele manequim é para ele treinar a cumprimentar as pessoas, mas num ambiente fechado. Na rua, ele tem de cumprimentar pessoas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não cumprimenta manequim. A isso faço justiça!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ali foi uma brincadeira!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Brincadeira do manequim ou dele?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dele. Ele fez uma brincadeira...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Mercadante, sério como é, brincando com o povo de São Paulo? É grave o que V. Ex^a está dizendo, é outra face que eu não conhecia dele. Não aceito que V. Ex^a... Eu quero defender o Senador Mercadante. Ele não brinca com coisa séria, haja vista o comportamento dele aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, muitas vezes, sabe agir...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, não, não! Protesto. Não concordo, não é brincadeira. O Senador Mercadante não brinca com coisa séria. O povo de São Paulo não merece brincadeira dessa natureza!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de mais nada, Senador Antonio Carlos, em relação ao Deputado Paulo Magalhães, do PFL do seu Estado, com ele me solidarizo e entendo que a atitude que ele tomou é precisamente aquela que deveria ser adotada por todos aqueles que são ou acusados ou colocados sob suspeição em algum momento e de alguma forma: é vir prontamente com a resposta e abandonar os escapismos. Portanto, parabeno o Deputado depois de ter ouvido atentamente a explicação que foi dada na ação por V. Ex^a, e certamente ele haverá de ter feito a mesma coisa na Câmara. Em relação ao debate com o Senador Suplicy, eu, ao contrário, tenho certeza de que S. Ex^a manterá a responsabilidade sobre a entrevista. A idéia do Senador Heráclito é muito boa, de virar uma espécie de cartilha para um candidato ético como Geraldo Alckmin adotar – o que, na verdade, não deixa de ser um libelo impiedoso contra o Governo Lula. Devo registrar algo que, para mim, está muito nítido: o Senador Suplicy se sente desconfortável neste Governo, e o Governo se sente desconfortável com ele. O Senador Suplicy termina sendo uma espécie de biombo atrás do qual o Governo se esconde para mostrar que também há pessoas de bem por lá. E o Senador Suplicy não pode, a esta altura, dizer que há uma diferença de opinião simples ou fútil entre ele e o Presidente, como se ele dissesse para o Presidente Lula: “Lula, você gosta de manga?” E ele respondesse: “Não, prefiro melancia. E você, Suplicy?” “Prefiro figo, e não pêra”. Não. O Suplicy cobra respostas éticas que o Governo não pode dar. Então, não é optar entre manga e pêssego; é optar entre o estilo de vida dentro da lei, dentro do respeito, dentro da seriedade, e o outro estilo, que transgredir, delinquir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Coqueiro não dá caju, não é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não dá caju, é verdade. Por outro lado, sobre esse fetiche, V. Ex^a fez uma defesa, que agradeço, da figura do candidato a governador José Serra, ex-Prefeito de São Paulo, ex-Ministro, ex-Senador. Figura que, por onde passou, passou bem e saiu incólume do ponto de vista ético, do ponto de vista do respeito a ele e aos seus atos administrativos e parlamentares. Não dá nem para se pensar nisso! Quando houve aquele caso dos tais sanguessugas, alguns olhinhos aqui brilharam, porque eles pensavam que as denúncias eram referentes ao governo anterior. E foram para a tribuna, açodadamente, um atrás do outro – parecia aquele revezamento olímpico do bastão. Depois, começaram a ser presos nos tais sanguessugas. Como é praxe no Brasil, os de cima não foram presos; e como, na verdade, é praxe no Brasil, os de baixo foram presos. Os acusados não-presos eram deste Governo; e os presos, por serem mais humildes, eram deste Governo também. Ou seja, os olhinhos brilharam e depois murcharam, porque o episódio dos vampiros pertencia ao Governo que aí está. Quanto ao tal debate, vamos, então, largar os fetiches, as fantasias! Fetiche e fantasia cabem em outro lugar, não cabem aqui. Vamos largar os fetiches e as fantasias. Sinceramente, Senador Suplicy, Senador Heráclito, Senadora Heloísa, Senador Luiz Otavio, o que pode acontecer de mau com o Dr. José Serra se ele comparecer a um debate com o Senador Aloizio Mercadante, meu prezado amigo? Se eu for receber um tostão por cada vez que debati com ele, resolvo todos os meus problemas de dinheiro! Já debati com ele mais de um milhão de vezes e estou aqui com os dez dedos do pé, da mão, com o meu pescoço inteiro, com as minhas duas orelhas e com o meu nariz, Senadora Heloísa. Então, o que pode, sinceramente, acontecer de mau? Ou seja, o fetiche agora é: se o Serra for debater com aquela querida sumidade, que é Aloizio Mercadante, ele vai arrasar o Serra! Pelo amor de Deus, vai debater com o Serra o quê? Economia? Vai debater conhecimento sobre a cidade de São Paulo com o Serra? Vai debater os dados do Estado de São Paulo com o Serra? O que pode acontecer de mau?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Saúde!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Saúde, genérico, o que for! Ou seja, sem retirar um milímetro do valor do candidato Mercadante, ao contrário, mas ressaltando o peso intelectual do Sr. José Serra, sou tentado a fazer uma aposta. Não sou dado a apostas, sou avesso a apostas. Não aposto. Já fiquei hospedado em um hotel que tinha cassino e não me dei ao trabalho

de ir até lá porque não gosto de apostas, mas sou tentado a fazer uma aposta em relação a esse debate. Sou Serra e estou dando alguma vantagem! Vamos acabar com os fetiches de que Serra fugiu. Quem está fugindo do debate é o Lula. E não está fugindo por despreparo, não, Senador Antonio Carlos! Despreparado como é, ele não fugiu de debates anteriores, quando estava com sua reputação incólume, com sua biografia intocada. Ia a todos os debates, para perder ou para ganhar. Enfrentou Collor duas vezes, enfrentou Brizola não sei quantas, enfrentou Covas. Como é que tem medo de debate o Lula, aquele Lula? Aquele não tinha medo! Era a figura limitada intelectualmente que é. Então, não é por isso. É que hoje ele não pode se apresentar com respostas convincentes às acusações que sofre, que o seu Governo tem recebido, enfim, que não são fáceis de ser respondidas, até porque são respostas como: “Não sei de nada”. Imaginem chegar a um debate em cadeia nacional: “Não sei de nada, não ouvi, não sabia, não estava lá, estava de costas, estava de lado, estava de rebola, estava de carambola, estava de frente, estava do avesso...”. Não dá. Portanto, não é despreparo. Porque, despreparado como é, enfrentava e bem os debates, até porque é inteligente – é despreparado, mas é inteligente –, e está em déficit em relação ao que dele esperava a opinião pública. É isso. Ou seja, o Senador Serra, nem sei por que não vai ao debate. Eu, francamente, se fosse ele, iria, porque debati com o meu prezado amigo Aloizio Mercadante mais de um milhão de vezes aqui e, francamente, o que aconteceu? O que foi que me aconteceu de mau? Qual foi a vez em que fiquei sem argumento aqui? Qual foi a vez em que V. Ex^a ficou sem argumento? Qual foi a vez em que alguém ficou sem argumento, entalado? Ou seja, Demóstenes, Cícero, e mais Carlos Lacerda, e mais Vieira de Melo, todos juntos, calados, porque o Mercadante teria vindo com argumento. Não é isso. Vamos acabar com essa bobagem então. Eu queria até saber. Vou ligar para o Serra e saber: Serra, por que você não vai a esse debate? Se eu fosse você, eu iria. O que vai acontecer? Vai sair de lá com sua pele inteira ou não vai?. Ou será que existe alguém no PT que acha que não? Que o Serra, que está 200 mil pontos na frente, vai ficar 300 mil pontos atrás, porque vai deixar de soletrar o alfabeto com correção ou, então, vai se sair mal em economia? Pelo amor de Deus!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nesse ponto, até temos que perdoar o Lula, porque ele já confessou que nasceu analfabeto. Isso foi a maior coisa que eu já vi na vida.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E é uma coisa que me aproxima dele, porque eu também nasci analfabeto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Exatamente, nasceu analfabeto e continuou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nem falava sequer, não é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Ele não falava, nem eu; ele não tinha dentes, nem eu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/ PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E também não sabíamos andar os dois, nem eu nem ele sabíamos andar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu apenas quero terminar o meu discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite, então, sugerir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu quero ainda mostrar a corrupção no Governo e quero mostrar também que já está assegurado o segundo turno, embora alguns institutos diminuam a votação de determinados candidatos. Naquela coisa de dois para mais, dois para menos, sempre somam para o Lula, tirando dos outros candidatos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero apenas desfazer uma dúvida, porque sou muito curioso, e fiquei muito preocupado com a brincadeira que o candidato Aloizio Mercadante fez com o manequim na rua. Quero perguntar ao Senador Eduardo Suplicy se quando o candidato Aloizio Mercadante se negou a apertar a mão da Deputada Ângela Guadagnin, a dançarina da pizza, na Câmara, em público, foi brincadeira também ou foi sério? São dois cenários diferentes: um correligionário de partido, de muitas lutas, que errou porque dançou na hora errada, dançou quando era para chorar, e o manequim é inerte. Eu queria saber quando ele estava brincando, quando estava dizendo a verdade, quando estava sendo sério e quando estava sendo candidato. Porque isso, a partir de agora, deve preocupar muito o povo paulista na hora de escolher em quem votar. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, com respeito ao episódio do manequim, o próprio Senador Aloizio Mercadante me informou que fez aquilo em uma situação de bom humor, de brincadeira, e V. Ex^a aqui sempre está procurando criar situações de bom humor. Com respeito ao episódio da Deputada Ângela Guadagnin, o que li na imprensa, mas não posso aqui detalhar, é que ambos não estavam juntos e, portanto, não houve qualquer negativa de cumprimento depois da situação em que ambos estavam juntos e se cumprimentaram civiliza-

damente. Mas eu gostaria, Senador Antonio Carlos Magalhães, que as reflexões do Senador Arthur Virgílio a V. Ex^a pudessem ser um estímulo forte para que José Serra aceite debater com Aloizio Mercadante, pois quem vai ganhar com isso é o povo de São Paulo, é o aperfeiçoamento da democracia. Assim como reitero a minha recomendação ao Presidente Lula. E, conforme a própria Senadora Heloísa Helena aqui lembrou, o Presidente Lula não afirmou, até o presente, que deixará de comparecer a debates. A Senadora Heloísa Helena espera que ele compareça. A minha recomendação é de que ele compareça. Ainda hoje, li na imprensa que a Ministra Dilma Rousseff chegou a observar que não precisaria que ele aparecesse em debates senão para o segundo turno, como aliás fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se recusou a participar de debate durante o primeiro turno. Mas a minha recomendação, Senador Arthur Virgílio e Senador Antonio Carlos Magalhães, é a de que, diferentemente do que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se recusou a participar de debates no primeiro turno, só o fazendo no segundo, o Presidente Lula participe, desde o primeiro turno. Participar de debates é uma maneira de permitir a nós, candidatos e partidos políticos, gastarmos menos na campanha eleitoral, porque é a melhor maneira de a opinião pública conhecer...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será que, no debate, o Presidente Lula vai esclarecer os mensalões, os valeriodutos, os sanguessugas?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É claro que todas as perguntas poderão ser formuladas, seja pelos jornalistas, seja pelos adversários.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O dólar na cueca?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que esse assunto, até hoje,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será que ele vai esclarecer tudo isso?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... não está inteiramente esclarecido. Então, é uma oportunidade para...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será interessantíssimo ele esclarecer isso. A população vai ficar felicíssima de ele dizer se sabe ou não sabe sobre o valerioduto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... o Presidente esclarecer todo e qualquer episódio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que V. Ex^a acha? Ele sabia do valerioduto?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, um adendo às preocupações do Sena-

dor Suplicy. Permita-me. Os marqueteiros inventaram, nessa ditadura que eles tentam exercer sobre certas mentes políticas, a idéia de que candidato que está na frente não deve debater. Isso é um absurdo, porque o debate não é feito para quem está na frente ou para quem está atrás. É para ser debatido. O debate é para ser simplesmente debatido. Desta vez – e aí vem uma questão crucial –, o Presidente Lula não está atingindo, alcançando uma verdade, uma necessidade histórica a de que ele não pode faltar, porque, se o fulano de tal, que estava na frente, por comodidade, não queria ir – e não ia –, se isso aí já deve ser cobrado, como ele está cobrando justamente do Presidente Fernando Henrique, ao outro que está sendo acusado de mil coisas, que tem de explicar tudo que V. Ex^a disse aqui agora, ao outro não resta outro caminho a não ser o de dizer – o Presidente Lula, Senador Suplicy –, como cidadão: “Eu, cidadão Lula, eu, que fui acusado, eu, que julgo que fui acusado injustamente, vou aproveitar este debate para, diante do Sr. Geraldo Alckmin, da Sr^a Heloísa Helena, do Sr. Cristovam Buarque, do senhor fulano de tal, desmontar tudo o que dizem de mim”.

Ou seja, era para ele chegar lá e dizer o seguinte: “Hoje, Marisa, é o dia. Hoje vou acabar com a Heloísa Helena, vou acabar com o Alckmin, vou acabar com todo mundo, porque eu tenho razão, e vou mostrar o homem de bem que eu sou”. Ou seja, ele não devia ser tangido para o debate como se faz com o gado no curral. Deveria ele buscar, porque essa seria a grande chance de ele poder, diante de seus supostos detratores, mostrar que não passavam de detratores, e que, aí sim, ele se habilitaria a retomar aquele conceito que fazia dele o homem respeitado por todo o País. No mais, é não empanarmos o brilho da entrevista do Senador Suplicy. Por isso é que eu queria pedir vênica a V. Ex^a para abusar de V. Ex^a e solicitar a inserção em seu discurso e, portanto, para os Anais da Casa, do inteiro da entrevista concedida pelo Senador Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a se antecipa ao meu desejo, e de forma muito brilhante.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E já peço a transcrição dessa entrevista, porque, se amanhã o Senador Suplicy desistir, fará uma entrevista idêntica, e eu virei à tribuna, da mesma maneira que estou pedindo a transcrição desta, para pedir a transcrição da outra, negando. Mas enquanto não negar, está mantida.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita, Senador Antonio Carlos Magalhães, registrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas me deixe falar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, mas eu gostaria, porque V. Ex^a... Em nenhum momento falei que ia desistir dos termos da minha entrevista. Ao contrário, quero registrar que os jornalistas da **Folha** agiram comigo com a maior isenção, reproduziram com fidelidade o que falei, e gostaria até que tivessem reproduzido mais ainda, porque falei mais ainda do que o que aí está, mas entendi...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então conte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que estava muito bem colocado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se sabe mais coisa, conte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a quiser que eu desenvolva toda a argumentação, por exemplo, do porquê acreditar que, no próximo Governo, instituir-se-á uma renda básica de cidadania, aliás, lei que V. Ex^a também ajudou a aprovar, posso aqui fazê-lo. Mas a **Folha** não deu espaço completo sobre isso. Também quero registrar que o Presidente Paulo Frateschi, do Partido dos Trabalhadores, presente à entrevista, assim como o Senador Aloizio Mercadante, elogiou a entrevista na página do Partido dos Trabalhadores estadual, inclusive dizendo que todas as perguntas feitas para tentar incompatibilizar-me, ora com o PT, ora com o Presidente Lula, foram adequadamente respondidas por mim. Isso na avaliação do próprio presidente estadual do Partido dos Trabalhadores – e já está inserido na página do PT em São Paulo, o meu Estado. Caso V. Ex^a queira inseri-la, eu agradeço. Acho positivo que assim o faça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu quero inseri-la nos Anais da Casa, que V. Ex^a tão dignamente representa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço-lhe a inserção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero finalizar o meu discurso mostrando a adesão do Presidente Lula aos invasores da Câmara dos Deputados – daqui –, que são os mesmos invasores da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, que destruíram pesquisas valiosíssimas para o País. Esses homens estão recebendo todo o apoio do Presidente Lula! E já ficou claro que não pagaram os R\$5,6 milhões que a ONG de Bruno Maranhão recebeu para, evidentemente, fazer as desordens que vem fazendo no País. O Presidente Lula, além de permitir a corrupção, joga nas ONGs o dinheiro do povo, para que o povo seja sacrificado.

Venho, mais uma vez, à tribuna e virei, na próxima semana, todos os dias, Senador Eduardo Suplicy. Não falte, porque a sua Bancada está faltando. Ninguém quer defender Lula. Defenda-o, faça essa cari-

dade, já que ninguém quer defender o Presidente do seu Partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agora, confesso que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a fez uma observação sobre o Presidente Lula estar apoiando ações de agressão a pessoas e ao patrimônio. Tais ações não são, de maneira alguma, aceitas e aplaudidas pelo Presidente Lula. V. Ex^a mencionou algo que foi responsabilidade da Via Campesina como sendo misturado com as ações do MLST. Discordei de ambas, da maneira como foram feitas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Inclua aqui registrei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Era o mesmo grupo! É o mesmo grupo que veio de um lado e de outro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – De qualquer maneira, a recomendação, que sei ser também do Presidente Lula, é a de que jamais utilizem procedimentos violentos, para alcançarem objetivos, por mais justos que sejam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Governo Lula descobriu que a Abin está comprando com licitações falsas! A Abin, o órgão de inteligência do Governo! Estão roubando na Abin! Meu Deus!

Será possível! A Abin!? Não, Senador Eduardo Suplicy, isso aí passa dos limites. No órgão que deve fiscalizar o Governo, o órgão de inteligência do Governo, as licitações são falsas. Se aqui são, vamos puni-las. Mas no órgão de inteligência do Governo, Sr. Presidente, é demais! Demais é o Governo Lula. Demais é o Presidente Lula, é o Doutor Lula! O Doutor Lula que é capaz, realmente, de desmoralizar a Nação brasileira, agora também internacionalmente, porque a presença de Sua Excelência em São Petersburgo foi realmente lamentável! Sua Excelência ficou em uma posição secundaríssima, e o nosso País ficou muito mal! Eu gostaria de levar a minha solidariedade ao Presidente Lula pela maneira como Sua Excelência foi tratado – foi tão feio! – em São Petersburgo pelos chefes de Estado de outras nações. Tive pena, confesso, porque tenho pena do Brasil, como tenho pena do seu Presidente em não querer honrar, com dignidade, o trabalho que os brasileiros mandaram que Sua Excelência fizesse em favor da nossa Pátria.

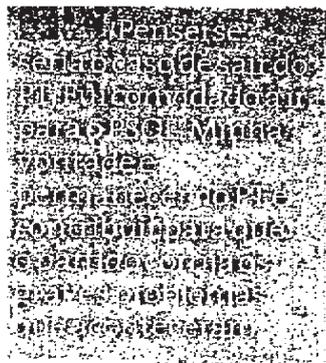
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

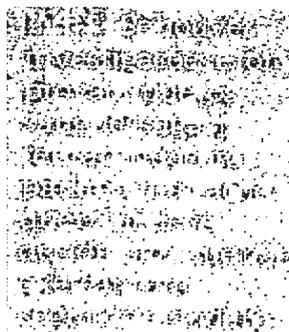
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / CANDIDATOS NA FOLHA

■ ■ Nada como dizer a verdade como ela é. Eu não conheço a extensão do conhecimento do presidente. (...) Nada melhor que ele próprio vir ao Congresso e ter um diálogo aberto



■ ■ Acho importantíssimo dar oportunidades para os presos trabalharem. Votei favorável ao endurecimento do Regime Disciplinar, mas tenho dúvidas se isso vá adiantar



Para Suplicy, Lula deve explicações sobre o mensalão

O senador Eduardo Suplicy, 65, candidato do PT à reeleição, cobra explicações mais transparentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre qual o grau de conhecimento que ele de fato teve sobre o escândalo do mensalão. Na abertura do ciclo de sabinas a **Folha**, ontem, o petista disse que se empenhara pela reeleição de Lula, ainda que permaneça um crítico contumaz. Ele acredita que Lula criou as condições para crescimento com distribuição de renda no país.

DA REPORTAGEM LOCAL

Mesmo se sentindo "um peixe dentro das águas do PT", Eduardo Suplicy admitiu que em 2005 cogitou deixar a legenda. A candidata do PSOL à Presidência, senadora Heloisa Helena, ganha elogios do colega. Mas só levaria o voto de Suplicy num cenário ainda improvável: o segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB). Após ser questionado por duas horas

sobre os desvios éticos do PT, o senador encerrou a sabinata atendendo a um pedido: cantou "Blowin' in the Wind", de Bob Dylan. Leia abaixo os principais trechos da sabinata:



LULA E MENSALÃO

"Qual o grau de extensão que ele [Lula] sabia é justamente isso que eu gostaria e ele pudesse nos transmitir e da forma mais aberta e transparente. Nada co-

mo dizer a verdade como ela é. Eu não conheço a extensão do conhecimento do presidente de todos os fatos. Tenho a convicção que ele certamente também ficou surpreso [com a extensão dos fatos], não imaginava que fosse uma coisa dessa natureza. Mas em que medida ele sabia, nada melhor que vir ao Congresso e ter um diálogo aberto. O governador de Goiás [Marconi Perillo] mencionou que um dia revelou ao presidente um episódio que poderia ser próximo do que veio a se chamar mensalão. Em que medida tomou conhecimento de fato, que diálogos teve com seus ministros sobre esse episódio... acho que seria bom para o presidente dizer as coisas como elas são."

GAMECORP-TELEMAR

"Seria bom o presidente Lula um dia ter a disposição de explicar tudo o que aconteceu [ao

Em sabatina na Folha, senador diz que espera que presidente revele o quanto sabia sobre escândalo e que, apesar de críticas, vai se empenhar por reeleição

Congresso). O esclarecimento olho no olho seria benéfico.”

GOVERNO LULA

“Eu tenho a convicção de que muitas coisas foram feitas e Lula tem extraordinários méritos, como arrumar a economia para podermos esperar um crescimento sustentável da economia combinando com melhoria da distribuição da renda e erradicação da pobreza absoluta.”

FICAR OU SAIR DO PT

“Pensei se seria o caso de sair do PT. Fui convidado a ir para o PSOL. Minha vontade é permanecer no PT e contribuir para que o partido corrija os graves problemas que aconteceram. Se estou dentro de uma família, e porventura alguém comete um erro, não vou sair. Me sinto um peixe dentro das águas do PT, confortável.”

JOSÉ DIRCEU

“Ele tem e terá o direito de esclarecer sobre a sua responsabilidade em cada um dos episódios. Como está inserido na denúncia do Procurador Geral da República, caberá ao ex-deputado apresentar a sua defesa [no STF]. Acho que ainda não foi conclusiva a explicação relativa a cada um dos episódios. O esclarecimento cabal, no meu entender, ainda não houve.”

HELOÍSA HELENA

“Tenho pela senadora Heloi-

sa Helena muito carinho, respeito e amizade. Fui dos que argumentaram para ela não ser expulsa. Tive ali [em 2003] divergências difíceis, inclusive com o ministro José Dirceu. Eu preferiria tê-la ainda dentro do PT, fazendo as críticas.”

SEGUNDO TURNO

“Não descarto a possibilidade de que possa até acontecer o segundo turno entre o Lula e a Heloisa Helena. Voto no Lula. Se ocorrer segundo turno — e vou me empenhar pela vitória no primeiro turno —, o mais provável é entre Lula e Alckmin. Com toda certeza votarei em Lula. Se ocorrer segundo turno entre Lula e Heloisa, votarei no presidente Lula. Se for um segundo turno entre Alckmin e Heloisa, aí eu revelo que meu voto será em Heloisa.”

PRESIDÊNCIA EM 2010

“Eu não sei o que vai ocorrer em 2010. Se eu estiver bem de saúde, se estiver tendo bom desempenho no Senado, dependendo das circunstâncias, eu posso até considerar essa possibilidade. Mas é muito cedo.”

BOLSA-FAMÍLIA

“O Bolsa-Família pode ser visto como um passo na direção da renda básica de cidadania. Trata-se de um programa administrado pelo Executivo, mas em convênio e cooperação com os 5.561 prefeitos municipais, de todos os partidos.

“A grande qualidade da renda básica de cidadania é nós estarmos vendo o direito de todos partilharmos da riqueza da nação, como direito universal. [O projeto] foi aprovado por todo o Congresso Nacional.”

SEGURANÇA PÚBLICA

“Acho importantíssimo haver oportunidades para os presos trabalharem e se preparem para o dia em que receberem a liberdade. E que tenhamos a desenvolver mais a oportunidade da aplicação de penas alternativas. Votei favorável ao endurecimento do Regime Disciplinar, mas sinceramente tenho as minhas dúvidas que isso vá adiantar tanto mais.”

SANGUESSUGAS

“Se houver investigações e for provado que feriram o decoro parlamentar, acho que o TSE deve decidir, sim, que não exerçam um segundo mandato.”

REFORMA POLÍTICA

“Se eu pudesse fazer uma recomendação ao presidente, seria que ele diga com clareza a cada parlamentar: Cada deputado e senador deve votar de acordo com interesses maiores, o interesse público e não pela liberação de verbas, para emendas ou indicação a cargos”. Ele poderia usar seu respaldo junto ao povo para persuadir os parlamentares. Falta ainda esse tipo de procedimento. Lula conseguirá mais apoio da opinião pública se tiver essa atitude, mesmo que porca algumas votações. É possível que em alguns momentos tenha havido uma tal pressão da parte de parlamentares para obter tais tipos de vantagens, que isso de alguma maneira foi admitido no âmbito do governo.”

➤ NA INTERNET - Leia mais sobre a sabatina de Edtardo Suplicy
www.folha.com.br/062006

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Esta Presidência se congratula com o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães pela importância.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes do término da sessão, após a fala de todos os oradores inscritos, eu gostaria de falar algumas palavras sobre Raul Cortez e Gianfrancesco Guarnieri, uma vez que encaminhei requerimentos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido, oportunamente.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito bom que a Senadora Heloísa Helena esteja neste plenário. S. Ex^a tem sido a grande surpresa positiva desta eleição, crescendo nas pesquisas mais do que o PT gostaria, porque, à medida que S. Ex^a cresce, mostra ao Brasil que o seu discurso é mais consistente e a sua coerência é mais lógica do que o que se pregou por toda parte.

Mas quero, Senadora Heloísa Helena, chamar a atenção de V. Ex^a para um fato: cuidado com os marqueteiros! São caros e raros. O marqueteiro lhe plastifica, tira-lhe do natural, tenta lhe jogar na cabeça pensamentos que não são próprios, deforma-lhe e, muitas vezes, consegue também enganar a população brasileira.

Em São Paulo, terra do Senador Eduardo Suplicy, houve a eleição de um candidato que, numa concepção moderna de um trem rápido, que era um fura-fila, ganhou, de maneira fácil, a eleição para prefeito. Tivemos a eleição de um Presidente da República que, como uma enxurrada, 18 anos após o Brasil não conviver com o processo direto de escolha para Presidência da República, e com uma propaganda bem feita, bem maquiado, tecnologia importada, elegeu-se Presidente da República, e deu no que deu.

O Senador Eduardo Suplicy, com sua sinceridade e franqueza, mostrou, agora, que não se deve mudar a natureza do homem ao citar o episódio ocorrido com o

nosso querido amigo, Senador Aloizio Mercadante, e o manequim. Aquele cumprimento, aquela peça inerte na porta de uma loja e, depois, negar-se cumprimentar a sua colega Angela Guadagnin, aquela que dançou no plenário da Câmara! S. Ex^a diz uma coisa e o subconsciente mostra o que aconteceu na realidade. Vai ver que o marqueteiro mandou o Mercadante treinar cumprimentos – coisa que S. Ex^a não gostava de fazer, todos sabemos disso – em um local fechado, com um manequim, e cumprimentar as pessoas na rua; e S. Ex^a inverteu.

Segundo o Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a cumprimentou a Deputada, a “da pizza e da dança”, em um recinto fechado, e negou-se a lhe cumprimentar na rua, e não cumprimentou o manequim no recinto fechado e o fez na rua. É exatamente a deformação que o marqueteiro impõe às pessoas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, eu não estava lá. No entanto, eu não mencionei que S. Ex^a cumprimentou a Deputada Angela Guadagnin em recinto reservado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a disse que, após o encontro que tiveram em um recinto fechado, cumprimentou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pelo que li na imprensa, porque não estava presente, ele esteve...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a não sabe e não viu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu li nos jornais que ele estava presente com ela e conversei. Na hora de sair, ela não estava junto dele e, portanto, não houve aquele cumprimento que a imprensa registrou. Não aconteceu, e eu estava distante do outro na saída do evento. De maneira que não posso falar do que não conheci inteiramente. V. Ex^a é que está inferindo e alegando uma série de coisas sem também ter estado presente. Sugiro a V. Ex^a que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O jornal que noticia o episódio é a **Folha de S.Paulo**, para o qual V. Ex^a sistematicamente escreve, um jornal de credibilidade. E, a partir do momento em que o jornal publica uma matéria dessa natureza, eu não tenho motivo para deixar de acreditar. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai colocar em dúvida o que a **Folha de S.Paulo** publicou a respeito. V. Ex^a é um homem que tem...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não vou ficar aqui debatendo sobre algo que não pude testemunhar e nem conhecer em profundidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a acredita no que a **Folha de S.Paulo** coloca em suas páginas? Acredito inclusive que a entrevista de

V. Ex^a é perfeita. Então, estou me baseando no que foi publicado.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um estranho no ninho. Não defenda com tanta ênfase essas causas do PT, que não ficam bem para V. Ex^a. Agora mesmo V. Ex^a defendeu, de maneira indireta, o Bruno Maranhão. V. Ex^a é um homem generoso, bom e tenho certeza de que não concorda com a violência que foi praticada.

Mas passemos a um ponto fundamental, Senadora Heloísa Helena, que foi tratado aqui: a presença ou não do Lula nos debates.

É evidente que, se o Presidente da República participar do debate, poderemos até fazer um acordo, se os candidatos concordarem. Do tema corrupção do atual Governo é proibido falar. Teríamos, então, um tema no qual ele não se sustenta, que são as promessas de governo não realizadas.

Imagine, Senadora Heloísa Helena, se alguém no debate pergunta: Lula, você não disse que iria romper com o FMI? Você não disse que a Alca era coisa do demônio e juntou-se com a Igreja para combatê-la no Brasil? Que o brasileiro pagava um alto custo porque a prioridade da política monetária do País era exatamente para o serviço das dívidas e V. Ex^a rompeu com tudo isso e está nadando de braçada com os banqueiros? Como será respondido isso? Se perguntarem ao Presidente Lula sobre a transposição das águas do rio São Francisco, que Sua Excelência pregou durante três anos e que seu Governo, contraditoriamente, não conseguiu fazer sequer um quilômetro de irrigação para o projeto ali existente, no qual todos os governos de 30 anos para cá fizeram alguma coisa – uns mais, outros, menos –, como ficaria? Presidente Lula, cadê o Fome Zero, que foi motivo de...? O que o Presidente Lula vai responder a esse respeito? O gasoduto do Nordeste, a refinaria? Vai responder o quê? E se alguém pergunta pelas eclusas de Tucuruí, que vem prejudicando o Estado do Pará? O que será respondido? E o computador escolar para o estudante de família de baixa renda? As estradas brasileiras, de repente transformadas em tapa-buracos? Penso que quem tem um contencioso desses de promessas para com a Nação brasileira e que não foram honradas não tem realmente condições de ir para o debate. Se examinarmos, a campanha não começou, e o Governo está permanentemente na defensiva. Que não se fale dos “sanguessugas”, do dólar na cueca. O debate é acordo, ele pode mandar o negociador dele acertar com as outras partes: só vou se não falar de corrupção. É um negócio chato, mas a Nação brasileira, que é inteligente, que está em casa, vai saber que aquilo é um fato combinado.

Mas, Senadora Heloísa Helena, e se alguém perguntar: Mas, Lula, vocês botaram para fora do PT a

Heloísa Helena, e os outros? Por que não botaram os dos dólares na cueca, os do valerioduto? Onde está a ética do PT? O que é a ética do PT pregada durante 20 anos? O que ele vai responder num debate?

Senador Suplicy, V. Ex^a, para mim, no PT, é como aquela figura do João-teimoso, aquele boneco que foi criado na época do Getúlio, uma invenção genial: deruba e ele levanta. Por mais força que o PT tenha feito para tirá-lo do Partido, para se livrar de V. Ex^a, V. Ex^a teve a mesma força do João-teimoso de antigamente e mostrou por quê. Porque a força da gravidade é real e mais forte do que a força dos interesses inconfessáveis que tentaram enfrentá-lo. Quando V. Ex^a teve a coragem de defender a instalação de uma CPI, vi os momentos de tristeza e de angústia que viveu neste plenário.

Mas V. Ex^a tinha certeza – e aí o Eclesiastes tem razão, Senadora Heloísa Helena: mais cedo ou mais tarde quem triunfa é a virtude – e pode hoje, no auge de uma campanha, acuar o Presidente da República na parede e fazer as perguntas que V. Ex^a está fazendo. Eu imagino como deixa cabisbaixos os companheiros de V. Ex^a a desmoralização que é um companheiro que não tem “rabo preso” fazer isso e questionar, exigir do Presidente da República explicações feitas por meio da imprensa. V. Ex^a é um estranho no ninho, daí por que é tratado com tanto carinho por São Paulo. Se alguém o maltrata neste País são os seus, Senador Suplicy. V. Ex^a vem conquistando espaços porque tem ao seu lado algo indestrutível, que é o respeito e a opinião pública. V. Ex^a não se misturou. Eu não vi retrato de V. Ex^a ainda ao lado daqueles que foram acusados. E aí V. Ex^a peca em querer defender, ser solidário com quem não lhe é. Nada ficou provado. Está bem. Concordo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou só concluir para dar a V. Ex^a mais argumentos para sua brilhante defesa.

Se nada é verdade, por que o presidente do partido renunciou? Por que ministros foram afastados? Por que, de vários parlamentares, alguns renunciaram e outros tiveram de armar aquele circo, cuja apoteose foi a “dança da pizza?” Será que foi um conto-de-fadas, uma novela bufa, montada às custas da boa-fé do povo brasileiro? Ou tudo isso aconteceu baseado em fundamentos irrespondíveis?

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, informo a V. Ex^a que nunca soube de qualquer ação de pessoas do Partido dos Trabalhadores querendo me retirar do partido. Então, V. Ex^a fez uma afirmação que não tem fundamento,

na realidade. Em nenhum momento, pessoas do PT quiseram me afastar do partido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O olhar da Senadora Heloísa Helena para V. Ex^a responde tudo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode ter havido pessoas no PT que divergiram de opiniões minhas, de atos que realizei, que teriam recomendações no sentido de que eu não dissesse algumas coisas. Mas tenho certeza do respeito e do apoio do Partido dos Trabalhadores, inclusive de todos os filiados. Posso até transmitir a V. Ex^a que, durante os debates, todas as reuniões que foram realizadas – e veja que o Partido dos Trabalhadores em São Paulo resolveu escolher o seu candidato ao Governo do Estado depois de serem realizados os debates entre Marta Suplicy e Aloizio Mercadante. Sessenta e sete mil pessoas compareceram, e Aloizio Mercadante obteve uma vitória expressiva. Marta obteve mais de 30 mil votos; Aloizio Mercadante também, três mil a mais. Ela o apoiou, como ontem a imprensa registrou. Está nas ruas o acompanhando e apoiando. Logo que se deu o resultado, transmitiu que faria campanha por S. Ex^a –, eram dez reuniões nas macrorregiões do Estado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a estava nessa caminhada?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Já expliquei que ontem eu não estava. Estive e estarei em outras. Nos próximos dias eu estarei em outras, juntamente com ambos. Quero dizer que estive nas reuniões, nas macrorregiões, conversando com todos os filiados. Após cada exposição sobre o que tenho feito e o que pretendo fazer neste Senado Federal, peço sempre ao coordenador que formule a seguinte pergunta aos presentes: “Quem aqui gostaria que fosse outro o candidato ao Senado, pelo PT?” E nunca ninguém levantou a mão dizendo que gostaria que fosse outro. Em seguida, o coordenador pergunta se desejam que seja eu o candidato. Praticamente sempre levantam a mão. V. Ex^a pode ficar tranqüilo que serei, aqui, se novamente reeleito, candidato com o apoio dos filiados do Partido dos Trabalhadores e quicá de pessoas dos mais diversos partidos e de não filiados, se os paulistas considerarem que continuo merecendo apoio para permanecer no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, peço a colaboração de V. Ex^a. Os Senadores Garibaldi Alves Filho, Arthur

Virgílio e Heloísa Helena estão inscritos. V. Ex^a estabeleceu um diálogo que é contra o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria de terminar agora, porque eu colaborei com o aparte do Senador Suplicy, que foi um discurso. Mas eu gosto de ouvir o Senador Suplicy, pois S. Ex^a engrandece minha biografia. Imaginem V. Ex^as um piauiense, saído daquelas brenhas, sobrevivendo e chegando até aqui, nesta Casa, sendo apartado por um paulista quatrocentão, de família nobre, que deixou tudo para defender uma causa, que não é tão compreendida pelos seus companheiros?

Olha, Senador, sei que V. Ex^a é um homem tão coerente que, amanhã, vou pegar recortes de jornal da época em que um Ministro muito importante do Governo pede, com todas as letras, que V. Ex^a peça o boné e saia. Aí tenho certeza de que V. Ex^a vai ler dessa tribuna. Vou trazer amanhã.

Se não fosse isso, por que na entrevista que V. Ex^a deu à **Folha de S. Paulo**, em determinado momento, diz que – foi até convidado –, em alguns momentos, pensou em deixar o PT pelo P-SOL? Quem diz é V. Ex^a, não sou eu. Agora, V. Ex^a dizer que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu disse que fui convidado por Plínio de Arruda Sampaio, Ivan Valente e Orlando Fantazzini para participar da reflexão que fizeram relativamente a deixarem o PT. Eu fui convidado e transmiti a eles, naquele momento, que considerava importante continuar no Partido dos Trabalhadores, porque, digamos, se pertença a uma família e alguém nesta família comete uma ação errada, eu vou sair desta família? Da mesma maneira, se eu estou numa organização constituída de seres humanos, que têm propósitos comuns, com os quais eu estou de acordo e, porventura, alguém comete um erro grave, eu me sinto na responsabilidade de procurar corrigir, superar esse erro, mas não necessariamente sair. Uma coisa é o que aconteceu com a Senadora Heloísa Helena, que, não por vontade própria, acabou tendo de deixar o Partido dos Trabalhadores, mas não foi o que aconteceu comigo. Por essa razão, transmiti àqueles companheiros que preferia continuar lutando pelo que acredito e que são os anseios que me fizeram ingressar no PT, Partido que ajudei a fundar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, Senador Eduardo Suplicy. Há pessoas com tanto apego ao partido que, muitas vezes, deixam a família, mas não deixam o partido. V. Ex^a não deve re-

petir essa história que dá a entender à população que a sua convivência com o PT é um mar de rosas.

Tenho ouvido em São Paulo – e V. Ex^a sabe que São Paulo hoje é uma parada obrigatória para nós – centenas e centenas de pessoas dizerem que votam em V. Ex^a exatamente pelos maus tratos que o seu partido lhe impôs, pelos sofrimentos de V. Ex^a no PT, pelas injustiças que o PT fez com V. Ex^a. Não contrarie esses eleitores! Garanto que esse é um contingente muito forte que é solidário com V. Ex^a nos seus momentos mais difíceis; no momento em que V. Ex^a quer ser aquele homem que não muda o discurso de vinte anos, que combate à corrupção, que combateu o FMI... V. Ex^a não mudou, pois não mude também nisso. Seja solidário com os que estão sendo solidários com V. Ex^a.

Os votos que V. Ex^a recebe também são pelo sofrimento, e V. Ex^a não pode dizer que sua convivência no Partido dos Trabalhadores foi um mar de rosas e não vem sendo. V. Ex^a é muito machucado por este partido. Agora, V. Ex^a é o João-teimoso, aquele João-teimoso do Getúlio, Senador Arthur Virgílio.

Quando éramos meninos, o João-teimoso foi lançado, era empurrado e voltava. Não há quem o derube.

E V. Ex^a tem uma arma que eles não têm hoje: a condição de olhar de cabeça erguida. V. Ex^a é um dos homens que pode ir a qualquer debate porque nunca mudou.

O Senador Arthur Virgílio fez uma comparação sobre um debate entre o Serra e o Mercadante. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Mercadante, sou fã do Mercadante. Senador Arthur Virgílio, o Mercadante vai debater que tipo de economia com o ex-Senador José Serra? A que ele defendia quando era Oposição ou a que ele defende agora quando Governo? Aquela economia fechada de defender o social, de defender o “fora FMI”, ou aquela da boa convivência?

É isso. V. Ex^a não mudou. Portanto, não entre na defesa de quem não o defende, Senador.

Infelizmente, Sr. Presidente, vou ter que encerrar. Tive que me desviar do assunto do meu discurso, mas acho que estamos vivendo um momento muito propício para essa questão, para esse debate, para essas discussões.

O que se vê é exatamente o desespero do Partido dos Trabalhadores quando ainda nem começou a fase decisiva da eleição, que é o debate na televisão, ocasião em que os candidatos terão mais ou menos

oportunidades iguais: um, com menos tempo; outro, com mais tempo, por conta da legislação eleitoral. Mas não vamos ter mais aquela lengalenga de 70% do espaço ser dirigido prioritariamente ao Governo, principalmente no que diz respeito à propaganda paga, na qual o Governo diz que o Brasil é suficiente em petróleo, e importa petróleo todo ano; na qual faz a propaganda de um biodiesel que não existe, e quando existe é a preços impraticáveis, financiado pelo Governo não para atender à demanda social, mas para atender aos que exploram esse novo combustível.

Essas questões, Senador Suplicy, é que precisam ser debatidas, e o momento é este. Deveríamos fazer dois tipos de debate: um, em que o candidato à reeleição vai ter de se justificar por que não fez, por que deixou de fazer o que prometeu ou, acima de tudo, por que mudou. Por que defendeu o social e o seu primeiro gesto foi comprar um avião de R\$168 milhões – não sou contra a compra, sou contra a maneira como ele foi pago, adiantado, numa modalidade que não existe para esse tipo de compra em lugar nenhum. São explicações que precisam ser dadas.

Um homem, quando o subconsciente o trai – e é constante –, fala no filé dos grandes jantares e esquece os ossos da sua origem, esquece o trabalhador do Nordeste sofrido, de onde ele veio, que muitas vezes tem o osso e o guarda como uma peça preciosa, que o mergulha dia após dia na água quente apenas para dar um pequeno sabor àquela comida para sustento dos seus filhos. É isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisa ser mudado.

O Presidente Lula foi a Brasília Teimosa, cenário de miséria em Recife, com o maior aparato de policiais, de seguranças já visto e, no palanque, tendo de se defrontar com companheiros de Governo que são acusados, não sei se culpados ou não, mas que estão no foco do noticiário por mal comportamento na gestão pública.

O melhor que ele tinha a seu lado gastou; os melhores do time do PT foram caindo de um em um. Imaginem se o Brasil tiver a infelicidade de o PT vencer esta eleição! Com quem iríamos ver Lula governar nos próximos quatro anos? Deus nos livre deste mal!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

Prorrogo a sessão por trinta minutos para que possam falar os demais oradores inscritos.

Logo em seguida fará uso da palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o debate político é muito mais fascinante do que o debate administrativo, o debate dos problemas propriamente administrativos, e venho justamente na noite de hoje falar o que aconteceu com o superávit primário no primeiro semestre de 2006, que foi de 3,87% do PIB, valor inferior aos 4,18% obtidos no mesmo período em 2005. Essa diminuição do aperto fiscal do Governo poderia até significar, Sr. Presidente, um fato positivo se fosse consequência do maior volume de investimentos em infra-estrutura.

No entanto, é um dado preocupante, visto que é resultante do aumento das despesas governamentais em 14% em relação ao semestre anterior. Esse aumento ultrapassou os 11% da expansão das receitas no mesmo período, diminuindo a capacidade de investimento do Estado brasileiro e, conseqüentemente, a qualidade da gestão pública.

Somos um País ainda em construção. A nossa malha rodoviária é insuficiente e mal conservada. Agora que estamos em campanha política, percorrendo o nosso Estado, vemos que as BRs estão em situação lamentável, em petição de miséria, como se diz. A rede ferroviária é praticamente inexistente. Os nossos portos não atendem de maneira suficiente à demanda e, o que é mais grave, nós temos deficiências no abastecimento de água, de saneamento e um déficit habitacional de mais de sete milhões de residências.

A discussão econômica em torno do superávit econômico em confronto aos gastos públicos precisa ser reavaliada. Não se pode falar em cortar gastos sem discutir a qualidade desses gastos. As despesas da União com custeio, folha de pagamento e Previdência estão sempre em uma curva crescente e os investimentos nunca atingiram um patamar tão baixo, inferior a 1% do PIB.

É inadmissível, portanto, neste País com tantas carências e um crescimento econômico baixo, que se invista tão pouco em áreas vitais, que fomentariam o desenvolvimento socioeconômico como também se constituiriam em uma importante ferramenta no combate ao desemprego.

Por que, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, não discutir a gestão pública e os mecanismos existentes para que tenhamos uma maior eficiência nos gastos?

Vem de Minas Gerais o exemplo do Governador Aécio Neves, que implantou uma forma de gerenciamento da máquina estatal que implica cobrança sistemática a cada administrador, a cada gestor. E é no interesse de levar uma proposta dessa natureza na nossa luta política-eleitoral que estamos, na verdade, buscando subsídios e informações junto à Administração Pública mineira.

Gostaria, portanto, de abordar esse problema numa hora como essa, diante dos apelos a respeito da falta de investimentos em saneamento e água.

A cobertura urbana da rede coletora de água é de 91,4% e da rede coletora de esgotos, de apenas 53,4%, segundo a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais.

É uma questão, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não pode ser adiada. É imprescindível sejam reservados recursos orçamentários – e sabemos que existe uma série de programas, mas que não são suficientes para efetuar essa cobertura – para ampliar essas redes, pois a grande maioria das doenças que levam a inter-nação é ocasionada pela falta d'água de qualidade e saneamento. São doenças como a cólera, a dengue, a esquistossomose, a malária, a febre tifóide que poderiam ser evitadas se nos voltássemos com mais atenção para esse problema.

Não adianta, contudo, Sr. Presidente, reservar os recursos necessários para investir nessas áreas, se o Governo não executá-los. Algumas áreas prioritárias devem ser preservadas desses contingenciamentos orçamentários que se sucedem anos após anos. O que se deve buscar em contrapartida é maior eficiência da máquina pública e um Orçamento que fique incólume, como é o caso do Orçamento Impositivo, à tesoura utilizada pelo Ministério da Fazenda.

A cada real investido em saneamento, poupam-se de R\$4 a R\$5 em saúde intensiva. É um dado importantíssimo diante da situação alarmante da saúde pública no Brasil. Deve-se, obviamente, melhorar ao máximo a qualidade do atendimento à saúde; porém, é imprescindível que se invista na melhoria da qualidade de vida da população em áreas como saneamento básico e habitação. Não resta dúvida.

Eu não falo apenas como candidato nessa campanha política à sucessão governamental no meu Estado, mas como um cidadão que tem se deparado com essas situações durante esta campanha política. Posso assegurar que outros candidatos como eu estariam

aqui trazendo o mesmo depoimento de que a situação nessas áreas é verdadeiramente insustentável.

Para termos uma idéia, no ano de 2005, somando os recursos do Orçamento-Geral da União e do FGTS, somente foram investidos 0,04% do PIB em saneamento básico, enquanto temos pouco mais da metade de nossas habitações saneadas. Será que a falta de saneamento, com as terríveis conseqüências que acomete, não se constitui problema a ser atacado com investimentos maciços?

São respostas positivas que a sociedade espera, que a sociedade está cobrando, na medida em que passamos de casa em casa. Esta é uma campanha diferente, meu caro Senador João Batista Motta. V. Ex^a sabe que os grandes comícios não estão sendo realizados.

A Senadora Heloísa Helena está rindo. Não estão sendo realizados, porque não há como se fazer comício. Primeiramente, alguns não têm dinheiro, e aqueles que possuem não têm condições de atrair a multidão, se não têm a seu lado um artista, se não têm como patrocinar uma banda e fazer aquela festa, transformando o comício em showmício. E isso está levando, meu caro Presidente em exercício, a que passemos a exercitar uma campanha de porta em porta, momento em que as pessoas se dirigem diretamente aos candidatos, esperando que eles digam o que farão com relação ao saneamento da rua, do bairro, da cidade e, ao mesmo tempo, em menor dimensão, com relação à água e à habitação.

Quem pensa que poderá desencadear um debate sem passar por isso está redondamente enganado. Terão todos de enfrentar esses desafios, principalmente os candidatos a postos no Executivo; no caso do Legislativo, talvez não se exija deles um compromisso tão taxativo e direto. Mas aqueles que estão pleiteando um voto para o Executivo, como a Senadora Heloísa Helena, terão de assumir compromissos – e não de fazer promessas – na área do saneamento, que engloba, por exemplo, água de boa qualidade, ou da habitação e, conseqüentemente, fazer com que o superávit primário não termine sendo uma verdadeira obsessão no campo da administração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao nobre Senador, Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, apresento requerimento de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, bem como de condolências às suas filhas Lígia e Maria e às netas Vitória e Clara.

Apresento também requerimento de pesar pelo falecimento do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como de condolências aos seus familiares, sua esposa Vanya Sant’Anna, aos filhos Flávio, Paulo, Cacau, Mariana e Fernanda.

Cai o pano. A dramaturgia brasileira está de luto, perdeu um de seus melhores nomes dos últimos tempos, Raul Cortez, ator cujo legado lembrará alguém que viveu para festejar uma vida de personagens.

Vítima de câncer na região abdominal, o ator morreu no último dia 18, aos 73 anos, no Hospital Sírio-Libanês, na Bela Vista, em São Paulo. Ele estava internado desde 30 de junho. Seu último trabalho foi na minissérie “JK”, na TV Globo.

Raul Cortez nasceu na cidade de São Paulo, em 28 de agosto de 1932. Tinha uma extensa carreira na TV, no cinema e no teatro. Ator querido por Benedito Ruy Barbosa, participou de diversas tramas do autor, como “Esperança”, em 2002; “Terra Nostra”, em 1999; e “O Rei do Gado”, em 1996.

No teatro, Cortez trabalhou com alguns dos principais diretores, como Zé Celso Martinez Corrêa, do Teatro Oficina; com Antunes Filho; com Ziembinski e Oduvaldo Viana Filho. Em 1963, ganhava o prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) de melhor ator coadjuvante em “Os Pequenos Burgueses”, dirigida por Zé Celso, a que eu tive a felicidade de assistir.

Em 1963, eu era Presidente do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas e costumava organizar a reserva de peças de teatro no Teatro Oficina, no Teatro de Arena, no TBC e em tantos outros, e levava professores, alunos e funcionários para assistirem àquelas peças a 50% do preço. Lotávamos o teatro e, depois, fazíamos debates. Entre as peças, estava essa tão bonita, dirigida por Zé Celso, com a participação brilhante de Raul Cortez.

Mais recentemente, Raul Cortez chamou a atenção ao montar duas peças do dramaturgo contestador Mário Bortolotto: “Fica Frio – Uma Road Peça” e “À Meia-noite um Solo de Sax em Minha Cabeça”.

Não se achava bonito. Mas sim um sedutor. Um homem de charme que fez história no teatro, no cinema e na televisão. Raul Cortez fez da vida uma história de palco. Ao longo da vida, entrou no corpo de mais de uma centena de personagens.

Em jovem, chegou a estudar Direito. Mas um encontro com o teatro brasileiro de comédia mudou-lhe as voltas ao destino. O pai não queria um filho ator. O filho venceu as teimosias do pai e tudo fez para ser ator.

As primeiras experiências no palco foram para esquecer, com o nervosismo a falar mais alto. Ainda na década de 50, estréia no cinema. Mas é na televisão que o ator se revelou. A fama começa com as telenovelas brasileiras.

Ficam guardados nos arquivos da Globo e na memória de milhões de pessoas em todo o mundo os papéis em novelas como “Água Viva”, “Baila Comigo”, “Brega e Chique”, “Mandala”, “Rainha da Sucata”, “Rei do Gado”, “Terra Nostra” e “Esperança”. Uma das personagens mais marcantes foi a de Jeremias Berdinazzi, um imigrante italiano na novela “Rei do Gado”, da qual tive a honra de ser convidado a participar da cena final do enterro do então Senador Caxias, um dos personagens. O último papel foi o de Barão do Bonsucesso, em “Senhora do Destino”.

Irreverente, nunca deixou de surpreender, e não foi com muita surpresa que os brasileiros o viram enganar a doença, quando surge a desfilas, em junho do ano passado, numa semana de moda em São Paulo. Porque a moda também é palco.

A um ano de completar 50 anos de carreira, disse, na última entrevista, que ia festejar essa vida de personagens. Mas também queria ser festejado.

Nas últimas palavras que ficam, disse não gostar que o tratassem por senhor. Raul Cortez deixa em

entrelinhas que amou menos do que gostaria. Mas não morre sozinho.

Duas filhas, uma última companheira que não nunca quis revelar o nome e para sempre o palco que o acompanhou em vida.

Permita-me, Sr. Presidente, que eu fale também uma palavra sobre Gianfrancesco Guarnieri.

O palco está vazio. Lá nunca mais vai estar Gianfrancesco Guarnieri, ator e dramaturgo, que mudou os rumos da dramaturgia brasileira com a obra “Eles não Usam Black-Tie”. Vítima de insuficiência renal, Gianfrancesco Guarnieri morreu aos 71 anos, em São Paulo. Estava internado no Hospital Sírio-Libanês desde o dia 2 de junho. Foi no último sábado que ele nos deixou.

Tive lá a oportunidade de justamente encontrar os seus filhos, Senador João Batista Motta, porque eu tinha acabado de fazer essa pequena cirurgia na testa, que causou esse edema e felizmente estou muito bem, mas acabei cumprimentando os filhos de Gianfrancesco, que tinham acabado de saber de seu falecimento.

Guarnieri nasceu em Milão, Itália, no dia 6 de agosto de 1934, filho dos músicos Edoardo e Elsa de Guarnieri. Em 1937 seus pais migraram para o Brasil e foram morar no Rio, onde ele morou até 1953, quando se mudou para São Paulo.

Ainda garoto, debatia-se entre duas vocações: a militância ou a poesia. “Desde cedo me sentia dividido entre a ação política concreta e o caminho mais contemplativo da ação cultural e artística”, afirmou em recente entrevista ao **Estado**. De certa forma, ele uniu as duas vocações ao estreiar, no palco do Arena, com “Eles não Usam Black-Tie”, inaugurando no teatro um novo caminho de investigação da realidade brasileira.

Sua primeira lição como escritor veio aos 13 anos, ainda no Rio, quando começou a escrever para o jornal da Juventude Comunista. “Eu achava que escrever para jornal era escrever difícil. Ao ler meu primeiro texto, o editor rasgou a matéria e quase me agrediu fisicamente”.

Mas justamente por ter aprendido como escrever com clareza e concisão, aprenderia outra lição importante na sua primeira “tentativa” de escrever uma peça teatral, no colégio de padres Santo Antônio Maria Zacharias, no Rio. A peça chamava-se “Sombras do Passado” e tinha como “alvo” um vice-reitor prepotente. “Era horrível”, reavaliaria ele depois de tornar-se autor consagrado. Mas o padre que tomava conta do teatro gostou, e a peça foi montada. O “problema” foi

que Guarnieri interpretou o personagem principal e, embora a peça tratasse de um tema que nada tinha a ver com o colégio, ele representou tão bem que os alunos reconheceram no prepotente protagonista de uma casa o odiado “vice-reitor” e começaram a gritar seu nome durante o espetáculo. A peça foi muito aplaudida e Guarnieri foi expulso do colégio.

O duplo talento que explodiu nessa primeira experiência – para retratar uma realidade observada, ou vivida, e para interpretar os personagens dessa realidade – jamais o abandonaria. O episódio escolar seria lembrado mais tarde, em 1961, quando “A Semente” foi proibida pela censura na véspera de sua estréia no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). O golpe militar ainda não tinha estourado e ele já tinha problemas com o poder.

“O texto constitui claro e audacioso incitamento à subversão da ordem pública, objetivando solapar as suas bases e a estrutura do regime democrático vigente no País”, dizia o parecer do censor. Curiosamente, nesse texto, ele criticava a rigidez do Partido Comunista e a excessiva determinação de líderes da esquerda que atingia a indiferença com o “lado humano” das causas políticas. O forte movimento dos intelectuais e da imprensa acabou anulando a interdição, e a peça estreou com Cleyde Yáconis, Nathalia Timberg, Leonardo Villar e Guarnieri no elenco. Foi uma peça a que assisti feliz.

Assim que chegou a São Paulo, Guarnieri decidiu investir no talento que causou sua expulsão no colégio. Em 1955, ajudou a fundar o Teatro Paulista do Estudante e ganhou seu primeiro prêmio de ator como protagonista da peça “Está lá Fora um Inspetor”, de Priestley. Um ano depois, em 1956, entrou para o Arena, onde também ganhou um dos mais cobiçados prêmios da época, o APCA de revelação de ator no papel de George na peça “Ratos e Homens”, de Steinbeck, dirigida por Augusto Boal. Na mesma época foi chamado pelo diretor Roberto Santos para fazer sua primeira atuação em cinema, no filme “O Grande Momento”.

Depois do estrondoso sucesso de “Black-Tie”, nunca mais parou. “Gimba”, “A Semente”, “Ponto de Partida”, “O Filho do Cão”, “Marta Sare”, “Castro Alves Pede Passagem”, “Arena Conta Zumbi” e “Arena Conta Tiradentes” – essas duas últimas escritas em parceria com Boal – “Um Grito Parado no Ar”. Foram muitas as peças em que ele também integrava o elenco, sempre em boas atuações. E não foi só no teatro. Guarnieri integra aquela geração de atores que ajudou a televisão a dar seus primeiros passos, seja no Grande Teatro Tupi ou nas primeiras novelas.

Quem viu, jamais esquecerá sua criação do personagem Tonho da Lua, o maluquinho da novela “Mu-

lheres de Areia”, mais tarde regravada na Rede Globo, com Marcos Frota vivendo o mesmo papel. Igualmente inesquecível o Jejê, apelido de Jerônimo Machado, o trambiqueiro da novela “Cambalacho”, na qual contracenava, mais uma vez, com a amiga Fernanda Montenegro. Os muito jovens devem se lembrar de sua participação especial na novela “Terra Nostra”, como o “pai italiano” de Giuliana vivida por Ana Paula Arósio.

Guarnieri deixa o palco da vida com o personagem Pepe da novela “Belíssima”, seu último trabalho.

À querida Vanya Sant’Anna, minha colega, como professora na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e aos seus filhos, deixo aqui o meu abraço e a expressão da alegria do povo brasileiro, por ter tido a oportunidade de, tantas vezes, apreciar Gianfrancesco Guarnieri e Raul Cortez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, esta Mesa se soma a V. Ex^a quanto ao Voto de Pesar pelo passamento dos dois atores: Gianfrancesco Guarnieri e Raul Cortez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “TCU questiona dados federais”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria mostra que o TCU apontou falhas e incoerências nos balanços orçamentários e financeiros do governo. Segundo a matéria, “Dos R\$ 17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$ 10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram inscritos como ‘restos a pagar não processados’”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU questiona dados federais

Investimento pode ter sido inflado para uso eleitoral

Sérgio Gobetti

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai cobrar explicações do governo federal sobre os critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para contabilizar os investimentos da União. O relatório preliminar do TCU sobre as contas de 2005 aponta falhas e incoerências nos balanços orçamentários e financeiros do governo e, no caso de "investimentos inflados", poderá resultar numa auditoria especial, dependendo dos esclarecimentos do Ministério da Fazenda.

Entre 2000 e 2005, de acordo com levantamento realizado pelo Estado, 52% dos investimentos classificados pelo governo como "liquidados" ao final do ano não haviam sido efetivamente realizados até aquele momento, o que contraria a legislação. Na prática, parte dos investimentos foi realizada nos anos posteriores, outros cancelados

e há os que estão à espera de realização ou pagamento.

Pela natureza desse ciclo orçamentário, a legislação estabelece conceitos diferentes para cada uma das fases da despesa: o empenho é a autorização inicial para que se contrate um serviço, a liquidação refere-se à verificação de que o serviço foi realizado e o pagamento é o último passo. Na contabilidade do Tesouro, entretanto, não há diferença entre valores empenhados e liquidados.

Dos R\$ 17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$ 10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram inscritos como "restos a pagar não processados".

Após usar o número cheio para tentar provar que os investimentos realizados no governo Lula em 2005 superaram a melhor marca da gestão anterior, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que havia distorções nas estatísticas, mas ne-

gou a ilegalidade dos procedimentos. Disse que as distorções são um reflexo de uma lei de 1964 que trata das normas orçamentárias e que não pode fazer nada enquanto a lei não mudar.

Ostênicos do TCU consultados pelo Estado discordam. Eles não querem fazer um julgamento sem antes ouvir o Ministério da Fazenda, mas são categóricos: a lei não permite que o governo liquide uma despesa referente a um serviço que não tenha sido executado. O artigo 63 da lei 4.320, citada por Mantega, é claro ao dizer que "a liquidação da despesa terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço".

É justamente por isso que o TCU deverá convocar o Ministério da Fazenda para explicar por que vem promovendo a chamada "liquidação forçada". O procedimento polêmico já é adotado pelo Tesouro desde 1995, mas nunca havia chamado tanto a atenção quanto agora. ●

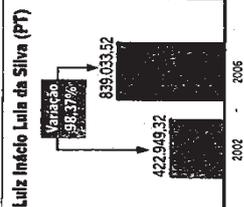
Lula dobra patrimônio em 4 anos

Presidente tem R\$ 839 mil contra R\$ 422 mil em 2002; poupança de parte do salário aumentou capital

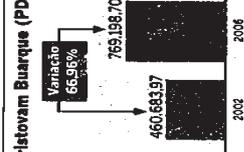
João Domingos
BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou seu patrimônio desde a última campanha eleitoral. Em 2002, Lula declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - quando derrotou José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais e se credenciou para suceder ao tucano Fernando Henrique Cardoso - patrimônio de R\$ 422.949,32. Ontem, ele entregou ao órgão que supervisiona o processo eleitoral no País declaração de bens de R\$ 839.033,52. O Palácio Planalto informou que Lula optou por aplicar parte do salário de R\$ 8,8 mil mensais (que ele pode guardar integralmente, pois todos os seus gastos são bancados pelo contribuinte) em fundos de investimentos. O PT também emitiu nota na qual afirma que a evolução patrimonial de Lula "deve-se à poupança de parte do salário como presidente e aposentadoria, bem como rendimentos de aplicações anteriores a 2002". De fato, a cópia da declaração de rendas de Lula mostra

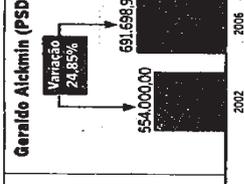
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)



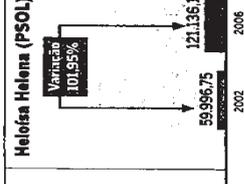
Cristovam Buarque (PDT)



Geraldo Alckmin (PSDB)



Heloisa Helena (PSOL)



Trechos das declarações de bens

Lula
Cedente da Poupança CF2
Cedente da Poupança no Banco Bradesco
Cedente da Poupança no Banco Bradesco
FIX Especial Plus Banco do Brasil
FIX Plus do Banco Bradesco

Geraldo Alckmin
20 (vinte) garantes.
Apartamento de nº 13-A do Edifício Pitagorizar, localizado à Rua Pedro Gomes Cardão, nº 214, no Município de São Paulo - SP, com utilidade limitada pelo Ius Rogo Leonu Kozlitzky, nº 104.
Automóvel VW - Praty - ano 99, placa CMV 0110, cor lilás, adquirido em janeiro de 2000.

Heloisa Helena
Patrimônio em obra de arte e livros
SALA JULY DA QUADRA 02 BLOCO 02 MODULO M 307/2001A, com 01 (uma) unidade BRZUL, Alquilate de TACIANA de SOUZA DALL'ABE, CPF 33406130187, em 19/06/2000
Sala Comercial localizada na SOGA 213 lote 04 NK. 101, administração de Valente Engenharia LTDA, CNPJ 0442729/0001-07, por R\$ 8000, em 17/7/2002

Cristovam Buarque
1/5 (um quinto) hotel Pinar Almaraya em Mazechal, Unidade Al. Municipal de herança de José Game do Moura
COC financeiramente não em prática
saldo poupança ouro banco do Brasil ag. 2636-0 contra 330-4

O tucano Geraldo Alckmin declarou bens no valor de R\$ 691.698,99

que, depois de eleito, ele aplicou R\$ 156.146,88 no Fix Especial Plus do Banco do Brasil, R\$ 110.055,40 no FIV Plus DI do Bradesco, R\$ 63.304,46 no Fundo de Investimentos do Bradesco e pequenas quantias nos fundos de ações de Petróbras, da Vale do Rio Doce e do Banco do Bra-

mento com duas entradas na Rua Pedro Gomes Cardim, em São Paulo, por R\$ 223.806,02; uma casa em Pindamonhangaba de R\$ 52.822,98; aplicação de R\$ 93.895,65 no Fundo DI Clássic, do Banespa; duas chácaras e um prédio comercial em Pindamonhangaba, que valem R\$ 168 mil; e um automóvel Paraty 1999, além de parte de um terreno herdado do pai.

Cristovam Buarque (PDT) tem bens avaliados em R\$ 769.198,70. De seu patrimônio constam R\$ 180.200,00 em obras de arte e livros; um apartamento na Rua Vanderlei, em São Paulo, no valor de R\$ 160.000,00, um apartamento em Brasília que vale R\$ 125.000,00; dois lotes também em Brasília, com valor de R\$ 6.709,00, além de três salas comerciais que totalizam R\$ 179.800,00, entre outros bens. A senadora Heloisa Helena (PSOL) declarou patrimônio de R\$ 121.136,14. Ela tem 1/6 de um apartamento em Mazechal/Deodoro, Alagoas, recebido por herança, no valor de R\$ 4.176,66; dois carros, um Fiat Palio (R\$ 23.248,68), um jipe Suzuki (R\$ 62.860,86) e R\$ 51,05 em poupança do Banco do Brasil.

O segundo candidato mais rico entre os sete é José Maria Eymael (PSDC). Seu patrimônio é de R\$ 966.892,96. Entre seus bens constam um apartamento em Porto Alegre no valor de R\$ 119.867,21; três terras, quatro carros e quatro casas (umas em Bertoga e três em Santana do Parnaíba).

Entre todos os concorrentes, o mais pobre é Rui Pimenta (PCO), embora tenha triplicado seu patrimônio em relação a 2002, quando disse ter bens no valor de R\$ 30 mil. Agora, tem R\$ 100 mil. ●

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

bens o candidato declarou um revólver Taurus calibre 38, avaliado em R\$ 590.

TUCANO

O tucano Geraldo Alckmin declarou bens no valor de R\$ 691.698,99. Entre eles, 20 garra- tes por R\$ 10 mil, um aparta-

aplicador em fundos de investi- mentos no mundo todo e em imóveis no Brasil, que incluem 5 apartamentos e 2 casas, em Pernambuco e São Paulo. Ele é também presidente do Sport Clube Recife. Bivar tem patrimônio de R\$ 8.775.519,14. A curiosidade é que, entre seus

rou em possuir 2002. **CAMPÊLO** Entre os sete candidatos, Lula tem o terceiro maior patrimônio. O campeão abotoado é Luciano Bivar, do partido Social Liberal (PSL). Bivar, do-

mesma perua Blazer que decla-

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Supersafra de derrotas”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 5 de julho do corrente.

A matéria trata do anúncio de que o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, está deixando o cargo a menos de 6 meses do final do governo Lula. Segundo a matéria, Roberto Rodrigues deixa o cargo “Cansado do atraso do PT e da inação oficial diante da crise”.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SUPERSAFRA DE DERR

Cansado do atraso do PT e da inação oficial diante da crise, Rodrigues vai embora — e priva o governo de um de seus melhores nomes

Alexandre Oltramari

54 5 de julho, 2006 **veja**

Faltando seis meses para o fim do governo Lula, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou que está deixando o cargo. “A minha colaboração está terminada. Saio com o sentimento do dever cumprido.” A estranheza de um pedido de demissão — por “dever cumprido” — a tão pouco tempo do fim do mandato produziu uma supersafra de explicações. Uma delas informa que Roberto Rodrigues, que não é filiado a nenhum partido político, sentia-se desconfortável com as pressões veladas para que participasse da campanha re-

leitoral de Lula. Outra explicação para sua demissão é a intenção do governo de aumentar o índice mínimo de produtividade para desapropriar uma fazenda para fins de reforma agrária — medida concebida apenas para elevar o volume de desapropriações e agradar ao MST, o que contava com a oposição tenaz do ministro. Uma terceira versão seria a falta de reação do governo diante da monumental crise que atinge a agricultura, a pior dos últimos quarenta anos. A saída do ministro, contudo, não se deve a nenhuma razão específica. Deve-se ao conjunto da obra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PFL diz que governo do PT é ‘corja’ e que Lula é ‘ladrão’”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 22 de junho do corrente.

A matéria destaca que em convenção, pefelistas formalizam apoio a Alckmin em meio a ataques ao Presidente. A convenção foi marcada por um discurso onde os pefelistas chamam o Presidente, Lula Inácio Lula da Silva, de “ladrão” e que seu governo é de “corja”. O Senador Antonio Carlos Magalhães finalizou dizendo que o Palácio do Planalto precisa ser higienizado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Registro a matéria “Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 11 de julho do corrente.

A matéria destaca o veto do Presidente Lula ao reajuste de 16,7% concedido aos aposentados e pen-

sionistas do INSS, que ganham mais de um salário mínimo. O presidente Lula, que é mais candidato do que nunca a reeleição, disse que a medida é “politiqueira”. Ora, o presidente e candidato usa o veto. Lula tenta parecer um homem responsável, preocupado com as contas do país e ao mesmo tempo usa a máquina pública em seu próprio benefício.

Senhor Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.) Presidência vai encerrar os trabalhos.

Roberto Rodrigues, em seu gabinete, e a baderna de militantes do MLST dentro do Congresso: em meio à maior crise do setor agrícola, o ministro não teve a atenção de Lula

ROTAS

Desde que assumiu o cargo, no início do mandato de Lula, Roberto Rodrigues vinha travando sucessivas batalhas contra os setores mais atrasados do governo petista. Na discussão sobre os transgênicos, engalfinhou-se publicamente com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, contrária ao plantio e à comercialização desses produtos. A muito custo, o ministro conseguiu imunizar o governo contra o vírus ideológico que contaminava a discussão. Venceu a batalha, não a guerra. De lá para cá, Rodrigues vinha perdendo todas as disputas em que se envolveu.

O orçamento de seu ministério mergulhou em plena crise da febre aftosa. A desvalorização cambial, associada à estiagem, produziu uma monumental quebradeira no campo — e o ministro colheu apenas vento quando tentou convencer a área econômica a socorrer os agricultores falidos. Conforme cálculos do próprio governo, as perdas na agricultura chegam a 30 bilhões de reais nos últimos dois anos. “A crise será a marca da minha gestão”, resumiu o ministro ao anunciar sua saída.

Recentemente, o ministro Roberto Rodrigues ficou ainda mais constrangido ao ver a reação titubeante do governo em relação à baderna promovida no Congresso Nacional por militantes do PT vinculados ao MLST. Rodrigues já pedira demissão a Lula em pelo menos três oportunidades. Em todas, Lula conseguiu demovê-lo. Na semana passada, o desfecho foi diferente em decorrência da conjunção de dois fatores. Um deles: o desânimo crescente do ministro. “Ele estava cansado, abatido. Ele simplesmente desistiu de continuar arrumando uma briga atrás da outra no governo”, diz um amigo, que esteve com Rodrigues durante duas horas, logo antes de ele anunciar publicamente sua saída. A outra razão é que, aparentemente, Lula não se esforçou tanto para mantê-lo no cargo. “Se tivesse recebido o apoio do presidente, acho que ele ficaria. Mas Lula, ao ouvir as queixas do Roberto, limitou-se a

marcar a data de sua saída”, conta o amigo do ministro. Especulou-se que a mudança de atitude de Lula decorria da intenção do governo de adular o PMDB, oferecendo ao partido a anexação da pasta da Agricultura ao seu latifúndio político. Era pura fumaça. Na sexta-feira passada, o presidente nomeou o novo titular do cargo. É Luís Carlos Guedes Pinto, amigo de Rodrigues e o segundo homem na hierarquia do ministério.

A saída de um quadro como Roberto Rodrigues, além de fragilizar ainda mais um setor que responde por 30% do PIB nacional, é uma nova evidência do cenário desolador em que se transformou o primeiro escalão do governo Lula. Com a saída de Rodrigues, o presidente perde um de seus últimos ministros com estatura técnica e respeito político. Atualmente, a galeria de ministros de Lula é uma paisagem de desconhecidos, coisa que tende a acontecer em todo final de governo e não é necessariamente ruim. Os ministros técnicos muitas vezes fazem administrações bastante superiores às dos ministros políticos. O problema, no caso de Lula, é que, além de ter de enfrentar a diáspora eleitoral comum em fim de mandato, ele está abrindo mão dos poucos quadros de inquestionável competência de seu governo. Fazendo assim, com quem será que Lula pretende governar se ganhar nas urnas um segundo mandato? ■

FOLHA DE S.PAULO
TERÇA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2006 * B1

Justiça impede cessão de área no porto de Santos ao Opportunity

Exportações têm a
melhor semana da
história. Pág. B1

Pág. B6

Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados

Presidente classifica medida de "política de direita"; se fosse aprovado, aumento traria despesa extra de R\$ 6,973 bi neste ano

Numa crítica indireta ao Congresso, Lula diz que reajuste era 'irresponsável' por não estar previsto no Orçamento para este ano

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o reajuste de 16,67% para os aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganhavam mais de um salário mínimo. O principal argumento para vetar o reajuste, classificado por Lula de "político", foi seu custo, calculado em R\$ 6,973 bilhões neste ano.

Em rápida entrevista ontem, Lula disse que não se preocupava com eventuais repercussões políticas do veto. "Problema político não me interessa, o que interessa é o problema orçamentário. Não posso ser irresponsável, e não havia previsão no Orçamento para essa despesa", comentou o presidente.

Lula disse não temer reação dos aposentados. "É uma coisa política que os aposentados nem estavam reivindicando isso", completou. Ao tachar o aumento de "político", o presidente afirmou que o reajuste de 16,67% numa operação articulada pela oposição e que contou com o apoio de parte da bancada governista.

O governo defende reajuste de 5% para as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo, percentual que consta de medida provisória em tramitação no Congresso.

Em coro com Lula, o ministro da Previdência, Nelson Machado, apontou que o reajuste vetado não fazia parte do acordo

"Objetivamente, todo mundo sabia que vetaríamos o 16,67%. Queremos cumprir o acordo que fizemos com as centrais sindicais, os aposentados e os pensionistas. Esperamos que o Congresso permita o cumprimento desse acordo", justificou o ministro.

A extensão do aumento de 16,67% foi incluída pelos parlamentares na votação da medida provisória que promoveu o aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350, sancionado ontem por Lula.

Nas razões do veto à extensão do reajuste a todos os aposentados, o governo alega que o artigo aprovado pelo Congresso fere a Constituição, porque nenhum benefício ou serviço de previdência social (saúde, previdência e assistência social) pode ser "criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio".

Além disso, os ministros da Previdência, da Fazenda e do Planejamento argumentam que a extensão do reajuste tem um "reflexo negativo" sobre as metas fiscais fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A extensão do aumento, segundo os ministros, ainda fere a Lei de Responsabilidade Fiscal porque cria uma despesa sem estimativa de impacto financeiro e sem apontar a origem de recursos para pagamento de recursos para paga-

Não posso ser irresponsável, e não havia previsão no Orçamento para essa despesa [com o reajuste de 16,7% a aposentados]

mento. A LRF estabelece que toda elevação de despesa precisa ser compensada por aumento permanente de receita ou corte de outras despesas.

Veto anunciado

Nas últimas semanas, vários ministros já haviam anunciado a intenção do Planoalto de vetar a extensão do aumento. Agora, a estratégia do governo é impedir que os parlamentares incluam, no 16,67% na medida provisória que fixou em 5% o reajuste para os aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. Acordo nesse sentido foi fechado ontem (leia texto abaixo).

Os ministros Luiz Marinho (Trabalho) e Machado chegaram a convocar, na semana passada, uma reunião com representantes dos aposentados para alertá-los sobre o risco de eles ficarem apenas com a redução da inflação, caso o Congresso incluisse o percentual de reajuste do mínimo na MP ainda em tramitação.

Isso porque, se tivesse que vetar a extensão dos 16,67% também nessa MP, dependendo da redação dada pelo Congresso à medida provisória, o governo será obrigado a derrubar o reajuste de 5% hoje em vigor. Nesse caso, seria aplicada aos benefícios previdenciários acima do mínimo apenas a variação da inflação, de 3,14%.

Desde o encontro, sindicais passaram a pressionar os parlamentares a fim de evitar o prejuízo. Das entidades que representam os aposentados, apenas a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) tem se manifestado contra o reajuste de 5%. Em carta aberta, a confederação pede aos parlamentares que derrubem o veto de Lula

A NOVELA DO REAJUSTE DO INSS

Lula veta reajuste de 16,67% para beneficiários acima do mínimo

1 Lula aprova reajuste

O salário mínimo foi reajustado em 16,67% em abril, de R\$ 300 para R\$ 350. Naquele mesmo mês, foi anunciado reajuste de 5% para os beneficiários acima do mínimo

R\$ 11 bi
Custo

2 Congresso amplia a medida

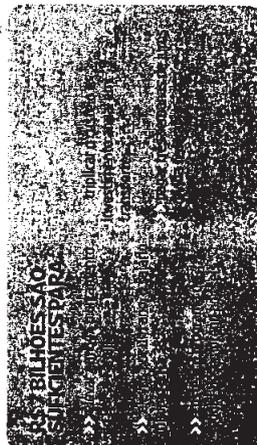
Em votação, Congresso altera MP e estende o reajuste de 16,67% a todos os beneficiários pagos pela Previdência

R\$ 7 bi
Custo adicional

3 Lula veta a medida do Congresso

Lula veta reajuste de 16,67% porque ele causa gastos adicionais de R\$ 7 bilhões para a Previdência. Para que os 5% iniciais sejam mantidos, Congresso tem que aprovar MP 201, que trata do assunto, sem alterá-la

R\$ 18 bi
Custo



7,7 milhões

de pessoas recebem benefícios (aposentadoria ou pensão) acima de um salário mínimo

1,8%

é o aumento real dos benefícios considerando os 5% de reajuste dados pelo governo

Foto: INSS, Orçamento de Lula e Folha

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

| SECRETARIA DE COMISSÕES | | |
|--------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Diretora | Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz | Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095 |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | | |
|---|-------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Wanderley Rabelo da Silva | (Ramal: 3623 – Fax: 3606) |
| Secretários | Francisco Naurides Barros | (Ramal: 3508) |
| | Hermes Pinto Gomes | (Ramal: 3510) |
| | Irani Ribeiro dos Santos | (Ramal: 4854) |
| | Verônica de Carvalho Maia | (Ramal: 3511) |
| | José Augusto Panisset Santana | (Ramal: 4854) |
| | Izaias Faria de Abreu | (Ramal: 3514) |
| | Angélica Passarinho Mesquita | (Ramal: 3501) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS | | |
|---|-----------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Sérgio da Fonseca Braga | (Ramal: 3507 – Fax: 3512) |
| Secretários | Maria de Fátima Maia de Oliveira | (Ramal: 3520) |
| | Ivanilde Pereira Dias de Oliveira | (Ramal: 3503) |
| | Maria Consuelo de Castro Souza | (Ramal: 3504) |
| | Rilvana Cristina de Souza Melo | (Ramal: 3509) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES | | |
|--|-----------------------------|--|
| Diretor | José Roberto Assumpção Cruz | (Ramal: 3517) |
| Secretários | CAE | Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605) |
| | CAS | Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608) |
| | CCJ | Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972) |
| | CE | Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604) |
| | CMA | José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935) |
| | CDH | Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856) |
| | CRE | Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777) |
| | CI | Celso Antony Parente (Ramal: 4354) |
| | CDR | Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517) |
| | CRA | Marcello Varela (Ramal: 3506) |

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

| |
|-----------------------------------|
| Ana Júlia Carepa – PT/ PA |
| Eduardo Suplicy – PT/SP |
| Fátima Cleide – PT/RO |
| Flexa Ribeiro – PSDB/PA |
| Luiz Otávio – PMDB/PA |
| Demóstenes Torres – PFL/GO |
| Serys Shessarenko – PT/MT |
| Sibá Machado – PT/AC |

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 4. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. José Jorge – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 6. Roseana Sarney – PFL |
| PMDB | |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. João Batista Motta – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Leonel Pavan – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 10. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 11. Teotonio Vilela Filho – PSDB |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ramez Tebet | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 6. Gerson Camata |
| Valdir Raupp | 7. Almeida Lima |
| José Maranhão | 8. Gilvam Borges |
| PDT | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Eduardo Suplicy – PT | 4. Roberto Saturnino – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 5. Flávio Arns – PT |
| João Ribeiro - PL | 6. Sibá Machado – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 7. Serys Shhessarenko – PT |
| Osmar Dias | 1. Jefferson Péres |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Arthur Virgílio – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 4. Lúcia Vânia – PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) ⁽³⁾ |
| Ney Suassuna ⁽¹⁾ | 3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 2. Roberto Saturnino – PT |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Rodolpho Tourinho - PFL | 1. (vago) |
| Edison Lobão – PFL | 2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Luiz Otávio | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) ⁽¹⁾ |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾ |
| Paulo Octávio – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Lúcia Vânia - PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Valdir Raupp |
| Pedro Simon | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Eduardo Suplicy – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PTB |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ |
| PDT | |
| | |

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Romero Jucá | 1. Ney Suassuna |
| Valdir Raupp | 2. Maguito Vilela |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Delcídio Amaral – PT |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 3. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 4. Romeu Tuma – PFL |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 5. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Papaléo Paes |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Teotonio Vilela Filho – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Romero Jucá | 2. Ramez Tebet |
| Valdir Raupp | 3. José Maranhão |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| (vago) ⁽³⁾ | 6. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Flávio Arns – PT | 2. Magno Malta – PL |
| Ideli Salvatti – PT | 3. Eduardo Suplicy – PT |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Fátima Cleide – PT |
| Paulo Paim – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 6. (vago) ⁽⁵⁾ |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Leonel Pavan - PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾ | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Paulo Paim - PT | 2. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Flexa Ribeiro - PSDB |
| | 2. Romeu Tuma - PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Mão Santa | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim - PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Lúcia Vânia – PSDB |
| (vago) ⁽⁴⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽⁵⁾ | 1. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | |
| PDT | |
| | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Romeu Tuma – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 3. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| José Jorge – PFL | 5. Rodolpho Tourinho – PFL |
| João Batista Motta - PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Alvaro Dias – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 8. Leonel Pavan – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾ | 9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB) |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Luiz Otávio |
| Ney Suassuna | 2. Gilvam Borges |
| José Maranhão | 3. Sérgio Cabral |
| Romero Jucá | 4. Almeida Lima |
| Amir Lando | 5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB) |
| Pedro Simon | 6. Garibaldi Alves Filho |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. Paulo Paim – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Magno Malta – PL | 4. Patrícia Saboya Gomes - PSB |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Sibá Machado – PT |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 6. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Serys Slhessarenko – PT | 7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. (vago) |
| César Borges – PFL | 2. (vago) |
| Tasso Jereissati – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| PMDB | |
| Pedro Simon | 1. (vago) |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Serys Shessarenko – PT | 1. Sibá Machado – PT |
| (vago) | 2. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Roseana Sarney – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. César Borges – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria) |
| Edison Lobão – PFL | 5. Marco Maciel – PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾ | 6. Romeu Tuma – PFL |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB) | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 9. Lúcia Vânia – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 10. Juvêncio da Fonseca – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. Amir Lando |
| Ney Suassuna | 2. Garibaldi Alves Filho |
| Valdir Raupp | 3. Gilvam Borges |
| Gerson Camata | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| José Maranhão | 6. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 7. Romero Jucá |
| Gilberto Mestrinho | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Paulo Paim – PT | 2. Aloizio Mercadante – PT |
| Fátima Cleide – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Flávio Arns – PT | 4. Delcídio Amaral – PT |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Roberto Saturnino – PT | 6. Magno Malta – PL |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾ |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 8. João Ribeiro – PL |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Maria do Carmo Alves - PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)} | 2. Romeu Tuma – PFL |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)} | 3. Edison Lobão – PFL |
| Leonel Pavan - PSDB | 4. Reginaldo Duarte - PSDB |
| PMDB | |
| Sérgio Cabral | 1. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Valdir Raupp | 2. Luiz Otávio |
| Wellington Salgado de Oliveira | 3. (vago) |
| (vago) ⁽⁷⁾ | 4. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| (vago) | 2. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 3. (vago) |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| (vago) ⁽³⁾ | 2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) |
| Lúcia Vânia – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Gilberto Mestrinho |
| Wellington Salgado de Oliveira | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Valdir Raupp | 3. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Flávio Arns – PT | 2. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Aelton Freitas – PL |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Jorge Bornhausen – PFL |
| César Borges – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾ | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Teotonio Vilela Filho - PSDB | 4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾ |
| Arthur Virgílio – PSDB | 5. Leonel Pavan – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 6. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Gilvam Borges | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Gerson Camata | 3. Sérgio Cabral |
| Valdir Raupp | 4. Amir Lando |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 5. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Fátima Cleide – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| João Ribeiro - PL | 4. Ideli Salvatti – PT |
| Serys Slhessarenko – PT | 5. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. (vago) |
| PMDB | |
| Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾ | 1. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 2. (vago) |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾ |
| PMDB | |
| (vago) | 1. Luiz Otávio |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| (vago) ⁽⁶⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| José Agripino – PFL | 4. (vago) |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 6. Arthur Virgílio – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Alvaro Dias – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 2. (vago) ⁽⁷⁾ |
| José Maranhão | 3. Mão Santa |
| Sérgio Cabral | 4. (vago) ⁽²⁾ |
| Garibaldi Alves Filho | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Magno Malta - PL |
| Fátima Cleide – PT | 2. Sibá Machado – PT |
| Ana Júlia Carepa - PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Paulo Paim – PT | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Mão Santa | 2. José Maranhão |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Paulo Paim – PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Lúcia Vânia – PSDB | 2. Sérgio Guerra – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) |
| Flávio Arns – PT | 2. Paulo Paim – PT |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Edison Lobão – PFL |
| José Agripino – PFL | 3. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Alvaro Dias – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. Lúcia Vânia – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Ramez Tebet |
| Pedro Simon | 2. Valdir Raupp |
| Mão Santa | 3. Romero Jucá |
| Wellington Salgado de Oliveira | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Gerson Camata | 5. (vago) ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Serys Slhessarenko – PT | 1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 3. Aelton Freitas – PL |
| Roberto Saturnino – PT | 4. Ana Julia Carepa – PT |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 5. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. João Batista Motta ⁽²⁾ |
| Mão Santa | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ | 2. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma - PFL | 1. Marco Maciel - PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 2. Flexa Ribeiro - PSDB |
| PMDB | |
| Valdir Raupp | 1. Ney Suassuna |
| Pedro Simon | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa -PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Aelton Freitas - PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 2. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. Jonas Pinheiro – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 8. Papaléo Paes – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 9. Arthur Virgílio – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Romero Jucá |
| Alberto Silva | 2. Luiz Otávio |
| Valdir Raupp | 3. Pedro Simon |
| Ney Suassuna | 4. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 5. Wellington Salgado |
| Mão Santa | 6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL) | |
| Delcídio Amaral – PT | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Magno Malta – PL | 2. Paulo Paim – PT |
| Roberto Saturnino – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. Fátima Cleide – PT |
| Serys Shessarenko – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Sibá Machado – PT | 6. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 7. João Ribeiro - PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Demóstenes Torres – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 4. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 5. Lúcia Vânia – PSDB |
| Teotonio Vilela Filho – PSDB | 6. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho | 1. Ney Suassuna |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Luiz Otávio |
| José Maranhão | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Fátima Cleide – PT | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sibá Machado – PT |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| Jonas Pinheiro – PFL | 4. Edison Lobão – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Heráclito Fortes – PFL | 6. Rodolpho Tourinho – PFL |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Pedro Simon | 2. Romero Jucá |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 3. Amir Lando |
| Gerson Camata | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Serys Shhessarenko – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Magno Malta – PL |
| Ana Júlia Carepa – PT | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| João Ribeiro - PL | 5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

| BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) | | | | | |
|--|-----------|--------------|---|-----------|--------------|
| Titulares | UF | Ramal | Suplentes | UF | Ramal |
| Demóstenes Torres (PFL) | GO | 2091 | 1. Jonas Pinheiro ² (PFL) | MT | 2271 |
| Sérgio Guerra (PSDB) | PE | 2382 | 2. César Borges (PFL) | BA | 2212 |
| Heráclito Fortes (PFL) | PI | 2131 | 3. M ^a do Carmo Alves (PFL) | SE | 1306 |
| Juvêncio da Fonseca ² (PSDB) | MS | 1128 | 4. Leonel Pavan ² (PSDB) | SC | 4041 |
| Paulo Octávio (PFL) | DF | 2011 | 5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB) | AL | 4093 |
| Antero Paes de Barros (PSDB) | MT | 4061 | 6. Arthur Virgílio (PSDB) | AM | 1413 |
| PMDB | | | | | |
| Ney Suassuna | PB | 4345 | 1. (Vago) ³ | | |
| João Alberto Souza | MA | 1415 | 2. Alberto Silva | PI | 3055 |
| Ramez Tebet | MS | 2222 | 3. Valdir Raupp | RO | 2252 |
| Luiz Otávio | PA | 3050 | 4. Gilvam Borges ² | AP | 1717 |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) | | | | | |
| Sibá Machado (PT) | AC | 2184 | 1. Serys Shhessarenko ² (PT) | MT | 2291 |
| Ana Júlia Carepa (PT) | PA | 2104 | 2. (Vago) | | |
| Fátima Cleide (PT) | RO | 2391 | 3. (Vago) | | |
| PDT | | | | | |
| Jefferson Péres | AM | 2063 | 1. Augusto Botelho | RR | 2041 |
| PTB | | | | | |
| Mozarildo Cavalcanti | RR | 4078 | 1. Valmir Amaral | DF | 1961 |
| Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) | | | | | |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | | | | | 2051 |

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

| | |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ² | 1º Corregedor Substituto |
| Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴ | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³ | 3º Corregedor Substituto |

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Ramez Tebet (PMDB-MS) | PMDB e Bloco de Apoio ao Governo |
| Demóstenes Torres (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide (PT-RO) | Bloco de Apoio ao Governo |
| Amir Lando (PMDB-RO) | PMDB |

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

| |
|---|
| PMDB |
| Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB |
| PFL |
| Senadora Roseana Sarney (MA) |
| PT |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT) |
| PSDB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Augusto Botelho (RR) |
| PTB |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS) |
| PSB |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB |
| PL |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PPS |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB |

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|--|
| <u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP) | <u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) |
| <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) | <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) | <u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) | <u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS) | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB) |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ) |

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|---|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ² | EMANUEL SOARES CARNEIRO ² |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | GILBERTO CARLOS LEIFERT | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ² |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | PAULO R. TONET CAMARGO | SIDNEI BASILE ² |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT ² | ROBERTO DIAS LIMA FRANCO |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | (VAGO) ³ | CELSO AUGUSTO SCHRÖDER |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO | MÁRCIO LEAL |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ² | STEPAN NERCESSIAN ² |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ² | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ² |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | DOM ORANI JOÃO TEMPESTA | SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ARNALDO NISKIER | GABRIEL PRIOLLI NETO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO | PHELIPPE DAOU |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ROBERTO WAGNER MONTEIRO ² | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ² |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO | PAULO MARINHO |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

| | |
|---|---|
| Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI | Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON |
| Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA | Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI |

MEMBROS NATOS

| | |
|--|---|
| Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal | Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados |
|--|---|

SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

| | |
|---------------------------|------------------------------|
| JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC) | 1. JOSÉ JORGE (PFL/PE) |
| PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) | 2. ROMEU TUMA (PFL/SP) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) | 3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) |

PMDB

| | |
|-----------------------|------------------------------------|
| PEDRO SIMON (PMDB/RS) | 1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ) |
| RAMEZ TEBET (PMDB/MS) | 2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

| | |
|--------------------------|-----------|
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS) | 1. (vago) |
| EDUARDO SUPLICY (PT/SP) | 2. (vago) |

PDT

| | |
|--------|-----------|
| (vago) | 1. (vago) |
|--------|-----------|

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 1. (vago) |
|-----------------------------------|-----------|

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

PT

| | |
|----------------------|--------------------------------|
| DR. ROSINHA (PT/PR) | 1. MANINHA (PSOL/DF) |
| MAURO PASSOS (PT/SC) | 2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS) |

PMDB

| | |
|--------------------------|------------------------------|
| EDISON ANDRINO (PMDB/SC) | 1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR) |
|--------------------------|------------------------------|

Bloco PFL/Prona

| | |
|-------------------------|--------------------------------|
| GERVÁSIO SILVA (PFL/SC) | 1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) |
|-------------------------|--------------------------------|

PSDB

| | |
|--------------------------|---------------------------|
| JÚLIO REDECKER (PSDB/RS) | 1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ) |
|--------------------------|---------------------------|

PP

| | |
|---------------------------|-----------------------------|
| LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC) | 1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) |
|---------------------------|-----------------------------|

PTB

| | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ) | 1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP) |
|-----------------------------|---------------------------------|

PL

| | |
|------------------------|-------------------------|
| OLIVEIRA FILHO (PL/PR) | 1. PAULO GOUVÊA (PL/RS) |
|------------------------|-------------------------|

PPS

| | |
|------------------------|----------------------------|
| JÚLIO DELGADO (PSB/MG) | 1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP) |
|------------------------|----------------------------|

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ |

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

| Deputados | Senadores |
|-----------|--------------------------------|
| | Renan Calheiros ⁽²⁾ |
| | |
| | |

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 31,00 |
| Porte do Correio | R\$ 96,60 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 127,60 |

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 62,00 |
| Porte do Correio | R\$ 193,20 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 255,20 |

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-------------------------|
| UG - 020055 | GESTÃO 00001 |
|--------------------|-------------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



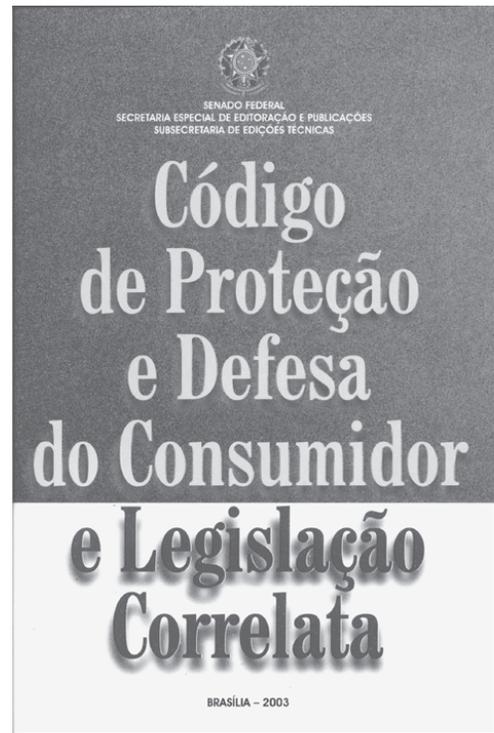
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS